



PERICLES JEREMIAS **Turismo e Desenvolvimento: O caso do Continente**
DO ESPIRITO SANTO **Africano**
DA ROSA BRITO



**PERICLES JEREMIAS
DO ESPIRITO SANTO
DA ROSA BRITO**

**Turismo e Desenvolvimento: O caso do Continente
Africano**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão e Planeamento em Turismo, realizada sob a orientação científica da Prof. Doutora Maria Celeste de Aguiar Eusébio, Professora Auxiliar no Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.

o júri

presidente

Prof. Doutora Maria João Aibéo Carneiro

Professora Auxiliar no Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Pedro Manuel dos Santos Quelhas Taumaturgo de Brito

Professor auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Prof. Doutora Maria Celeste de Aguiar Eusébio

Professora Auxiliar no Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro (Orientadora)

agradecimentos

Para realização desta dissertação contribuíram, de certa forma, varias pessoas a quem devo agradecimentos especiais e algumas palavras de consideração.

À minha orientadora, Professora Doutora Celeste Eusébio pela constante orientação científica de forma dedicada e rigorosa, demonstrando sempre o seu incansável apoio.

Aos meus pais, Olívio Brito e Cecília da Rosa e a minha avó Domingas Brito que me apoiam em todos os momentos da minha vida.

À minha namorada Ileide Mendes, pelo amor, carinho e atenção sempre demonstrada.

Aos meus amigos, em especial o Américo Lopes, Gerson Furtado, Hílana Silva, Vanino Lima e Paula Ramos pela amizade, apoio moral e efectivo que me deram ao longo desses anos.

palavras-chave

Turismo, desenvolvimento, continente africano

resumo

O objectivo desta investigação é o de analisar a relação entre turismo e desenvolvimento. Para concretizar este objectivo foi realizada uma análise teórica sobre a delimitação do turismo como actividade económica, a delimitação conceptual de desenvolvimento e os indicadores que poderão ser utilizados para avaliar este conceito, e sobre a relação entre turismo e desenvolvimento.

A análise empírica da relação entre turismo e desenvolvimento foi elaborada utilizando como estudo de caso o continente africano. Para concretizar este objectivo, foram utilizados dados secundários que permitiram a construção de um conjunto de indicadores que avaliam o nível de desenvolvimento económico, social e humano do continente africano e também indicadores que quantificam o turismo internacional (turismo emissor e turismo receptor) deste continente. Os indicadores foram recolhidos para as últimas décadas (desde 1990 até 2009) e com vários níveis de desagregação espacial (continente, regiões e países).

No que respeita à análise dos dados, foram realizados dois tipos de análises – univariadas e bivariadas. Foram utilizados estatísticas de localização e de dispersão, taxas de variação global, taxas de crescimento anual e testes de correlação de Pearson. Os resultados evidenciam que apesar do turismo internacional no continente africano ainda apresentar pouca expressão, tem sido uma das regiões mundiais, juntamente com o Médio Oriente e a Ásia Oriental e Pacífico, que mais tem crescido nos últimos anos. Observaram-se melhorias consideráveis nos indicadores que reflectem o desenvolvimento social, económico e humano na maioria dos países que integram este continente.

Conclui-se também que existe uma associação estatisticamente significativa entre os indicadores que quantificam o nível de desenvolvimento social, económico e humano dos países de África e indicadores que quantificam o turismo internacional em África (turismo emissor e turismo receptor). Estes resultados evidenciam claramente a existência de uma relação de causa e efeito entre turismo e desenvolvimento. Com base nos resultados obtidos apresentam-se algumas recomendações para os agentes responsáveis pelo desenvolvimento económico, social e humano do continente africano.

keywords

Tourism, development, Africa

abstract

The aim of this study is to examine the relationship between tourism and development. To achieve this goal, a theoretical reflection was performed on the delineation of tourism as an economic activity, the delineation of conceptual development and the indicators that could be used to evaluate this concept and the above mentioned relationship.

The empirical analysis of the relationship between tourism and development has been elaborated taking Africa as a study case. To achieve this, secondary data were used to allow the construction of a set of indicators that assess the level of economic development, social and human development in Africa and also indicators that measure international tourism (inbound tourism and outbound tourism) in this continent. The indicators were collected for the past two decades (from 1990 to 2009) and with various levels of disaggregation (in the continent itself and in its regions and countries).

Regarding the data two types of analysis were performed: univariate and bivariate. We used statistics of location and dispersion, growth rates overall, annual growth rates and Pearson correlation tests. The results shows that despite the little expression of international tourism on the African continent, it is one of the world regions, alongside with Middle East, East Asia and Pacific, where this kind of tourism has grown more in recent years. We observed significant improvements in indicators that reflect the social, economic and human development in most countries of the African continent.

It can be concluded that there is a statistically significant association between indicators that measure the level of African social, economic and human development and indicators that measure the international tourism in the continent (both inbound and outbound tourism). These results clearly show the existence of a cause-and-effect in the relationship between tourism and development. Based on the results obtained, some recommendations are directed to the officials responsible for economic development, social and human development in Africa.

Índice

Capítulo 1.	Introdução	1
Capítulo 2.	Turismo e desenvolvimento: análise conceptual.....	4
2.1	Introdução.....	4
2.2	Definição de turismo	4
2.2.1	Definição de turismo no lado da procura.....	6
2.2.2	Definição de turismo no lado da oferta.....	8
2.3	Definição de desenvolvimento.....	10
2.4	Definição de desenvolvimento económico.....	13
2.5	Conclusão.....	18
Capítulo 3.	Turismo e desenvolvimento	19
3.1	Introdução.....	19
3.2	Turismo nos países em desenvolvimento.....	19
3.3	Relação entre o turismo e o desenvolvimento.....	27
3.4	Impactos económicos do turismo em países em via de desenvolvimento	30
3.4.1	Benefícios	32
3.4.2	Custos	36
3.5	Impactos socioculturais do turismo.....	38
3.5.1	Impactos socioculturais positivos do turismo	40
3.5.2	Impactos socioculturais negativos do turismo.....	41
3.6	Conclusão.....	43
Capítulo 4.	Metodologia do estudo empírico	45
4.1	Objectivos.....	45
4.2	Métodos de recolha de dados	45
4.3	Métodos de análise de dados.....	50
4.4	Conclusão.....	52
Capítulo 5.	África: que desenvolvimento?	53
5.1	Introdução.....	53
5.2	Caracterização geográfica.....	53
5.3	Desenvolvimento social: passado e presente.....	54
5.3.1	População	54
5.3.2	Densidade populacional	57
5.3.3	Taxa de natalidade.....	58
5.3.4	Taxa de mortalidade.....	59
5.3.5	Taxa de mortalidade infantil	61
5.3.6	Esperança de vida à nascença	63
5.3.7	Taxa de alfabetização	65
5.4	Desenvolvimento económico: passado e presente	66
5.4.1	Produto interno bruto.....	66
5.4.2	Produto interno bruto <i>per-capita</i>	68
5.4.3	Balança Comercial	69
5.4.4	Divida externa	70
5.5	Desenvolvimento socioeconómico: passado e presente	71
5.5.1	Índice Desenvolvimento Humano.....	71
5.5.2	Índice Pobreza Humana.....	73
5.5.3	Coeficiente de Gini.....	75
5.6	Conclusão.....	76
Capítulo 6.	Turismo Internacional em África	78
6.1	Introdução.....	78
6.2	Turismo receptor.....	78

6.2.1	Chegadas de turistas internacionais	78
6.2.2	Receita do turismo internacional	83
6.2.3	Receita por chegadas	86
6.2.4	Receita por habitante	88
6.3	Turismo Emissor.....	90
6.3.1	Despesas do turismo internacional	90
6.3.2	Despesas por habitante	93
6.4	Balança Turística	96
6.5	Conclusão.....	98
Capítulo 7.	Turismo e desenvolvimento: que relação?	99
7.1	Turismo receptor e desenvolvimento.....	99
7.1.1	Turismo receptor e desenvolvimento social	99
7.1.2	Turismo receptor e desenvolvimento económico.....	101
7.1.3	Turismo receptor e desenvolvimento socioeconómico.....	101
7.2	Turismo Emissor e desenvolvimento	102
7.2.1	Turismo Emissor e desenvolvimento social	102
7.2.2	Turismo emissor e desenvolvimento económico.....	103
7.2.3	Turismo receptor e desenvolvimento socioeconómico.....	104
7.3	Conclusão.....	105
Capítulo 8.	Conclusão	106
8.1	Conclusões.....	106
8.2	Contribuições.....	109
8.3	Recomendações.....	110
8.4	Limitações e proposta da investigação futura.....	112
Referências bibliográficas.....		114
Anexos.....		118

Índice de Tabelas

Tabela 2.1: Produtos e actividades características do turismo	10
Tabela 4.1: Indicadores Sociais	46
Tabela 4.2: Indicadores Socioeconómicos	47
Tabela 4.3: Indicadores turísticos	48
Tabela 4.4: Fontes de dados	49
Tabela 4.5: Indicadores: formalização matemática	50
Tabela 4.6: Análises univariadas e bivariadas	51
Tabela 4.7: Indicadores utilizados na análise de coeficiente de Pearson	51
Tabela 5.1: População por regiões	56
Tabela 5.2: Densidade populacional por regiões	57
Tabela 5.3: Taxa de natalidade por países (nascimentos/mil habitantes)	59
Tabela 5.4: Taxa de mortalidade por países (mortes/1.000 habitantes)	61
Tabela 5.5: Taxa de mortalidade infantil por países (mortes/1.000 nascidos vivos)	63
Tabela 5.6: Esperança de vida a nascença por países (anos)	64
Tabela 5.7: Taxa de alfabetização (%)	66
Tabela 5.8: PIB ppp em biliões de US\$	67
Tabela 5.9: PIB <i>per-capita</i> em \$US	68
Tabela 5.10: Saldo da Balança Comercial em \$US	69
Tabela 5.11: Saldo da Balança Comercial por regiões em \$US	70
Tabela 5.12: Dívida Externa por regiões em \$US	71
Tabela 5.13: Índice de Desenvolvimento Humano por países	73
Tabela 5.14: Índice de Pobreza Humana por países (%)	74
Tabela 5.15: Coeficiente de Gini (%) por países	76
Tabela 6.1: Quota relativa de mercado de chegadas de turistas por regiões a nível mundial	79
Tabela 6.2: Quota relativa de mercado de chegadas de turistas das regiões do continente africano	79
Tabela 6.3: Chegadas de turistas por regiões (Milhares)	80
Tabela 6.4: Chegadas de turistas por países (milhares)	82
Tabela 6.5: Quota relativa de mercado de receita do turismo internacional por regiões a nível mundial	83
Tabela 6.6: Quota relativa de mercado das receitas do turismo internacional das regiões do Continente Africano	84
Tabela 6.7: Receita do turismo internacional por regiões (milhões US\$)	84
Tabela 6.8: Receita do turismo internacional por países (milhões US\$)	85
Tabela 6.9: Receita por chegadas (milhões US\$/turistas) regiões	86
Tabela 6.10: receita por chegadas (US\$/turistas) países	87
Tabela 6.11: Receita por Habitante (milhares US\$/turistas) países	88
Tabela 6.12: Receita por Habitante (US\$/turistas) países	90
Tabela 6.13: Quota relativa de mercado das despesas do turismo internacional das regiões do Continente Africano ...	91
Tabela 6.14: Despesas por regiões (Milhões US\$)	91
Tabela 6.15: Despesas por países (Milhões US\$)	93
Tabela 6.16: Despesas por Habitantes (Milhões/ US\$) regiões	94
Tabela 6.17: Despesas por Habitantes (Milhões/ US\$) por países	95
Tabela 6.18: Balança turística por países (Milhões US\$)	96
Tabela 6.19: Balança turística por países (Milhões)	97
Tabela 7.1: Interpretação dos resultados do coeficiente de Pearson	99
Tabela 7.2: Coeficiente de Correlação de Pearson entre indicadores que quantificam o turismo receptor e indicadores sociais e demográficos	100
Tabela 7.3: Coeficientes de Correlações de Pearson entre e indicadores económicos e indicadores do turismo receptor	101
Tabela 7.4: Coeficientes de Correlação de Pearson entre indicadores do contexto socioeconómico e indicadores turísticos	102
Tabela 7.5: Coeficientes de Correlações de Pearson entre indicadores demográficos e sociais e indicadores do turismo emissor	103
Tabela 7.6: Coeficientes de Correlação de Pearson entre indicadores económicos e indicadores do turismo emissor	104
Tabela 7.7: Coeficientes de Correlação de Pearson entre indicadores do contexto socioeconómico e indicadores turísticos	104

Índice de Figuras

Figura 2.1: Classificação de bens e serviços.	9
Figura 2.2: As dimensões de índice de desenvolvimento humano	15
Figura 2.3: As dimensões de índice de pobreza humana para países em desenvolvimento (IPH-1).....	16
Figura 2.4: As dimensões de índice de pobreza humana em países seleccionados pela OCDE (IPH-2).....	17
Figura 3.1: Sistema de inter-relações do turismo	28
Figura 3.2: Modelo que mostra a relação entre o turismo e os estudos de desenvolvimento	29
Figura 5.1: Os países do continente africano.....	54
Figura 5.2: Evolução da população do continente africano e do mundo (1990 – 2009)	55

Glossário

CIA - Central Intelligence Agency

CITAT - Classificação Internacional de Actividades Turísticas

CST - Conta Satélite do Turismo

EU - União Europeia

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IPH - Índice de Pobreza Humana

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMT - Organização Mundial de Turismo

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNECA – United Nations Economic Commission for Africa

Capítulo 1. Introdução

O turismo é uma actividade em crescente expansão em todo mundo, provoca poderosas alterações a nível económico, social, cultural e ambiental no espaço onde ele se insere e tem vindo a assumir um papel cada vez mais relevante na economia global. Actualmente, são muitos os países que já reconheceram a importância da actividade turística e, os países do continente africano não são excepção. Existe vários países do continente (como por exemplo, Egipto, Marrocos, Seychelles, ilhas de Madagáscar, Gana, entre outros) que reconheceram o turismo como prioridade, estimulando assim as suas economias. No entanto, na actualidade, o contributo do turismo para a economia ainda não é significativo na maioria dos países do continente africano. Esta posição poderá estar relacionada com o facto de que o turismo é uma actividade económica que é influenciada por questões de natureza étnica, política, religiosa e cultural que ocorrem nesses países.

No continente africano a actividade turística vem ganhando importância nos últimos anos, estimulando o interesse das entidades governamentais na fomentação do sector. No entanto, a actividade turística difere de região para região, pelo que se torna interessante perceber a situação do turismo internacional do continente, com o intuito de se poderem orientar melhores políticas de actuação. Para concretizar este objectivo, pretende-se neste projecto de investigação, analisar a situação socioeconómica e turística do continente africano em termos temporais e espaciais e analisar o nível de associação existente entre o nível de desenvolvimento socioeconómico e o nível de desenvolvimento do turismo internacional no continente africano.

Tendo em atenção o objectivo principal deste projecto de investigação, delimitaram-se os seguintes objectivos específicos:

- Construir um quadro teórico, para compreender os efeitos positivos e negativos da actividade turística (económicos, sociais, culturais e ambientais);
- Demonstrar a relação existente entre turismo e desenvolvimento económico e social;
- Analisar o continente africano em termos de nível de desenvolvimento económico e social;
- Analisar o turismo internacional em África (turismo emissor e turismo receptor);
- Analisar a relação entre os indicadores do contexto socioeconómica e indicadores turísticos.

Com a concretização dos objectivos enunciados pretende-se ajudar os agentes responsáveis para o planeamento do sector do turismo na definição de estratégias que fomentem a actividade turística no continente africano.

Em termos de **metodologia**, a concretização dos objectivos anteriormente descritos implicou a recolha de um conjunto de indicadores e a análise desses indicadores. Numa primeira fase foram recolhidos indicadores sociais e económicos e indicadores turísticos. Estes indicadores foram utilizados para avaliar o nível de desenvolvimento económico, social e turístico do continente africano. Os indicadores foram construídos a partir de dados secundários disponibilizados pela *Central intelligence Agency* (CIA), pela Organização Mundial de Turismo (OMT) e pela Nações Unidas. Numa segunda fase foram realizadas análises estatísticas univariadas e bivariadas. Foram utilizados medidas de localização e de dispersão, taxas de variação global, taxas de crescimento anual e o teste de correlação de *Pearson*.

O presente projecto de investigação encontra-se organizado com base em oito capítulos. O **primeiro capítulo** compreende, o presente capítulo, onde é feita uma descrição do tema deste projecto de investigação, dos seus objectivos, da metodologia utilizada, da sua relevância em termos de investigação, bem como da sua estrutura.

O **segundo capítulo** apresenta a delimitação do turismo enquanto actividade económica. Aborda-se a problemática do conceito de turismo e o conceito de desenvolvimento, tendo como base as diferentes abordagens que têm sido utilizadas na literatura para explicar estes conceitos.

No intuito de analisar a actividade turística dos países em desenvolvimento apresenta-se, no **terceiro capítulo**, as características dos países em desenvolvimento e o contributo que o turismo traz para esses países, bem como os impactos económicos e socioculturais do turismo. Apresenta-se, ainda, uma explanação da relação que existe entre o turismo e o desenvolvimento.

No **capítulo quarto** deste projecto de investigação apresenta-se a metodologia adoptada na recolha e análise dos dados. Apresenta-se detalhadamente a metodologia utilizada na recolha e análise dos indicadores estatísticos utilizados para caracterizar o desenvolvimento social e económico e o turismo internacional (turismo emissor e turismo receptor) do continente africano.

O **quinto capítulo** apresenta a caracterização do continente africano em termos de nível de desenvolvimento económico e social. Apresentam-se indicadores que permitem caracterizar em

termos sociais e económicos o continente africano, como por exemplo, a população residente, a taxa de mortalidade infantil, o produto interno bruto (PIB), o PIB *per-capita*, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Pobreza Humana (IPH).

A caracterização do turismo internacional em África será apresentada no **sexto capítulo** deste projecto de investigação. Apresentam-se indicadores que permitem quantificar o turismo emissor (exemplo: despesas do turismo internacional) e indicadores que permitem quantificar o turismo receptor (exemplos: chegadas de turistas internacionais e receitas do turismo internacional).

O **capítulo sétimo** é dedicado à apresentação dos resultados obtidos na análise da relação existente entre as variáveis que representam o turismo internacional e variáveis que traduzem o contexto social, demográfico e económico do continente africano.

Por fim, no **oitavo capítulo** são apresentadas as conclusões e as recomendações deste projecto de investigação. Neste capítulo relacionam-se as evidências empíricas obtidas nos capítulos quinto, sexto e sétimo com o quadro teórico apresentado nos segundos e terceiros capítulos. Neste capítulo também se apresentam os contributos dos resultados obtidos para o desenvolvimento turístico dos países africanos, bem como as principais limitações desta investigação. Por fim são também identificados alguns projectos de investigação que podem ser desenvolvidos para melhorar ou complementar este projecto de investigação.

Capítulo 2. Turismo e desenvolvimento: análise conceptual

2.1 Introdução

O turismo é reconhecido universalmente como um agente poderoso de mudança a nível económico, social, cultural e ambiental. Por sua vez, o turismo também é influenciado pelo contexto socioeconómico em que opera.

Neste capítulo apresentam-se alguns conceitos relevantes na análise da relação entre o turismo e o desenvolvimento económico dos destinos. Na primeira secção deste capítulo aborda-se a problemática do conceito de turismo enquanto actividade económica que influencia a economia dos destinos turísticos. Por sua vez, na segunda secção aborda-se o conceito de desenvolvimento, tendo como base as diferentes abordagens que têm sido utilizadas na literatura para explicar este conceito. Na terceira secção apresenta-se o conceito de desenvolvimento e os indicadores que poderão ser utilizados para avaliar este conceito.

2.2 Definição de turismo

O turismo é um fenómeno complexo, consequência da sua natureza multifacetada e multidisciplinar. Tal realidade permitiu que o turismo tenha sido abordado de várias formas e por vários autores como Leiper (1979), Mathieson e Wall (2006), McIntosh e Goeldner (1986), Cooper *et al.* (2008), Smith (1989), Sharpley e Telfer (2002), Cunha (2003), entre outros.

McIntosh e Goeldner (1986) definiram o turismo como a soma dos fenómenos e as relações que surgem da interacção entre turistas, empresas prestadoras de serviços, governos e comunidades receptoras no processo de atrair e alojar turistas e outros visitantes.

Hunziker e Krapf (1942) definiram o turismo como o conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde de que as deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma actividade lucrativa (Cunha, 2003).

Segundo Powell (1978) o turismo é uma indústria e uma resposta a uma necessidade social, o seu produto inclui todos os elementos que se interligam para formar as experiências do consumidor do turismo e existe para servir as necessidades e expectativas dos turistas (Smith, 1989).

Mathieson e Wall (2006) consideram o turismo como o movimento temporário de pessoas para locais diferentes dos seus lugares de trabalho e residência, as actividades exercidas durante a permanência desses viajantes nos locais de destino, incluindo os negócios realizados e as facilidades e os equipamentos e os serviços criados, decorrentes das necessidades dos visitantes.

Das várias abordagens do conceito do turismo na literatura verifica-se que o turismo tem sido estudado através de abordagens económicas, sociológicas, geográficas, interdisciplinares (McIntosh e Goeldner, 1986). Na medida em que não é possível apresentar todas as abordagens que têm sido utilizadas para definir o turismo. Neste projecto de investigação vai ser adoptado o modelo sugerido pelo Leiper (1979).

Segundo Leiper (1979) o turismo é o resultado da interacção entre três subsistemas diferentes: o turista, o elemento geográfico, e a indústria do turismo. O turista é o impulsionador de todo o sistema. Representa o elemento humano do fenómeno turístico, fazendo com que o turismo seja uma experiencia humana com elevados benefícios para os seus praticantes. O elemento geográfico representa os espaços onde ocorre a actividade turística, ou seja as regiões de origem¹, as regiões de trânsito² e as regiões de destino³. A indústria do turismo representa as empresas e organizações que estão envolvidas no fornecimento do produto turístico. Estas empresas e organizações pertencem à região de origem, à região de trânsito e à região de destino. Por exemplo, as agências de viagens e operadores turísticos são encontrados predominantemente na região de origem, as unidades de alojamento e as atracções são encontrados na região de destino, enquanto o sector dos transportes existirá tanto nas regiões de origem como nas regiões de trânsito e nas regiões de destino.

O modelo mostra que o turismo é uma actividade económica, que envolve várias actividades, como por exemplo envolve empresas de alojamento, de atracções, de transporte, agência de viagens e outras empresas que fornecem produtos para satisfazer as necessidades dos visitantes.

Para delimitar todos os intervenientes da actividade turística é importante compreender quem são os consumidores em turismo e quais são as actividades económicas que integram a oferta turística.

¹ Região de origem - é a residência permanente dos turistas, onde começa e termina a viagem. A região onde ocorre as principais funções de marketing da indústria do turismo (Leiper, 1979).

² Região de trânsito - é o Caminho que une a região de origem e a região de destino. Locais intermédios que podem ser visitados no percurso da viagem (Leiper, 1979).

³ Região de destino - é a região que atrai turistas a permanecerem temporariamente, possuem recursos (natural, cultural, históricos) que contribuem para esse atracção. Região onde ocorre todo o impacto do turismo. ((Leiper, 1979).

Neste sentido, apresenta-se nas secções seguintes definições do turismo do lado da procura e definições do lado da oferta.

2.2.1 Definição de turismo no lado da procura

O turismo pode ser definido pelo lado da procura bem como pelo lado da oferta. A maioria das definições de turismo referida na literatura é classificada como definições do lado da procura, tendo sido a partir dos anos noventa que começaram a aparecer na literatura algumas definições de turismo do lado da oferta. Tal realidade acontece pelo facto de existir alguma dificuldade em delimitar o conjunto de bens e serviços que é consumido pelos visitantes, uma vez que muitos desses bens e serviços são também consumidos pela população local.

No lado da procura identificam-se dois tipos de definições de turismo, definições conceptuais e definições técnicas de turismo. Após o esforço de várias entidades, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a União Europeia (UE) e a Organização Mundial do Turismo (OMT) na actualidade existe uma definição conceptual de turismo que poderá ser utilizada a nível mundial. Do ponto de vista conceptual, podemos pensar em turismo como as actividades praticadas pelos indivíduos durante as suas viagens e permanências em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período contínuo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, negócios e outros (Cooper *et al.* 2008). Com base nesta definição foi desenvolvida uma definição técnica de turismo. Através desta definição é possível delimitar as viagens que são efectuadas no âmbito do turismo e as que não fazem parte deste grupo, pois só assim será possível conhecer a verdadeira dimensão deste fenómeno. Esta definição identifica diferentes critérios para que as viagens possam ser categorizadas como turísticas. As delimitações são os seguintes:

- Estada mínima – uma noite (os visitantes que não pernoitam no local visitado são chamados de excursionistas);
- Estada máxima – um ano;
- Os turistas têm um motivo específico de visita;
- A distância considerada, por vezes, inclui uma distância mínima para delimitar o termo “ambiente habitual” – a OMT recomenda 160 km² (Cooper *et al.*, 2008).

Existem várias perspectivas para definir a procura turística, neste projecto de investigação adopta-se o conceito de procura turística sugerida pela Conta Satélite do Turismo (CST). Desta forma, considera-se que procura turística agrega as seguintes componentes:

- Consumo turístico individual;
- Consumo colectivo turístico;
- Formação bruta de capital fixo turístico.

O **consumo turístico individual** é definido, no âmbito da CST, como “despesa total de consumo efectuada por um visitante ou por sua conta, para e durante a sua viagem e permanência no local de destino” (OMT, 1999:144).

O **consumo colectivo turístico** inclui todas as despesas feitas pelas autoridades públicas, quer a nível nacional, regional e local em actividades, serviços e infra-estruturas utilizados pelos visitantes e prestadores de serviços. São exemplos deste tipo de consumo as despesas realizadas com a planificação geral e coordenação dos assuntos turísticos, a promoção turística e elaboração de base estatísticas de turismo, controlo e regulamentação dos estabelecimentos em contacto com os visitantes, controlo específico dos visitantes que provêm do exterior, etc. (OMT, 1999).

A **formação bruta de capital fixo** no turismo é composta por duas partes distintas: 1) identifica a formação bruta de capital fixo no turismo através de uma lista de elementos específicos; 2) identifica a formação bruta de capital fixo no turismo de qualquer activo material produzido pelo ramo de actividade do turismo; isto é, agrega os activos fixos produzidos especificamente para o turismo, como por exemplo: hotéis e outros meios de alojamento colectivo, equipamentos culturais recreativos e desportivos, restaurantes, bens e equipamentos relacionados com a prestação de serviços característicos do turismo, bem como a formação bruta do capital fixo dos ramos de actividade do turismo em activos produzidos não especificamente para o turismo (OMT, 1999).

Das componentes da procura turística acima mencionadas a que irá merecer mais atenção neste projecto de investigação é no domínio do consumo turístico individual, é importante analisar este consumo de acordo com os tipos de visitantes que o efectuam. Atendendo ao tipo de visitantes

(internacionais e domésticos)⁴ o consumo turístico pode ser delimitado em duas categorias: 1) o consumo turístico interno; e 2) o consumo turístico internacional. O **consumo turístico interno** é o consumo turístico que resulta directamente das viagens efectuadas pelos visitantes residentes ao interior do seu país de residência. Este consumo pode incluir os bens e serviços importados. **Consumo turístico internacional** inclui o consumo turístico receptor e o consumo turístico emissor (OMT, 1999).

De acordo com OMT (1999) o **consumo turístico emissor** é o consumo turístico que resulta directamente das viagens dos residentes para outros países que não seja aquele em que residem. Pode ser incluído neste consumo, bens e serviços produzidos no país de residência do visitante, mas adquiridos durante a viagem. No entanto, o **consumo turístico receptor** é o consumo turístico que resulta directamente da viagem de visitantes não residentes, para e no interior da economia do país de destino. O consumo de bens e serviços na economia do país visitado pode ser importado.

2.2.2 Definição de turismo no lado da oferta

Vários autores abordaram a questão da definição do turismo pelo lado da oferta. Smith (1989) foi o primeiro a apresentar uma definição de turismo pelo lado da oferta. Na sua definição classifica os bens e serviços consumidos pelos visitantes em dois grupos: (a) bens e serviços fornecidos na sua quase totalidade para os turistas, por exemplo, hotéis, linhas aéreas, operadores turísticos, agências de viagens, etc; (b) bens e serviços fornecidos para a actividade do turismo e para as actividades não turísticas, por exemplo, actividades utilizadas pelos turistas e pelas comunidades locais, tais como restaurantes, táxis, supermercados, atracções e eventos.

De acordo com Leiper (1979:400) “a indústria do turismo é composto por todas as empresas, organizações e estruturas que se destinam a servir as necessidades e desejos dos turistas”.

Um dos grandes contributos na delimitação da oferta de turismo foi a criação da Conta Satélite do Turismo (CST), pela OMT juntamente com outros organismos, nomeadamente a OCDE e a ONU. De acordo com a OMT (1999:48) “a CST não é mais do que um conjunto de definições e classificações integradas em quadros organizados de forma lógica e coerente, que permite visualizar toda a magnitude económica do turismo, tanto sob o ponto de vista da procura, como da oferta”.

⁴ **Visitante internacional** – é uma pessoa que viaja para um país diferente do seu país de residência habitual, por um período não superior a doze meses e cujo principal motivo da sua visita não é o de exercer uma actividade remunerada no local visitado. No entanto, o **Visitante doméstico** viaja dentro do seu próprio país de residência (Eusébio, 2006).

A CST categoriza os bens e serviços consumidos pelos visitantes, e as actividades económicas que fornecem esses bens e serviços em específicos e não específicos. Por sua vez, os específicos são ainda categorizados em característicos e conexos (Figura 2.1).

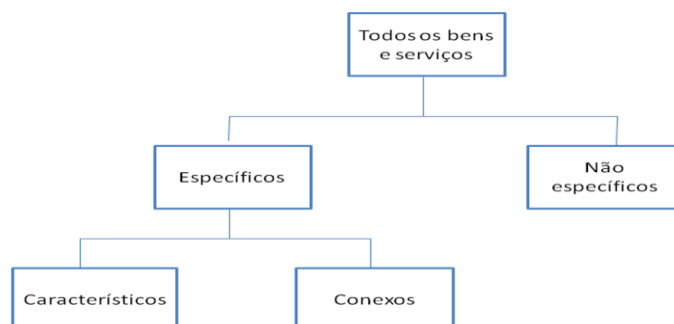


Figura 2.1: Classificação de bens e serviços.

Fonte: OMT (2000).

O conjunto de bens e serviços que podem ser consumidos acidentalmente por turistas, mas não são de grande interesse na análise do turismo em termos económicos, é designado por bens e serviços não específicos, como por exemplo: livros, jornais, produtos cosméticos, produtos farmacêuticos, etc. Por outro lado os bens e serviços específicos são os conjuntos dos produtos característicos do turismo e dos produtos conexos do turismo. Os produtos característicos são produtos que deixariam de existir em quantidades significativas, na ausência de turismo, sendo os bens e serviços que compõem a grande maioria de interesse na análise do turismo, como por exemplo os serviços prestados pelas agências de viagens e serviços de alojamento e de transporte aéreo. Os produtos conexos são aqueles que são consumidos pelos visitantes em quantidades significativas para os visitantes mas que não estão incluídos na lista dos produtos característicos do turismo, é o caso de serviços de transporte local, como táxis e transporte rodoviário urbano (OMT, 2000).

Utilizando a classificação dos produtos turísticos apresentado pela OMT, importa identificar o tipo de bens e serviços que podem ser classificados como turísticos. Para dar resposta a este objectivo a OMT criou a Classificação Internacional de Actividades Turísticas (CITAT). Com base nesta classificação foi identificada pela OMT uma lista de referência das actividades e dos bens e serviços característicos do turismo (Tabela 2.1).

Tabela 2.1: Produtos e actividades características do turismo

Produtos Característicos do turismo	Actividades Económicas Características do Turismo
Serviços de alojamento - Hotéis e outros serviços de alojamento - Serviços de residência secundária por conta própria ou gratuita	- Hotéis e similares - Residências secundárias
Serviços de restauração (alimentação e bebidas)	- Restaurantes e similares
Serviços de transporte de visitantes - Serviços de transporte ferroviários interurbanos - Serviços de transporte rodoviários - Serviços de transporte marítimos - Serviços de transporte aéreos - Serviços de suporte ao transporte de passageiros - Aluguer de equipamento de transporte de passageiros - Serviços de manutenção e reparação do equipamento de transporte de passageiros	- Transporte de passageiros ferroviário - Transporte de passageiros rodoviário - Transporte de passageiros marítimo - Transporte de passageiros aéreo - Actividades de suporte aos transportes - Actividades de aluguer de equipamento de transporte
Serviços dos agentes de viagens, dos operadores turísticos e dos guias turísticos - Serviços dos agentes de viagens - Serviços dos operadores turísticos - Serviços de informação turística e de guias turísticos	- Agência de viagens e similares
Serviços culturais - Artes - Museus e outros serviços culturais	- Actividades culturais
Serviços recreativos e outros serviços de lazer - Serviços desportivos e recreativos	- Actividades desportivas e outras actividades recreativas
Serviços de turismo mistos - Serviços financeiros - Outros serviços de aluguer de bens - Outros serviços de turismo	

Fonte: OMT (2000).

A OMT fornece uma lista de referência das actividades característica do turismo, mas cada país tem liberdade para definir a sua lista de actividades do turismo, desde que seja baseada na lista da CITAT de actividades produtivas do turismo e directamente utilizadas pelos visitantes (OMT, 1999).

2.3 Definição de desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento é abordado de forma diferente por vários autores (Sharpley e Telfer, 2002; Peet e Hartwick, 2009; Riggs, 1984; Goulet, 1992) e tem variado ao longo do tempo. Segundo Redcliff (1997) citado por Sharpley e Telfer (2002), inicialmente, o desenvolvimento foi definido pelas nações ocidentais modernizadas como crescimento económico, isto é, quando a produção crescia a uma taxa mais rápida do que a taxa de crescimento da população, assumia-se que existia desenvolvimento. No entanto, vários exemplos começaram a demonstrar que este conceito não era adequado e, por vezes, existia crescimento económico e não ocorria desenvolvimento.

Nos anos 50, os conceitos de desenvolvimento e desenvolvimento económico (ou crescimento) foram considerados sinónimos (Mabogunje, 1980) citado por Sharpley e Telfer, 2002), por entender-se que as forças económicas estimulam o desenvolvimento. Com o decorrer dos tempos, em

meados dos anos 50 começaram a aparecer conceitos como subdesenvolvimento de forma a compreender o conceito de desenvolvimento. Neste período utilizavam-se indicadores, como por exemplo PIB ou PIB *per-capita*, para avaliar o desenvolvimento (Sharpley e Telfer, 2002).

Nos anos de 60 e 70, foram definidos critérios mais amplos para avaliar o desenvolvimento de um país, como o acesso à educação, ao alojamento e à saúde (indicadores sociais). No entanto os indicadores económicos continuavam a ser os mais valorizados no conceito de desenvolvimento, daí que nos anos setenta vários autores deixaram de analisar o desenvolvimento como um fenómeno económico para utilizarem um conceito de desenvolvimento mais amplo, que incluía a redução da pobreza e do desemprego (Sharpley e Telfer, 2002). O conceito de crescimento económico tradicional foi questionado, observaram-se alguns exemplos que colocavam em causa a aposta em estratégias apenas de crescimento económico. Refere-se a título de exemplo algumas das questões colocadas por Seers (1969), tais como: o que tem acontecido à pobreza? O que tem acontecido ao desemprego? O que tem acontecido às desigualdades? Se as respostas a estas questões forem no sentido de que não se tem observado uma diminuição destes indicadores, mas sim pelo contrário um aumento, então associado ao crescimento económico não tem ocorrido desenvolvimento. Face a esta situação, não se pode aplicar o conceito de desenvolvimento mesmo que se tenha assistido a um aumento do PIB *per-capita*. Com essa nova abordagem o conceito de desenvolvimento alterou-se, passou de sinónimo de crescimento económico para um conceito amplo, contínuo e positivo avaliado pela mudança da experiência humana na sua totalidade (Harrison, 1988, citado por Sharpley e Telfer, 2002).

Segundo Riggs (1984) citado por Pretes (1997), o conceito de desenvolvimento foi largamente substituído por termos como, evolução, progresso, mudança, crescimento, transformação, ocidentalização, industrialização e modernização.

O desenvolvimento difere de crescimento económico. Uma vez que o crescimento económico significa alcançar uma economia consistente, produzindo mais bens e serviços, aumentando o PIB e o rendimento total. Mas o crescimento económico pode ocorrer sem abordar problemas como a desigualdade e a pobreza, quando, por exemplo, o crescimento económico apenas beneficia um número limitado de pessoas. O desenvolvimento não inclui apenas crescimento económico, mas também as condições nas quais ocorre a produção e os resultados que dele decorrem. Em termos de condições, o desenvolvimento inclui o ambiente afectado pela actividade económica e as condições dos trabalhadores que produzem o crescimento. Se o crescimento destruir o meio

ambiente, e amortecer a vida activa, não é desenvolvimento. Desenvolvimento incorpora as consequências sociais da produção. Se o crescimento originar apenas a concentração da riqueza nas mãos de um grupo restrito de pessoas não origina desenvolvimento (Peet e Hartwick, 2009).

Segundo Fortunato (2003:25) o crescimento pode ser definido como “o acréscimo duradouro de uma variável económica de longo prazo”. No entanto, o desenvolvimento “implica algumas alterações estruturais e institucionais que conduzem a uma avaliação qualitativa das sociedades”.

De acordo com Goulet (1989) o conceito de desenvolvimento possui pelo menos cinco dimensões:

- **Componente económica** - a criação de riqueza e acesso equitativo aos recursos como meios de superar a "poluição da pobreza";
- **Componente social** - a melhoria da saúde, educação, emprego e oportunidades de alojamento;
- **Dimensão política** - o reconhecimento de direitos humanos, a criação de liberdade política e a possibilidade das sociedades seleccionarem e optarem por sistemas políticos que estejam de acordo com as necessidades das comunidades;
- **Dimensão cultural** - a protecção ou afirmação da identidade cultural de um povo;
- **Paradigma de “full-life”** - a preservação e fortalecimento dos significados, símbolos e convicções de uma sociedade.

De acordo com Sharpley e Telfer (2002) às dimensões referidas por Goulet deverá ser adicionado uma sexta dimensão, isto é, a dimensão ecológica, na qual se baseia o conceito de sustentabilidade ambiental como um princípio de todas as políticas de desenvolvimento, senda esta dimensão já muito referenciada nas conferências da OCDE e da ONU.

Após a reflexão descrita é possível definir desenvolvimento como sendo um conceito complexo, multidimensional, que não integra apenas indicadores de crescimento económico e indicadores sociais (como educação, saúde e habitação), mas também indicadores que avaliam a integridade política e cultural e a liberdade dos indivíduos numa sociedade, isto é, desenvolvimento é uma mudança contínua e positiva nas dimensões económicas, sociais, políticas e culturais da condição

humana, guiado pelo princípio de liberdade de escolha e limitado pela capacidade do ambiente para sustentar tal mudança (Sharpley e Telfer, 2002).

De acordo com o que foi descrito anteriormente sobre o conceito de desenvolvimento é de referir que o desenvolvimento e o turismo têm uma estreita relação, visto que o desenvolvimento abrange várias dimensões, como a dimensão económica, social, política, cultural entre outras e o turismo é considerado por muitos autores com um fenómeno de grande importância económica, social, política, ambiental e cultural, podendo contribuir, desta forma para o desenvolvimento de uma sociedade. De acordo com Sharpley e Telfer (2002), o turismo representa um meio efectivo para atingir o desenvolvimento, uma vez que o turismo contribui para melhorar os factores que determinam o desenvolvimento de um determinado país/regiões. Mas o turismo é também causa desse desenvolvimento. A actividade turística (oferta e procura) é influenciada por indicadores económicos, sociais, culturais e ambientais tanto dos países de origem como dos países de destinos. Por sua vez os impactos que o turismo origina também são influenciados pelo nível de desenvolvimento dos países, principalmente dos países de destinos.

2.4 Definição de desenvolvimento económico

O conceito de desenvolvimento económico é abordado de forma diferente por vários autores (Pass *et al.* 1993; Adelman e Yeldan, 2000; Flammang, 1979; Schumpeter, 1911) e a maioria deles constata que o desenvolvimento económico difere do crescimento económico. Segundo Pass *et al.* (1993) citado por Sharpley e Telfer (2002), o desenvolvimento económico é um processo de transição que envolve a transformação estrutural de uma economia e um crescimento da produção real de uma economia ao longo do tempo.

De acordo com Flammang (1979) desenvolvimento económico é essencial ao crescimento contínuo e é vital para uma região, mas o desenvolvimento difere de crescimento económico. A economia regional pode crescer sem mudar simplesmente, se produz mais do mesmo (os mesmos bens e serviços) e da mesma maneira. Desenvolvimento implica algo mais, implica uma mudança qualitativa no que ou como os bens e serviços são produzidos através de mudanças na utilização dos recursos, métodos de produção, de qualificações profissionais, tecnologia e a informação. O desenvolvimento e crescimento completam-se mutuamente, a longo prazo (Kane, 2004).

De facto o desenvolvimento económico implica mudanças estruturais, culturais e institucionais, que difere de um simples crescimento de rendimento *per-capita* ou crescimento económico. Schumpeter

(1911) assinalou esse facto, quando afirmou que o desenvolvimento económico implica transformações estruturais do sistema económico que o simples crescimento do rendimento *per-capita* não assegura (Pereira, 2008). Também Adelman e Yeldan (2000) reconheceram esse facto, afirmando que o desenvolvimento económico é uma combinação de cinco elementos: 1) crescimento auto-sustentável, 2) alterações estruturais nos padrões de produção; 3) inovação tecnológica; (4) modernização social, política e institucional, e 5) a melhoria generalizada da condição humana.

O desenvolvimento económico difere do crescimento, mas são dois conceitos que se interligam entre si, na medida em que o crescimento é um elemento importante no processo de desenvolvimento económico. Para avaliar o desenvolvimento económico de um país, existe um conjunto diversificado de indicadores que poderão ser utilizados. Alguns estão mais relacionados com o conceito de crescimento económico, como por exemplo, PBI, o PIB *per-capita* e *Coeficiente de Gini*, enquanto que, outros estão relacionados com o conceito de desenvolvimento económico no sentido mais lato, como por exemplo, Índice de Desenvolvimento Humano, Índice de Pobreza Humana, Taxa Mortalidade Infantil, taxa de alfabetização, taxa de desemprego.

De acordo com nações unidas (1998) o PIB é o valor do output final total de todos os bens e serviços produzidos por uma economia, tanto por residentes como por não residentes, independentemente de serem nacionais ou estrangeiros. Não inclui deduções para a depreciação do capital físico ou esgotamento e degradação dos recursos naturais. Obtém-se o PIB *per-capita* dividindo o PIB total pelo total da população.

O *Coeficiente de Gini* mostra as diferenças na distribuição da riqueza. É uma medida que permite avaliar as desigualdades na distribuição da riqueza. Este indicador foi criado pelo italiano Corrado Gini. Trata-se de um indicador cujos valores variam entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de rendimento (ou seja, todos têm o mesmo rendimento) e 1 corresponde à completa desigualdade (isto é, uma pessoa detém todo o rendimento, e as restantes pessoas não têm nada). Este indicador poderá também ser expresso em termos percentuais (Nações Unidas, 1993).

No início dos anos 90 foi introduzido uma nova forma de medir o desenvolvimento, combinando a esperança média de vida, o nível educacional e o rendimento, num índice composto de desenvolvimento humano, o IDH. O IDH é composto por três indicadores representativos, de igual

peso na dimensão do desenvolvimento humano. A longevidade (esperança de vida à nascença⁵), a educação (taxa de alfabetização⁶ e média de anos de escolaridade⁷) e o rendimento (paridade do poder de compra, dólares per capita). O rendimento é calculado tendo por base o PIB *per-capita* (nações unidas, 1994). O IDH consiste numa medida que resume os diversos índices de desenvolvimento humano. Mede os avanços registados, em média, num determinado país, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano (Figura 2.2).

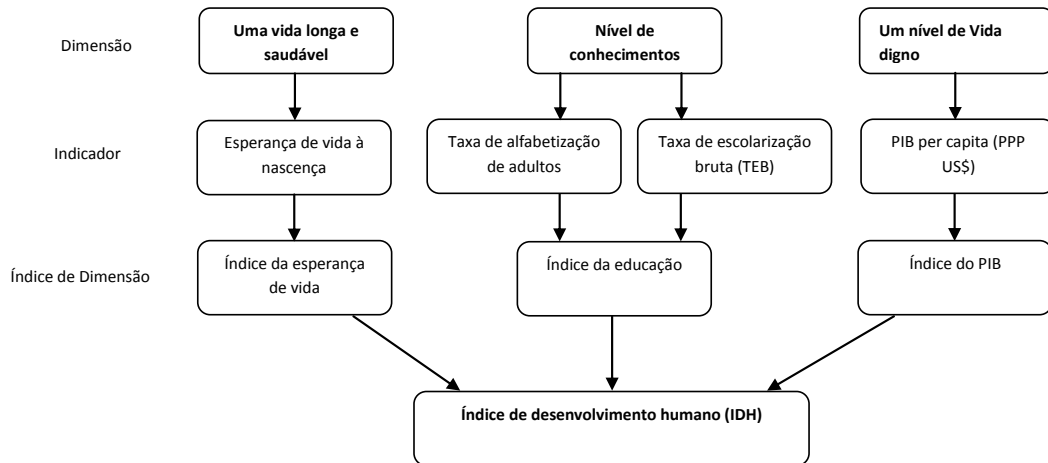


Figura 2.2: As dimensões de índice de desenvolvimento humano

Fonte: Nações Unidas (2008), http://hdr.undp.org/en/media/HDR_20072008_PT_technical.pdf, acedido em 07/05/2010.

Enquanto o IDH mede os progressos médios alcançados, o IPH mede o grau de privação ou as carências quanto ao desenvolvimento humano básico. Este indicador, procura saber se pessoas dispõem das escolhas e oportunidades básicas que lhes permitam ter uma vida longa e saudável. O IPH calcula-se com base na privação em três elementos essenciais da vida humana, já reflectidos no IDH: longevidade, conhecimento e um padrão de vida decente. O IPH é obtido em separado para os países em desenvolvimento (IPH-1) e para países de rendimento elevado escolhidos pela OCDE (IPH-2).

⁵ **Esperança de vida à nascença** é número de anos que viveria uma criança recém-nascida se os padrões de mortalidade predominantes no momento do seu nascimento se mantivessem os mesmos ao longo da sua vida Nações Unidas (2008), http://hdr.undp.org/en/media/HDR_20072008_PT_technical.pdf, acedido em 07/05/2010.

⁶ **Taxa de alfabetização de adultos** é a Percentagem da população com 15 anos ou mais que pode, com compreensão, ler e escrever um texto pequeno e simples sobre o seu quotidiano Nações Unidas (2008), http://hdr.undp.org/en/media/HDR_20072008_PT_technical.pdf, acedido em 07/05/2010

⁷ **Taxa escolarização bruta** é número de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em percentagem da população com idade escolar oficial para aquele nível. A taxa bruta de escolarização pode ser superior a 100% devido à repetição de anos e à matrícula de alunos com idade inferior ou superior à idade oficial para aquele grau de ensino Nações Unidas (2008), http://hdr.undp.org/en/media/HDR_20072008_PT_technical.pdf, acedido em 07/05/2010).

O índice de pobreza humana para países em desenvolvimento (IPH-1) mede o grau de privação em três dimensões básicas do desenvolvimento humano contempladas no IDH: uma vida longa⁸ e saudável, nível de conhecimento⁹ e um nível de vida digno^{10 e 11} (Figura 2.3).

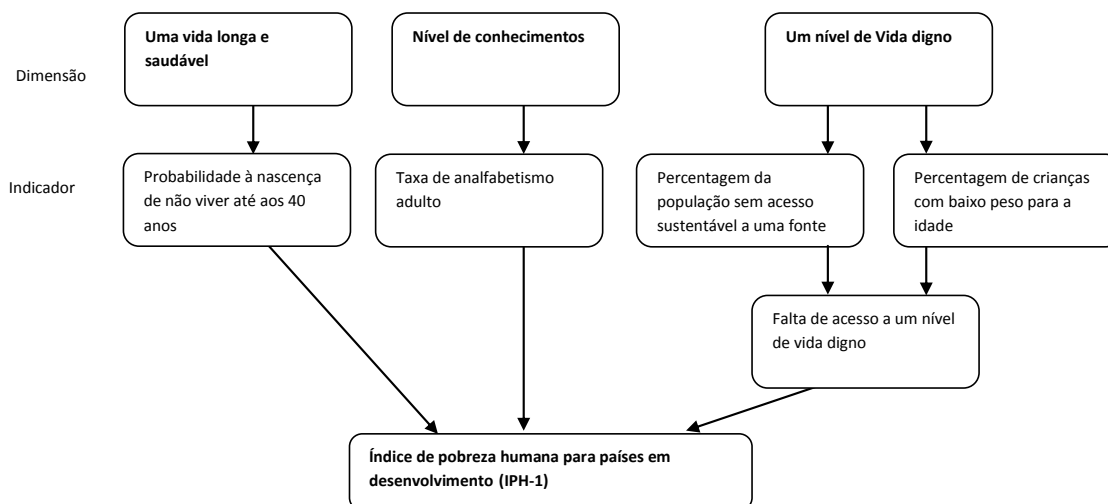


Figura 2.3: As dimensões de índice de pobreza humana para países em desenvolvimento (IPH-1)

Fonte: Nações Unidas (2008), http://hdr.undp.org/en/media/HDR_20072008_PT_technical.pdf, acedido em 07/05/2010.

O índice de pobreza humana em países seleccionados pela OCDE (IPH-2) mede o grau de privação em três dimensões básicas já mencionadas no IPH-1^(12,13e14) e também contempla a exclusão social (figura 2.4).

⁸ **Probabilidade à nascença de não sobreviver até uma idade específica** é calculada como 1 menos a probabilidade de sobreviver até uma idade específica para uma dada *coorte*. Probabilidade à nascença de sobreviver até uma idade específica é a probabilidade de uma criança recém-nascida viver até uma determinada idade, se estiver sujeita aos padrões predominantes das taxas de mortalidade específicas à idade Nações Unidas (2008), http://hdr.undp.org/en/media/HDR_20072008_PT_technical.pdf, acedido em 07/05/2010

⁹ **Crianças menores de cinco anos com baixo peso para a idade**, Inclui insuficiência de peso moderada, definida como mais de dois desvios padrão abaixo do peso mediano para a idade da população de referência, e insuficiência de peso grave, definida como mais de três desvios padrão abaixo do peso mediano Nações Unidas (2008), http://hdr.undp.org/en/media/HDR_20072008_PT_technical.pdf, acedido em 07/05/2010

¹⁰ **População com acesso sustentável a fonte de água melhorada**, é uma Parcela da população com acesso razoável a qualquer um dos seguintes tipos de abastecimento de água potável: água canalizada, fontanários públicos, furos de captação de água, poços escavados cobertos, nascentes protegidas e recolha de águas pluviais. Acesso razoável é definido como a disponibilidade de pelo menos 20 litros por pessoa e por dia a partir de uma fonte localizada no espaço de um quilómetro da habitação do utilizador. **População sem acesso sustentável a fonte de água melhorada** é calculada como 100 menos a percentagem da população com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (Nações Unidas (2008), http://hdr.undp.org/en/media/HDR_20072008_PT_technical.pdf, acedido em 07/05/2010)

¹¹ **Crianças menores de cinco anos com baixo peso para a idade**, Inclui insuficiência de peso moderada, definida como mais de dois desvios padrão abaixo do peso mediano para a idade da população de referência, e insuficiência de peso grave, definida como mais de três desvios padrão abaixo do peso mediano Nações Unidas (2008), http://hdr.undp.org/en/media/HDR_20072008_PT_technical.pdf, acedido em 07/05/2010

¹² **Pessoas que são funcionalmente analfabetas**, é a parcela da população adulta (16-65 anos) com resultados de nível 1 na escala de literacia em prosa do Inquérito Internacional à Literacia dos Adultos. A maioria das tarefas a este nível exige que o leitor localize uma informação no texto que seja idêntica ou sinónima à informação dada nas instruções Nações Unidas (2008), http://hdr.undp.org/en/media/HDR_20072008_PT_technical.pdf, acedido em 07/05/2010

¹³ **Percentagem da população que vive abaixo do limiar de pobreza** especificado: 11 USD por dia (por pessoa numa família de três) - a preços internacionais de 1994, ajustados à paridade do poder de compra (Nações Unidas, relatório de desenvolvimento humano 2007/08).

¹⁴ **Taxa de desemprego de longa duração** é número de desempregados (que estão desempregado a um ano ou mais), dividido pelo número de pessoas da população activa Nações Unidas (2008), http://hdr.undp.org/en/media/HDR_20072008_PT_technical.pdf, acedido em 07/05/2010

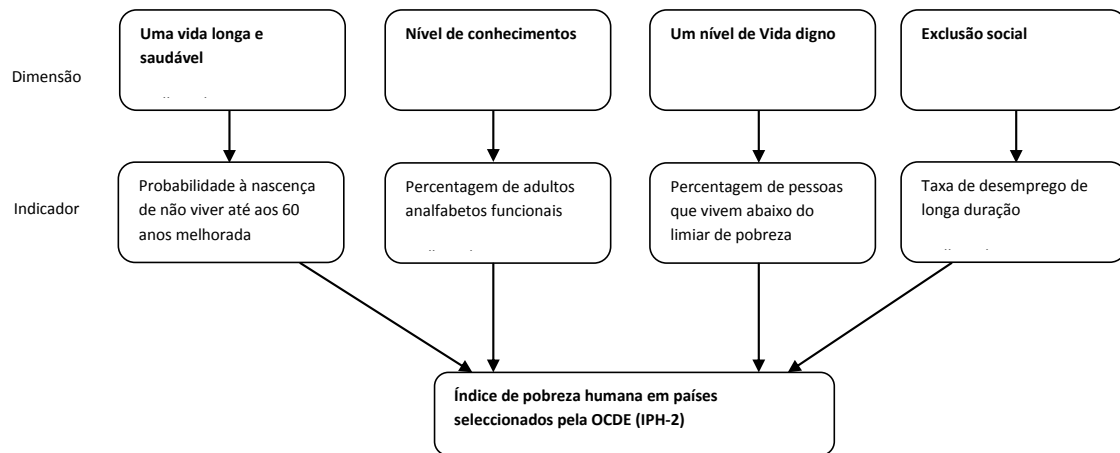


Figura 2.4: As dimensões de índice de pobreza humana em países seleccionados pela OCDE (IPH-2)

Fonte: Nações Unidas (2008), http://hdr.undp.org/en/media/HDR_20072008_PT_technical.pdf, acedido em 07/05/2010.

Em relação ao indicador taxa de mortalidade infantil, segundo as nações unidas (1998) é um indicador que mede o número anual de mortes de crianças com menos de um ano de idade por mil nascidos vivos. Mais especificamente, a probabilidade de morrer entre o nascimento e um ano de idade vezes 1000.

Segundo Beauregard (1993) quando os esforços apenas se concentram no desenvolvimento económico, existe uma forte tendência para ignorar assuntos políticos e económicos, que também afectam a qualidade de vida duma comunidade Sharpley e Telfer (2002).

A abordagem do sector público para o desenvolvimento económico é aquele que incide sobre investimentos e ganhos de eficiência de forma a moldar o amplo ambiente económico para os negócios e trabalho, através da educação, as infra-estruturas de transporte, segurança pública, sistemas de água e resíduos, regulamento, e em geral estrutura fiscal. No sentido mais estrito, o desenvolvimento económico frequentemente se refere á assistência directa para as empresas e indústrias. Neste caso, o sector público toma medidas para reduzir os custos e riscos para as empresas e, assim, incentiva o investimento das empresas e o aumento da produtividade. (Conferência Nacional de Estado legislativos (2004), citado por Kane, 2004). Ambas as abordagens referem a dinâmica das economias regionais e as fontes potenciais de crescimento. O turismo contribui para dinamizar as economias regionais e constitui na maioria dos casos uma potencial fonte de crescimento.

2.5 Conclusão

Neste capítulo pretendeu-se apresentar um quadro conceptual do turismo e do desenvolvimento, tendo como base as diferentes abordagens que têm sido utilizadas na literatura para explicar estes conceitos.

Numa primeira fase, apresentaram-se algumas abordagens utilizadas na literatura para definir o turismo. Das abordagens apresentadas verificou-se que a maioria das definições de turismo define este fenómeno pelo lado da procura, no entanto, a OMT juntamente com outros organismos, nomeadamente a OCDE e a ONU agregaram esforços e criaram a conta satélite de turismo, que permite visualizar toda a magnitude económica do turismo, tanto sob o ponto de vista da procura, como da oferta.

Na definição de turismo pelo lado da procura foi evidenciado, a definição conceptual e técnica proposto pela OMT. A definição conceptual proposta poderá ser utilizada a nível mundial, definem o turismo como sendo todas as actividades praticadas pelos indivíduos durante as suas viagens e permanências em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período contínuo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, negócios e outros. Com base nesta definição foram delimitadas as viagens que são efectuadas no âmbito do turismo e as que não fazem parte deste grupo (definição técnica).

Na definição do lado da oferta expõem-se a classificação sugerida pela OMT para definir o tipo de bens e serviços que podem ser classificados como turísticos (produtos característicos e conexos) e as actividades económicas (actividades características e actividades conexas do turismo) que fornecem esse tipo de bens e serviços.

Na segunda fase, abordaram-se os vários conceitos de desenvolvimento referidos na literatura ao longo dos anos. Verificou-se que o desenvolvimento económico difere de crescimento mas são dois conceitos que se interligam entre si, na medida em que o crescimento é um elemento importante no processo de desenvolvimento económico. Também foram apresentados os indicadores que poderão ser utilizados para avaliar o desenvolvimento económico de um determinado país ou região, como por exemplo, PBI, o PIB *per-capita* e *Coeficiente de Gini*, IDH, IPH, Taxa Mortalidade Infantil entre outros.

Capítulo 3. Turismo e desenvolvimento

3.1 Introdução

Turismo num país é tanto uma manifestação do seu nível de desenvolvimento, como um meio de promover um maior desenvolvimento. Por sua vez, o desenvolvimento económico influencia praticamente todos os aspectos do desenvolvimento do turismo (Liu, 1998). De acordo com esta afirmação, neste capítulo vamos falar da estreita relação que existe entre o turismo e o desenvolvimento.

Na primeira secção deste capítulo fala-se do turismo nos países em desenvolvimento, apresentando as características desses países e o contributo que o turismo traz para esses países. Na segunda secção apresenta-se uma explanação da relação que existe entre o turismo e o desenvolvimento, analisando o modelo apresentado pelo Sharpley e Telfer (2002). Por sua vez, nas outras duas secções aborda-se os impactos estimulados pelo turismo numa região. Abordamos os impactos económicos do turismo, apresentando os benefícios e os custos económicos do turismo na economia de um país e na última parte, analisa-se os impactos positivos e negativos socioculturais do turismo. Analisam-se tanto os impactes económicos do turismo como os impactes socioculturais, referindo para os dois tipos de impactes os que, normalmente, são categorizados como benefícios e os que pertencem ao grupo dos custos.

3.2 Turismo nos países em desenvolvimento

Os países em desenvolvimento geralmente têm uma série de características comuns. Nestes países, a economia depende em grande parte da produção e das exportações agrícolas, o sector primário é o principal sector em termos de emprego, o sector industrial tem pouca representatividade na economia, os recursos tecnológicos são deficientes, o rendimento *per-capita* é baixo, possuem elevadas taxas de mortalidade infantil, baixos níveis de educação, alfabetização, esperança média de vida e de saúde (Sharpley e Telfer, 2008). A economia destes países é ainda caracterizada por existirem baixas reservas financeiras, elevados níveis de endividamento internacional e elevados défices financeiros. Estes países são, ainda, na maioria dos casos, caracterizados por possuírem elevadas taxas de crescimento da população e elevadas taxas de desemprego, sendo as estruturas político-sociais muitas vezes limitadas e instáveis.

O nível de desenvolvimento de um país integra várias dimensões, desde a dimensão económica, à social, cultural e política. Estas dimensões estão interligadas e influenciam-se mutuamente.

Numa perspectiva económica, segundo Samuelson e Nordhaus (2005) a característica mais importante dos países em vias de desenvolvimento é a de possuírem um reduzido rendimento *per-capita*. Acresce ainda, a esta perspectiva económica o facto de um número considerável de habitantes desses países terem uma saúde deficiente, fracos níveis de alfabetização e alimentação. Estas características contribuem para que exista nestes países, para além de um défice de capital financeiro, um défice de capital humano.

Apesar das fragilidades económicas e sociais que caracterizam os países em desenvolvimento possuem uma grande riqueza histórica e cultural e importantes recursos naturais (Blanton, 1981).

Apesar da existência de algumas características comuns entre os países em vias de desenvolvimento, existe uma grande diversidade entre os países. Alguns países permanecem no limiar da sobrevivência, os países mais pobres (exemplo: Congo, Etiópia e Libéria), enquanto que outros países (exemplo: Hong Kong, Singapura e Coreia do Sul) têm-se afastado do grupo dos países em desenvolvimento ao apresentarem níveis de rendimentos *per-capita* similares ao dos países de elevado rendimento (Samuelson e Nordhaus, 2005).

O turismo nos países em desenvolvimento começou a dar os primeiros passos no início da década de 60, quando estes países abandonaram as estratégias de desenvolvimento orientadas para o comércio interno e focalizaram os seus esforços em estratégias de desenvolvimento orientadas para o exterior, cujo objectivo era aumentar as exportações. Até ao início desta década, muitos estudiosos da problemática do desenvolvimento e políticos alegaram que o comércio global, especialmente para produtos primários, era demasiado irregular para formar o motor principal do crescimento para as economias dos países em desenvolvimento. Acreditava-se que estratégias mais orientadas para o comércio interno ofereciam uma base mais segura e ordenada para a geração de um crescimento sustentado. No entanto, esta estratégia foi substituída, por uma estratégia de crescimento voltado para o exterior, apostando na expansão de alguns sectores que poderiam estimular o comércio externo como é o caso particular do turismo internacional (Brohman, 1996).

Segundo Sharpley e Telfer (2008) os países em desenvolvimento geralmente têm uma série de características que caracterizam as condições de subdesenvolvimento: a economia depende em grande parte da produção e das exportações agrícolas; a maioria das economias dos países em desenvolvimento é dependente desta actividade para gerar emprego e entradas de divisas; o sector

industrial tem pouca influência na economia e possuem uma evolução deficiente dos recursos tecnológicos; possuem baixos padrões de vida devido a baixos níveis de rendimento (rendimento per capita), elevada taxa de mortalidade infantil e baixos níveis de educação, alfabetização e saúde; as economias são fracas, caracterizadas por baixas reserva financeira, elevados níveis de endividamento internacional e elevados défices financeiros; possuem elevado crescimento da população e elevadas taxa de desemprego; possuem estruturas político-sociais limitadas ou instáveis. Enquanto o subdesenvolvimento é frequentemente afirmado como resultado de desigualdades na distribuição global de poder económico e político. As estruturas políticas e sociais nos países em desenvolvimento podem também determinar o grau de desenvolvimento que ocorre.

Vários argumentos podem ser apresentados que justificam, no início da década de 60, a adopção de estratégias orientadas para o crescimento das exportações.

Em primeiro lugar, **devido aos baixos níveis da procura interna**, em muitos países em desenvolvimento, acreditava-se que o crescimento económico dependia em grande parte do acesso a mercados globais através de estratégias orientadas para o exterior. Em segundo lugar, os efeitos multiplicadores associados ao comércio exterior e ao turismo podem facilitar o crescimento a longo prazo, através, por exemplo, do aumento da produção e do emprego. Em terceiro lugar, as receitas obtidas do comércio e do turismo podem promover a estabilidade macroeconómica, contribuindo para um equilíbrio mais favorável do comércio e das contas externas. Em quarto lugar, acredita-se que o aumento do volume de comércio externo e o aumento da competitividade nos mercados globais cria eficiências económicas associadas a economias de escala e à difusão tecnológica.

Com base nos argumentos anteriormente descritos, a maioria dos países em desenvolvimento adoptou estratégias de desenvolvimento orientadas para o crescimento das exportações. Salienta-se o facto de que a adopção deste tipo de estratégias implica que sejam considerados, de forma a serem minimizados, alguns problemas que poderão ocorrer, nomeadamente a dependência aos mercados externos (Brohman, 1996).

Muitos autores defendem que o turismo é uma das actividades económicas que poderá contribuir para o desenvolvimento socioeconómico dos países, particularmente dos países menos desenvolvidos. Neste sentido, a maior parte dos países em desenvolvimento consideram o turismo como uma importante opção de desenvolvimento, sendo considerado em alguns países em

desenvolvimento a actividade económica mais adequada para estimular o desenvolvimento (Sharpley e Telfer, 2008).

Os países em desenvolvimento apostam no turismo de forma a aumentar o rendimento, as exportações, a produção e o emprego. Além disso, o desenvolvimento do turismo e de todas as actividades económicas que, de forma directa e indirecta, contribuem para satisfazer a procura turística estimulam a diversificação da estrutura económica destes destinos. Apesar destes potenciais benefícios do turismo para os países em desenvolvimento, muitas vezes, os custos económicos são também elevados fazendo com que os benefícios líquidos não sejam atractivos. Em determinados países, por vezes o desenvolvimento do turismo beneficia apenas um grupo restrito da população não beneficiando as classes mais pobres. Por sua vez, em muitas situações são os grupos económicos mais desfavorecidos da população que mais sofrem com os custos económicos (exemplo; inflação) e com os custos ambientais e socioculturais originados pelo desenvolvimento do turismo nestes destinos (Sharpley e Telfer, 2008)

A análise do turismo nos países em desenvolvimento permite observar que existem grandes assimetrias. Existem países em desenvolvimento onde o turismo já tem alguma expressão (Egipto, Marrocos, Tunísia, Seychelles, ilhas de Madagáscar, Gana), enquanto que, em outros países o turismo ainda não criou as condições necessárias para o desenvolvimento desta actividade (Níger, Chade, Congo, Republica Central Africana, Serra Leoa, Burundi). No entanto, mesmo se um país está fortemente envolvido na indústria do turismo, não é uma garantia de que isso será benéfico para a economia como um todo. Os custos e os benefícios económicos precisam de ser analisados e avaliados de acordo com a realidade de cada país (Iwersen-Sioltsidis e Iwersen, 1996). Apesar desta realidade observa-se que nestes últimos anos ocorreram grandes mudanças estruturais em vários países em desenvolvimento devido ao crescimento do turismo internacional.

Segundo Iwersen-Sioltsidis e Iwersen (1996) os efeitos positivos de turismo para um país em desenvolvimento são, principalmente, efeitos ao nível do PIB, no emprego, nas receitas do estado, nas infra-estruturas, na balança de pagamentos e financiamento e na formação e conhecimento. Um dos exemplos do elevado **efeito de turismo na economia nacional** de um país em desenvolvimento é o caso das Bahamas cerca de 60% a 70% do PIB anual é gerado pela indústria do turismo.

Em relação ao **efeito do turismo na geração de emprego nos países em desenvolvimento** é importante salientar que apesar de turismo ser uma indústria de trabalho intensivo, muitas vezes

este efeito não é significativo, consequência de, muitas vezes, o processo de desenvolvimento turístico adoptado consistir na criação de equipamentos turísticos com base no investimento externo. Para que o turismo contribua para a geração de emprego nos países em vias de desenvolvimento e beneficie os grupos economicamente desfavorecidos é importante desenvolver em simultâneo estratégias que contribuam para a qualificação dos recursos humanos destes países, melhorando, desta forma o seu capital social.

O desenvolvimento do turismo nos países em desenvolvimento tem contribuído para a construção de um conjunto de equipamentos e de infra-estruturas que beneficiam as comunidades locais destes países.

A entrada de turistas estrangeiros nos países em desenvolvimento e a construção das infra-estruturas e equipamentos turísticos necessários para que sejam satisfeitas as necessidades da procura turística influenciam várias contas das balanças de pagamentos destes países. A dimensão dos efeitos que o turismo poderá ter na balança de pagamentos dos países em desenvolvimento depende de um conjunto de factores, como por exemplo do montante de investimento estrangeiro, do nível de endividamento desses países e do valor dos bens e serviços importados para satisfazer as necessidades da procura turística.

No que respeita ao nível de formação e de conhecimento, o desenvolvimento da indústria turística implica o recurso a mão-de-obra qualificada, o que contribuirá para que possam ocorrer melhorias ao nível da formação e do conhecimento nestes países.

No entanto, a indústria turística não traz consigo somente os efeitos positivos para os países em desenvolvimento, mas também efeitos negativos. Em termos de capital social, observa-se que na maioria dos países em desenvolvimento existem graves lacunas neste domínio o que dificulta o desenvolvimento da indústria turística. Em consequência da falta de mão-de-obra qualificada para desempenhar funções na indústria turística, muitas das empresas turísticas recorrem a mão-de-obra qualificada do exterior. Este factor irá contribuir para que os efeitos multiplicadores associados à procura turística diminuam. É fundamental inverter este ciclo e desenvolver estratégias que estimulem o capital social destes países, passando desta forma a existir mão-de-obra qualificada para trabalhar na indústria turística.

Iwersen-Sioltsidis e Iwersen (1996) enumeraram alguns dos principais efeitos negativos do turismo nos países em desenvolvimento. Estes efeitos poderão ser categorizados em efeitos negativos do turismo internacional, custos de oportunidade, custos sociais e custos ambientais.

O turismo internacional pode causar problemas para um país em desenvolvimento se as mercadorias necessárias para satisfazer as necessidades da procura turística tiverem de ser importadas. O aumento de importações de produtos não só cria uma perda de recursos em divisas, tendo um forte efeito negativo sobre a balança comercial, mas também aumenta as leakages (fugas), diminuindo desta forma o efeito multiplicador da procura turística. Em termos de custos de oportunidade destaca-se que o desenvolvimento de infra-estruturas necessárias para garantir uma indústria turística em bom funcionamento pode originar custos sociais elevados uma vez que o investimento público que é efectuado nestas infra-estruturas poderia ser aplicado em infra-estruturas necessárias ao bem-estar dos residentes. Por outro lado, o desenvolvimento de grandes infra-estruturas turísticas em zonas de turismo de massa origina impactes sociais negativos para as comunidades locais, como por exemplo congestionamento de tráfego, ruído e poluição (Iwersen-Sioltsidis e Iwersen, 1996).

As infra-estruturas básicas em países em desenvolvimento são muitas vezes limitadas. Em muitos países, há muitas vezes escassez de energia eléctrica e água potável. O desenvolvimento do turismo traz, por vezes, para esses países um problema fundamental para os residentes. Estes apesar de não possuírem infra-estruturas básicas suficientes têm que enfrentar outras dificuldades originadas pelo desenvolvimento turístico destes destinos, nomeadamente um aumento do nível de preços dos produtos alimentares e da água potável. Isso também pode afectar outros sectores que desempenham um papel vital no apoio à comunidade local (Iwersen-Sioltsidis e Iwersen, 1996).

O problema de eliminação de resíduos em países em desenvolvimento é mais visível onde o turismo de massas predomina. Em regiões de grande desenvolvimento turístico são produzidas grandes quantidades de resíduos sólidos, sendo necessários grandes investimentos para obter um sistema adequado de reciclagem ou de eliminação desses resíduos. No entanto, a maioria dos países em desenvolvimento não tem os meios financeiros e, por vezes, tecnológicos para criar tais sistemas e resolvem o problema queimando lixo em lixeiras ou armazenando-o em vales que podem causar danos graves, ao ambiente natural que é a base do turismo bem como ao nível de saúde das comunidades locais (Iwersen-Sioltsidis e Iwersen, 1996).

Jafari (1974) refere ainda outros custos que o turismo poderá proporcionar para os países em desenvolvimento tais como: aumento das importações, baixos índices de produtividade, efeito de demonstração em turismo, redução da poupança, inflação, elevados investimentos na construção e manutenção de infra-estruturas e destruição de alguns recursos naturais. Uma das principais razões para o empenho dos países em desenvolvimento no desenvolvimento da indústria turística é o facto de o turismo permitir a entrada de divisas no países. No entanto, o que é um custo frequentemente negligenciado é a quantidade de moeda estrangeira que tem de ser gasta para manter o negócio do turismo em funcionamento (desenvolvimento, expansão e promoção do mercado), originando um aumento das importações o que se traduz numa redução das receitas líquidas. O elevado índice de sazonalidade que caracteriza a procura turística de muita procura turística cria problemas de gestão para as empresas turísticas que se traduzem em termos de rentabilidade, de taxa de retorno dos investimentos e de produtividade.

Quando os habitantes dos países em desenvolvimento entram em contacto com produtos superiores ou produtos mais dispendiosos vindos do exterior, eles estão sujeitos ao que os economistas chamam de efeito de demonstração. Ambicionam adquirir esse tipo de produtos, o que poderá originar uma certa tensão e inquietação, e aumentam as suas propensões a consumir produtos que, normalmente, são normalmente.

Outros dos efeitos negativos do turismo nos países em vias de desenvolvimento são os efeitos ao nível da inflação, custo de reparação e manutenção das infra-estruturas e o facto de o turismo poder contribuir para a destruição dos bens livres que são a base do desenvolvimento turístico de muitos destes países. Os visitantes que se deslocam a estes países estão dispostos a pagar preços mais elevados pelos bens e produtos que consomem do que os residentes. Por sua vez, observa-se, também, que na maioria dos casos, os preços dos produtos nestes países são inferiores aos preços de produtos similares nos seus países de origem, o que contribuirá, de forma positiva, para o aumento do consumo desses produtos no destino, dando origem a tensões inflacionistas. Outro efeito do turismo está relacionado com o custo de oportunidade dos investimentos e das despesas públicas que são afectas à actividade turística. O desenvolvimento da actividade turística implica, para além do investimento inicial que é necessário para construir infra-estruturas, a realização de muitas despesas na manutenção e reparação dessas infra-estruturas e na reparação e manutenção de atracções turísticas. Estas despesas públicas, irão dinamizar a economia desses países, no entanto existe sempre um custo de oportunidade, na medida em que estas despesas poderiam ser afectas a outras áreas relevantes para o bem-estar dessas comunidades.

Segundo Sadler e Archer (1975) são vários os impactes que o turismo pode originar nos países em vias de desenvolvimento, destacando como principais efeitos: influência nas taxas de câmbio, no rendimento, no emprego, na inflação, no ambiente e na infra-estruturas. Estes autores salientam ainda o facto de o turismo poder acentuar a dependência económica destes países face aos países desenvolvidos e de provocar alterações a nível social e cultural nas comunidades.

Salienta-se, ainda, o facto de que os países em desenvolvimento podem ser forçados, em consequência da existência de um conjunto de estrangulamentos a incentivar o desenvolvimento turístico, apesar de existirem algumas reservas sobre as consequências a longo prazo do desenvolvimento desta actividade. Esta aposta, muitas vezes, está relacionada com o facto de o turismo ser uma das actividades económicas que mais contribuiu para a entrada de divisas estrangeiras nos países em vias de desenvolvimento. Em consequência, muitos países em desenvolvimento, sem fazerem estudos de viabilidade do desenvolvimento da actividade turística e do seu potencial socioeconómico apostam no desenvolvimento desta actividade, geralmente a custa de outras actividades económicas. Acresce ainda o facto de que, depois de esses países terem apostado no desenvolvimento do turismo internacional não conseguem fazer uma análise custo/benefício da actividade turística (Jafari, 1974), não identificando, de forma objectiva, os problemas que estão relacionados com esta actividade e as estratégias que deverão ser adoptadas para ultrapassar esses problemas.

Um dos problemas enunciado por Tosun and Jenkins (1998) está relacionado com a falta de recursos humanos qualificados em áreas fundamentais para o desenvolvimento da actividade turística.

Segundo Tosun e Jenkins (1998) as três principais abordagens para o planeamento de desenvolvimento turístico são: a abordagem de desenvolvimento sustentável do turismo, a abordagem da participação da comunidade e a abordagem de planeamento global, integrada e sistemática. Segundo estes autores estas abordagens são de difícil execução em países em desenvolvimento. A abordagem de desenvolvimento sustentável pode ser muito difícil na prática, senão impossível, uma vez que a comunidade vive muitas vezes à margem das necessidades básicas. Rees (1989) citado por Tosun e Jenkins (1998) argumenta que a implementação bem sucedida de desenvolvimento sustentável exige uma política integrada, planeamento e processos de aprendizagem social. Segundo ele a implementação do desenvolvimento sustentável contém condições complexas que não podem ser cumpridas por muitos países em desenvolvimento.

A abordagem baseada na participação da comunidade no planeamento de desenvolvimento do turismo foi formulada em países desenvolvidos. A implementação desta abordagem poderá ocorrer em países desenvolvidos mas existem algumas dificuldades de implementação em países em desenvolvimento. Em muitos destes países em desenvolvimento é difícil encontrar estabilidade política bem como instituições públicas capazes de implementar esse tipo de abordagem. Assim, o envolvimento da comunidade em muitos países em desenvolvimento no planeamento do turismo pode ser considerado de difícil ocorrência.

De kadt (1979) citado por Tosun e Jenkins (1998) argumenta que a utilização de técnicas e de abordagens criadas para países desenvolvidos sem uma adequada adaptação às necessidades e características dos países em desenvolvimento dificilmente terão sucesso. Por isso, é necessário que sejam criadas abordagens específicas de planeamento e desenvolvimento do turismo para os países em desenvolvimento, incorporando as condições socioculturais, políticos, económicos e os recursos humanos desses países.

3.3 Relação entre o turismo e o desenvolvimento

O turismo a nível mundial tem registado um elevado crescimento nas últimas décadas. Em 2009, o número de chegadas de turistas a nível mundial foi de 922 milhões de turistas, registando assim uma taxa de crescimento da ordem dos 2% em relação ao ano passado. As deslocações dos 922 milhões dos turistas geraram uma receita na ordem dos US\$ 944 bilhões (OMT, 2010). A previsão para ano 2020 é de 1,6 bilhões de chegadas de turistas internacionais, o que corresponde a uma taxa de crescimento média anual da ordem dos 4%.

Parte deste crescimento está relacionado com a aposta de muitos países, alguns dos quais países em desenvolvimento, no desenvolvimento do turismo. Para a maioria desses países o turismo representa uma parte integrante da estratégia de desenvolvimento adoptada. O turismo surge para o desenvolvimento da economia, ou seja, assumem que o turismo pode ajudar a eliminar a lacuna económica entre países desenvolvidos e os menos desenvolvido sendo desta forma uma actividade estratégica para o desenvolvimento económico dos países em desenvolvimento (Sharpley e Telfer, 2002).

O turismo é um fenómeno que estabelece relações não só com todas as actividades económicas como também com o ambiente humano e físico, uma vez que os turistas nas suas viagens

influenciam e são influenciados pelo contexto económico, social, político, ambiental e cultural (Figura 3.1).

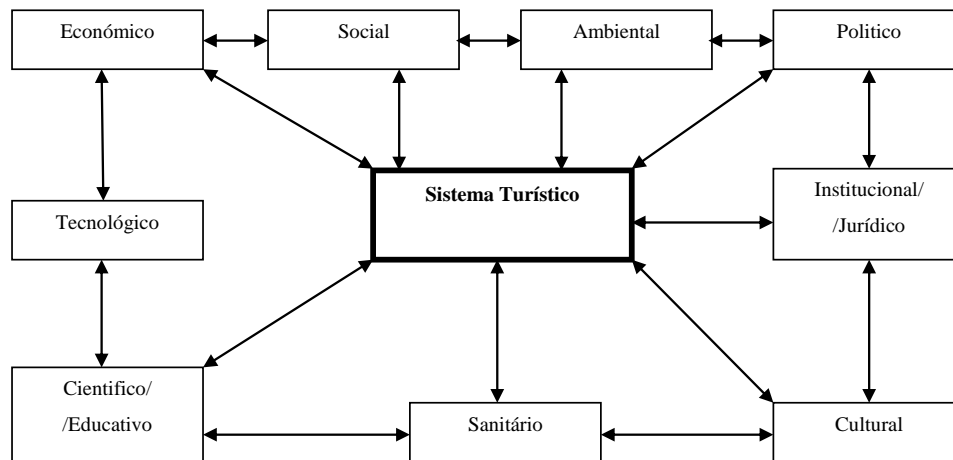


Figura 3.1: Sistema de inter-relações do turismo

Fonte: Cunha (2003:119)

Todas as componentes do contexto que constam da Figura 3.1 integram do conceito de desenvolvimento, fazendo com que exista uma estreita ligação entre o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento do contexto, a nível político, económico, social, cultural e ambiental. Por sua vez, o turismo tem impactes positivos e negativos a nível económico, social, cultural e ambiental.

Foi elaborado um modelo que explica a relação entre o turismo e os estudos de desenvolvimento. Segundo Sharpley e Telfer (2002) o modelo traduz a relação entre o turismo e os estudos de desenvolvimento, e as consequentes implicações para o estudo e compreensão do potencial contribuição do turismo para o desenvolvimento das áreas de destino. O modelo não só demonstra a interdependência entre o turismo e contexto social, cultural, político, económico e ambiental em que opera, mas também as várias consequências do turismo que poderão resultar ou não em desenvolvimento (Figura 3.2).

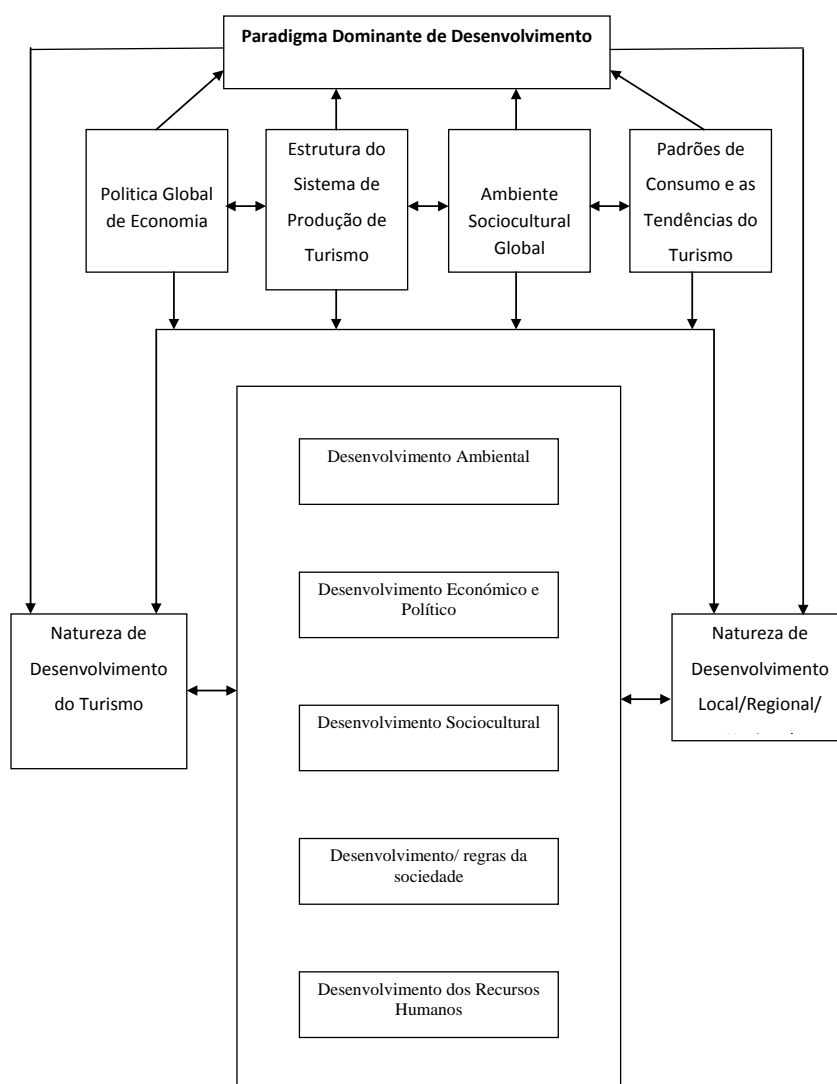


Figura 3.2: Modelo que mostra a relação entre o turismo e os estudos de desenvolvimento

Fonte: Traduzido do modelo de Sharpley e Telfer (2002)

O modelo apresentado na Figura 3.2 representa as relações complexas entre o turismo e o desenvolvimento. Do modelo podemos verificar as seguintes relações entre turismo e desenvolvimento: i) o turismo como processo de desenvolvimento. (ii) um factor ou um instrumento de desenvolvimento; iii) o turismo como causa ou consequência do desenvolvimento. Devido à natureza deste projecto de investigação vamos falar mais sobre o segundo aspecto, o turismo como causa/consequência do desenvolvimento. Tentando perceber a relação existente entre o desenvolvimento da actividade turística e o desenvolvimento e o desenvolvimento económico e social do continente africano.

A actividade turística influencia e é influenciado pelo nível de desenvolvimento económico. O nível de desenvolvimento económico de uma sociedade é um factor determinante da magnitude da

procura turística. Factores como rendimento *per-capita*, o tempo de lazer e em particular o direito a férias pagas, restrições governamentais para o turismo, e disponibilidade de produtos turísticos, afectam não apenas a capacidade das pessoas para viajar e as suas motivações, mas também as oportunidades para viajar. Por outro lado, as atracções turísticas estão sobretudo relacionadas com o nível de desenvolvimento passado e presente de uma nação. O desenvolvimento do turismo num determinado poderá estar relacionado também com a dimensão e abertura da sua economia (Liu, 1998).

As estatísticas do turismo indicam que a taxa de participação de férias dos habitantes de um país aumenta quando ocorrem aumentos do rendimento *per-capita*. No entanto, o baixo nível de desenvolvimento económico também poderá ter algumas vantagens em termos de atracção turística, na medida em que, por vezes o subdesenvolvimento por si só poderá ser uma atracção turística. Por outro lado, por vezes os baixos níveis de rendimento e de custo de vida poderão funcionar como atractivos, na medida em que o nível de preços dos produtos e serviços é baixo quando comparado com os preços praticados nos países de origem (Liu, 1998).

O turismo tem sido defendido por muitos como um caminho para o desenvolvimento, no entanto, importa salientar que para a maioria dos países o turismo é apenas uma opção entre uma ampla gama de alternativas de desenvolvimento. Nos países desenvolvidos o turismo pode ser considerada como uma actividade essencialmente social com consequências económicas, nos países em desenvolvimento é em grande parte uma actividade económica com consequências sociais (Jenkins, 1980 citado por Liu, 1998).

Em suma, podemos dizer que o turismo influencia o desenvolvimento económico de um país. Esta afirmação é corroborada por vários autores (Sharpley e Telfer, 2002; Lee e Chien, 2008; Lee e Chang, 2008; Kim et al, 2006). Lee e Chang (2008) afirmam que o sector do turismo pode contribuir significativamente para o crescimento económico. Segundo o Kim et al. (2006) a maioria dos autores que estudam esta problemática afirmam que em geral a expansão do turismo deve ter uma contribuição positiva para o crescimento económico. Importa, então analisar na secção seguintes os principais impactes económicos que o turismo poderá originar nos países em desenvolvimento.

3.4 Impactos económicos do turismo em países em via de desenvolvimento

O turismo tem impactes económicos significativos para as economias nacionais e regionais. No entanto, a importância económica do turismo difere de acordo com o dinamismo e a diversificação

económica dos países. O turismo contribui para a entrada de divisas necessárias ao equilíbrio da balança de pagamento, para aumentar o PIB de um país, para criar emprego e para atrair investimento. O turismo beneficia as comunidades receptoras e diferentes sectores de actividade de uma economia. Apesar dos benefícios económicos do turismo serem os mais citados na literatura e na maioria dos casos os que ocorrem com maior intensidade, quando se estão a analisar os impactes económicos do turismo também é necessário estudar os impactes económicos negativos.

Os impactos económicos do turismo têm sido abordados em termos teóricos por vários autores (Mathieson e Wall, 2006; Williams e Shaw, 1991; Dwyer e Forsyth, 1993; Cooper et al. 1993; McIntosh e Goeldner, 1986). Os autores abordam esta problemática de uma forma geral em dois caminhos, efeitos positivos e efeitos negativos do turismo numa economia.

Para Mathieson e Wall, (2006), os principais benefícios económicos do turismo para uma economia são: a contribuição do turismo para o equilíbrio da balança de pagamentos, para a criação de empregos e rendimentos, para a melhoria das estruturas económicas, para estimular as economias regionais e atenuar as disparidades económicas regionais e para aumentar o empreendedorismo. Por outro lado, os custos referem-se aos custos de oportunidade, inflação derivada da actividade turística, custos derivados da sazonalidade e perigo de uma forte dependência do turismo.

O Williams e Shaw (1991) demonstram que a actividade turista pode trazer uma quantidade significativa de benefícios e custos para os destinos. Segundo ele numa parte inicial o desenvolvimento turísticos aumenta o investimento em infra-estruturas, aumenta o emprego local, estimula a economia em geral, mas com o passar do tempo o desenvolvimento turístico traz um aumento dos preços na economia, aumento da dependência económica face ao sector turístico, diminuição da diversificação dos investimentos locais.

Por sua vez, Dwyer e Forsyth (1993) citado por Eusébio (2006:31) referem que, um aumento das despesas turísticas no destino, traz consigo os seguintes benefícios económicos:

- Aumenta as oportunidades de comércio para as empresas existentes na região, e cria condições favoráveis para o surgimento de novas empresas ligadas a actividade turística de forma directa ou indirecta;
- Aumenta as exportações da região;

- Aumenta as receitas do estado através dos impostos recebidos, derivadas da actividade turística, de forma directa ou indirecta;
- Cria postos de trabalho;
- Gera rendimento;
- Contribui para a diversificação da estrutura produtiva da região.

Em relação aos custos do turismo, segundo Dwyer e Forsyth (1993) citado por Eusébio (2006:31), os custos poderão atingir varias dimensões:

- Aumento das importações de produtos e serviços turísticos;
- Aumento da inflação;
- Aumento dos custos dos inputs primários necessários às actividades produtivas da região;
- Aumento das despesas públicas;
- Diminuição do emprego em outras indústrias da região;
- Pressões nas taxas de câmbio.

Das várias abordagens apresentadas, vai ser adoptado a abordagem de Mathieson e Wall, (2006) para analisar os benefícios e custos económicos do turismo de forma mais detalhada, entrelaçando com pensamentos dos demais autores.

3.4.1 Benefícios

Segundo Mathienson e Wall (2002) os principais benefícios económicos do turismo na economia de um país são:

- a. Contribuição do turismo para o equilíbrio da balança de pagamentos;
- b. Contribuição do turismo para a criação de empregos;
- c. Contribuição do turismo para a melhoria das estruturas económicas;
- d. O turismo como motor da actividade empresarial;

- e. Contribuição do turismo para estimular as economias regionais e atenuar as disparidades económicas regionais.

a. Contribuição do turismo para o equilíbrio da balança de pagamentos

O turismo representa a oportunidade de obter, de maneira rápida, as divisas necessárias para o equilíbrio da balança nacional de pagamentos de um país. O seu contributo para a balança nacional de pagamentos consiste em dois componentes. Na prática o papel do turismo na balança de pagamentos de um país reflecte as despesas dos estrangeiros nesse país (receitas do turismo internacional) e as despesas dos residentes em produtos turísticos no estrangeiro (despesas do turismo internacional).

Airey (1978) citado por Mathienson e Wall (2006) dividiu os efeitos do turismo na balança de pagamentos em três categorias: efeitos primários, secundários e terciários. **Os efeitos primários** – São directos, imediatos e facilmente mensuráveis. Referem-se aos gastos realizados pelos visitantes internacionais num país e aos gastos realizados pelos residentes desse país no exterior. Assim, incluem-se nessa categoria, as despesas de alojamento, restauração, entretenimento, transporte, etc. Os **efeitos secundários** estão relacionados com as importações e exportações que têm de ser realizadas em consequência das interdependências económicas que ocorrem numa economia para satisfazer um aumento da procura de turismo internacional.

Os efeitos económicos totais de turismo não são constituídos somente pelos efeitos primários e secundários. Os efeitos que não iniciaram directamente pelos gastos turísticos são designados pelos **efeitos terciários**. Inclui-se nessa categoria os bens importados, como por exemplo, roupas e malas compradas por residentes na preparação da viagem. Também se inclui nesta categoria a oportunidade de investimento criado pela actividade turística.

Como foi referido na contribuição do turismo para a balança de pagamentos tem sido avaliada, principalmente, pelos efeitos primários, uma vez que este tipo de efeitos são mais facilmente contabilizado quando comparados com os efeitos secundários e terciários. No entanto, para que se conheçam os impactes totais do turismo na balança de pagamento é necessário a quantificação de todos os efeitos (primários, secundários e terciários).

b. Contribuição do turismo para a criação de emprego

A actividade turística tem uma forte dependência do factor humano, uma vez que a maioria dos produtos que integra são serviços. Esta característica contribui para que o turismo seja uma actividade económica com muitos impactes ao nível do emprego. Vários são os autores que fazem referência ao potencial do turismo como actividade geradora de postos de trabalho (Mathieson e Wall, 2006; Williams e Shaw, 1991; Dwyer e Forsyth, 1993; Cooper *et al.* 1993; McIntosh e Goeldner, 1986).

Inicialmente a actividade turística empregava um grande número de trabalhadores, mas sem se importar muito com a qualificação profissional. Visto que maioria dos postos de trabalho solicitada para a indústria turística não é para chefias. Actualmente, essa situação está a mudar e, cada vez mais, exige-se especialização e formação do pessoal empregado, devido ao desenvolvimento da indústria turística e ao aumento das exigências dos turistas para uma maior qualificação dos serviços prestados.

c. O turismo como motor da actividade empresarial;

O turismo é considerado como um motor da actividade empresarial, devido às suas múltiplas relações com os outros sectores da economia. A actividade turística é constituída por um grupo de empresas interligadas que dependem umas das outras para sobreviverem. Com o crescimento da actividade turística há um crescimento da procura de bens locais e consequentemente, um crescimento económico do destino. Por exemplo, um aumento da procura turística faz com que haja um aumento da procura de produtos locais, como artefactos, serviços de restauração, serviços de entretenimento. Estes aumentos da procura irão contribuir para que ocorram aumentos ao nível da oferta de produtos, o que contribuirá para um aumento das actividades económicas locais (Mathienson e Wall, 2006).

Por outro lado, o turismo necessita de equipamentos e infra-estruturas das quais também beneficiam os restantes sectores da economia e os residentes. Por exemplo, a construção de um aeroporto melhora o acesso a regiões turísticas, mas também facilita o intercâmbio industrial e comercial da comunidade. Devido aos elevados custos da maioria desses equipamentos e infra-estruturas, o turismo costuma atrair investimentos exteriores, sobretudo nos países em desenvolvimento (Mathienson e Wall, 2006).

d. Contribuição do turismo para a melhoria das estruturas económicas

O desenvolvimento do turismo é acompanhado pela melhoria das estruturas económicas do destino, mas pouco se sabe sobre a natureza dessa mudança. Segundo Mathienson e Wall (2006) as maiores mudanças na estrutura económica, provavelmente, ocorrem quando a economia passa de uma economia essencialmente de produção primária para uma economia dominada pelo turismo. A natureza dessa mudança é ainda confusa, mas não existem muitas dúvidas de que a indústria turística possui ligações com as restantes empresas e que é uma actividade económica fortemente direccionada para a exportação. Por exemplo, a melhoria das redes de transporte locais e regionais, qualidade da água e saneamento básico pode ter sido solicitado pela indústria turística, mas beneficiam outros sectores da economia.

Por outro lado, houve alterações nas economias rurais, uma vez que muitos agricultores deixam a terra para realizarem trabalhos mais lucrativos no sector do turismo e poucos jovens permanecem nas zonas rurais e na actividade agrícola, na medida em que estes se deslocam para outras regiões para trabalharem no sector do turismo. Nas regiões que tem aptidões para o desenvolvimento do turismo rural há um aumento da concorrência pelas terras, contribuindo para o aumento do preço da terra e incentivando a sua venda. Consequentemente, surgem oportunidades de trabalho para os jovens fazendo com que eles permaneçam nas zonas rurais (Mathienson e Wall, 2006).

e. Contribuição do turismo para estimular as economias regionais e atenuar as disparidades económicas regionais.

Segundo Mathienson e Wall (2006) as características do papel do turismo no desenvolvimento regional são geralmente descritas através dos seguintes aspectos:

- as regiões periféricas estão principalmente concentradas em áreas ricas em atractivos turísticos (naturais, culturais e património), estes atractivos irão contribuir para o desenvolvimento turístico destas regiões;
- um aumento da procura por recursos turísticos requer um aumento da produção nas regiões de destino, estimulando novas actividades directamente relacionadas com o turismo, o que originará, também, um aumento da produção das actividades indirectas, serão criados novos empregos, serão gerados rendimentos adicionais e ocorrerá um aumento do consumo global;

- o aumento do consumo na região de destino por causa do crescimento da população teoricamente vai aumentar o rendimento *per-capita* de seus residentes e reduzir a diferença relativa no rendimento *per-capita* entre as regiões desenvolvidas e menos desenvolvida;
- o desenvolvimento do turismo pode ocorrer em regiões que têm alguma escassez de recursos para o desenvolvimento da indústria, mas por vezes têm recursos adequados ao desenvolvimento da actividade turística;

Em suma, o turismo contribui para o desenvolvimento regional, permitindo desta forma reduzir as disparidades económicas regionais. No entanto, este efeito do turismo só ocorrerá se existirem determinados factores recursos naturais e culturais e humanos com qualidade.

3.4.2 Custos

A actividade turística, como qualquer outra actividade, traz consigo benefícios e custos para uma região. A revisão da literatura sobre esta temática permite verificar que se conhecem menos os custos económicos do turismo do que os benefícios. Dos diferentes custos mencionados na literatura apresentam-se neste projecto de investigação os mencionados por Mathienson e Wall (2002):

- a. Custos de oportunidade;
- b. Inflação derivada da actividade turística;
- c. Custos originados pela sazonalidade;
- d. Dependência excessiva da actividade turística;

a. Custos de oportunidade

Os recursos de um destino são limitados, por isso é fundamental analisar se os recursos devem ser aplicados na actividade turística ou em outra actividade económica. O facto de aplicá-los na actividade turística, em vez de os aplicar em outra actividade económica, tem custos de oportunidade. Estes custos deverão ser correctamente avaliados para que a oportunidade não seja desperdiçada. Por isso é necessário analisar os benefícios económicos que surgem do investimento desses recursos no turismo, comparando-os com os benefícios que se obteriam se estivessem destinados a outra actividade económica (Mathienson e Wall, 2006).

Os investimentos do sector público nas actividades turística também são considerados custos de oportunidade, na medida em que essas despesas poderiam ser utilizadas para o desenvolvimento de outras actividades económicas (Eusébio, 2006).

Apesar da relevância de quantificar os custos de oportunidade, a sua quantificação é extremamente difícil. Por esta razão, muitas vezes estes custos são ignorados das estratégias de planeamento e de desenvolvimento da actividade turística.

b. Inflação derivada da actividade turística

As consequências da inflação do turismo podem sugerir de diferentes formas. Os turistas apresentam um poder de compra elevado, facto que poderá contribuir para que no destino os produtores aumentem o nível de preços, na medida em que conhecem o poder de compra dos turistas e querem ter mais lucro. No entanto, a população local utiliza parte dos fornecedores da procura turística e possuem um poder de compra baixo. A inflação também é causada pelo aumento do preço das propriedades (terrenos e habitações) nos destinos turísticos, uma vez que ocorrerá um aumento da procura de terrenos para a construção de equipamentos turísticos. A procura de terrenos para a construção de mais hotéis, casas de férias e equipamentos turísticos pode proporcionar fontes de rendimento para os construtores, agentes imobiliários e proprietários dos terrenos: No entanto, os residentes também são obrigados a pagar mais pelas suas casas (Mathienson e Wall, 2006).

c. Custos originados pela sazonalidade

A procura turística é temporária e muito sensível às variações de preços, às mudanças políticas e à moda, dado que a actividade turística está interligada com vários sectores da economia, a sazonalidade traz consigo problemas adicionais. As desvantagens que a sazonalidade traz ao destino são: alguns equipamentos turísticos podem fechar durante a época baixa; alguns fornecedores de transporte, em especial as companhias aéreas, poderão ter alguma dificuldade em manter os serviços, poderão utilizar-se recursos humanos a tempo parcial o que poderá diminuir a qualidade dos serviços prestados. Adicionalmente, salienta-se o facto de na época baixa ocorrer uma diminuição da procura de produtos o que terá implicações negativas ao nível do rendimento (Mathienson e Wall, 2006).

d. Dependência excessiva da actividade turística

Muitos autores (Mathieson e Wall, 2006; Cooper et al. 1993; McIntosh e Goeldner, 1986) defendem que a dependência excessiva do turismo poderá trazer implicações negativas para a economia dos destinos. Alguns destinos, por dependerem de forma exagerada do turismo para a sua sobrevivência, ficam vulneráveis às mudanças da procura turística, uma vez que a procura turística é temporária e muito sensível às variações de preços, às mudanças políticas e à moda, fazendo com que a economia desses destinos fique muito instável.

A instabilidade dos destinos que possuem uma forte dependência do turismo será tanto maior quanto maior for o peso dos grossistas (operadores turísticos) na comercialização dos seus produtos turísticos e quanto menor for a diversificação dos produtos turísticos oferecidos (Eusébio, 2006). Passo a citar alguns dos problemas surgidos devido à forte dependência do turismo, em Espanha, na década de 1980 e início de 1990, a crise económica nos principais mercados emissores (Reino Unido, França e Alemanha), resultou em grandes défices na balança turística espanhola, do mesmo modo, a crise económica asiática de 2001, reduziu drasticamente o número de turistas japoneses para o Canadá, levando a falências de vários operadores especializados na prestação de serviços turísticos para este mercado (Mathieson e Wall, 2006).

3.5 Impactos socioculturais do turismo

Socialmente o turismo tem uma grande influência sobre as regiões de destino. A interacção entre os turistas e os residentes pode resultar, por exemplo, em mútua apreciação, tolerância, aprendizagem, amizade, atitudes positivas e respeito sobre a cultura e costumes dos outros. Por outro lado, o turismo pode trazer mais criminalidade, prostituição, alterações das culturas indígenas, stress e incerteza (McIntosh e Goeldner, 1986; Mathieson e Wall, 2006; Louw e Smart, 1998; Haralambopoulos e Pizan, 1996).

Segundo Affeld (1975) citado por Mathieson e Wall (2006), a investigação sobre os impactos sociais e culturais do turismo divide-se em três categorias diferentes: os turistas, os residentes, e a relação entre eles. Sobre o turista é importante avaliar os benefícios e os custos obtidos em consequência da aquisição de produtos turísticos. Em relação aos residentes, várias pesquisas têm sido realizadas relacionadas com a avaliação da percepção dos residentes dos impactes do turismo.

Enquanto que no que respeita ao estudo da relação entre os turistas e residentes as pesquisas têm sido realizadas no âmbito da natureza das interações e das consequências dessas interações

Da interação entre os turistas e os residentes resultam efeitos para o indivíduo, para as famílias e para a sociedade. Para os indivíduos, muitas pessoas viajam para destinos desconhecidos, onde encontram um ambiente não familiar em termos geográficos, social e cultural, o contacto com pessoas diferentes e novas culturas faz com que os turistas tenham comportamentos diferentes, mudando o estilo de vida, respeitando mais a cultura e os costumes dos outros. Para as famílias, a emoção de preparação, a antecipação e a experiência de viagens são ocasiões memoráveis da vida familiar. As viagens familiares são por vezes educativas, e quando o propósito é mais educativo, mais benefícios tiram da viagem. O efeito para a sociedade refere-se às influências, por exemplo, ao nível da compreensão e apreciação dos outros, das mudanças nas pessoas, nas atitudes dos grupos e na população, bem como ao aumento da criminalidade (McIntosh e Goeldner, 1986).

O Louw e Smart (1998) analisaram os impactos socioculturais do turismo e apresentaram algumas das principais implicações desta actividade para a sociedade. Segundo estes autores, as principais implicações desta actividade são: a melhoria da qualidade de vida, valores e atitudes das pessoas, o rejuvenescimento das artes e ofícios tradicionais, as alterações nas tradições, o desenvolvimento dos transportes, alterações ao nível da conduta moral, aumento do emprego, desenvolvimento de um clima de incerteza e stress, entre outros.

Inseep (1991), por sua vez, defende que a magnitude dos impactos socioculturais directos associados ao desenvolvimento do turismo será influenciada pelas diferenças existentes entre visitantes e residentes. Este autor sugere que estas diferenças incluem, por exemplo, valores, crenças religiosas, tradições, costumes, estilos de vida, padrões de comportamento, códigos de vestuários.

Vários autores têm realizado abordagens teóricas sobre os impactos socioculturais do turismo (Mathieson e Wall, 2006; Cooper *et al.* 1998; McIntosh e Goeldner, 1986; Louw e Smart, 1998; Inseep, 1990; Haralambopoulos e Pizan, 1996; Andereck *et al.* 2005). Com base nas reflexões apresentadas por estes autores apresentam-se nas secções seguintes uma descrição sumária dos principais custos e benefícios socioculturais do turismo para os países em desenvolvimento.

3.5.1 Impactos socioculturais positivos do turismo

A actividade turista como qualquer outra actividade económica traz consigo impactos socioculturais positivos e negativos para o destino. Da revisão da literatura podemos dizer de uma forma geral que o turismo contribui para a melhoria da qualidade de vida dos intervenientes (turistas e residentes), para que ocorram mudanças positivas nos valores e nos costumes, para a promoção do intercâmbio cultural, para a melhoria e compreensão das diferentes sociedades, para a preservação da identidade cultural do destino, para o desenvolvimento de um clima de maior tolerância das diferenças sociais, e para a melhoria das condições de saúde.

No âmbito deste projecto de investigação serão descritos de forma mais detalhada os seguintes benefícios socioculturais do turismo: melhoria da qualidade de vida, mudanças positivas nos valores e costumes, conservação de cultura e intercambio cultural.

- Melhoria qualidade de vida

O turismo pode melhorar a qualidade de vida dos residentes, proporcionando oportunidades de emprego e de rendimento e oferecendo oportunidades para a prática de actividades culturais, recreativas e desportivas. Por exemplo, A criação de mais posto de trabalho influencia o padrão de vida das pessoas, altera o estilo de vida, a auto-estima, educação (Louw e Smart, 1998). O turismo oferece, ainda aos residentes oportunidades para conhecer outras pessoas e outras culturas.

- Mudanças positivas nos valores e costumes

Os diferentes estilos de vida introduzidos pelos turistas nas comunidades receptoras, muitas vezes influenciam o pensamento dos residentes em várias situações. Por exemplo, numa região ou país em que maioria das mulheres depende financeiramente dos homens, poderá ocorrer que do contacto com novos estilos de vida essa situação seja alterada. As mulheres entram no mercado de trabalho dependendo menos dos seus companheiros, contribuindo desta forma para o aumento do rendimento familiar. Também a interacção entre os turistas e residentes poderá despertar o interesse dos residentes para viajar e em consequência da experiência da viagem novos hábitos sejam criados. Vários autores (Mathieson e Wall, 2006; Louw e Smart, 1998; Haralambopoulos e Pizan, 1996; Andereck *et al.* 2005) referem as mudanças de valores e costumes como um dos principais efeitos socioculturais do turismo nos países em desenvolvimento. Acontece que estas alterações nem sempre fazem parte do prato da balança dos benefícios, muitas vezes estas

alterações contribuem para uma perda da identidade cultural e para processos de aculturação que são categorizados como custos socioculturais negativos do turismo.

- Conservação da cultura e intercâmbio cultural

A interacção entre os residentes e os turistas poderá resultar em vários benefícios, uma vez que é promovido o intercâmbio cultural. O turismo expõe os residentes a novas culturas, o que poderá resultar num aumento da tolerância, do entendimento, do aumento do nível de conhecimento sobre outras culturas e no desenvolvimento de atitudes positivas. Por outro lado, Besculides (2002) salienta o facto de que uma pessoa ao apresentar a sua cultura a estranhos fortalece a ideia de que pretende viver dentro de uma comunidade com uma identidade e que tem orgulha da sua cultura.

Segundo Mathieson e Wall (2006) os impactos culturais do turismo poderão extra relacionados também com as três principais formas de cultura que poderão atrair os visitantes: a) recursos turísticos culturais que não envolvam uma componente humana (exemplos: edifícios históricos e monumentos); b) formas de cultura que reflectem a vida diária das comunidades receptoras (exemplos. os turistas visitam um determinado destino para observar a vida quotidiana dos residentes e conhecer os seus estilos de vida) e c) formas de cultura que são, especialmente, animadas (exemplos: podem envolver eventos especiais ou descrever ocorrências históricas ou famosas, como festivais, musicais, carnavais, etc). As formas de culturas mencionadas ao funcionarem como atracção turística proporcionarão benefícios para as comunidades locais, como por exemplo: aumento das artes e produtos regionais, preservação dos edifícios históricos, diminuição de estereótipos, entre outros

De acordo com Inskeep (1991) o turismo pode estimular a conservação de lugares arqueológicos e históricos, a conservação e a revitalização de algumas artes tradicionais como a dança, a música, o vestuário, o teatro, cerimónias, e certos aspectos de estilos de vida tradicionais. Por outro lado o turismo também poderá proporcionar os recursos financeiros necessários à reconstrução e manutenção de alguns edifícios arquitectónicos e equipamentos culturais (exemplos: museus, teatros e outras instalações culturais).

3.5.2 Impactos socioculturais negativos do turismo

Da revisão da literatura podemos dizer de uma forma geral que os impactos negativos socioculturais do turismo referem-se ao aumento de criminalidade, de drogas, da prostituição, do contrabando, de

jogos de fortuna e azar, mudanças negativas nos valores e costumes das comunidades receptoras, alteração das culturas indígenas, desagregação familiar, stress e problemas de comportamento provocados pelas dificuldades linguísticas e mudanças de estilo de vida (Mathieson e Wall, 2006; Besculides, 2002; Haralambopoulos e Pizan, 1996; Louw e Smart, 1998).

Com base na revisão da literatura pode-se dizer que os principais impactos negativos socioculturais do turismo para os países em vias de desenvolvimento são: alteração das culturas indígenas, alterações da conduta moral (criminalidade, prostituição e jogos de fortuna e azar).

- Alterações das culturas indígenas

O turismo tem o poder de afectar a mudança cultural. O desenvolvimento da actividade turística poderá originar vários impactes negativos, como por exemplo, processos de aculturação, conflitos e desenvolvimento de comportamentos de xenofobia. Estes impactes poderão originar mesmo a destruição das culturas das comunidades receptoras (Besculides, 2002). Estes impactes negativos terão graves consequências ao nível do desenvolvimento futuro da actividade turística, uma vez que o turismo está a contribuir para a destruição de muitos dos recursos que estão na base do seu desenvolvimento.

Segundo Mathieson e Wall (2006) a mudança cultural é afectada tanto pelo turismo como por outros factores. No entanto, é de salientar o impacte que o turismo poderá ter na alteração das culturas indígenas. Esta opinião é corroborada por vários autores, como por exemplo: Louw e Smart (1998), Haralambopoulos e Pizan (1996) Andereck *et al.* (2002) Inskip (1991).

- Alteração da conduta moral - criminalidade, prostituição e Jogos de fortuna e azar

Vários autores (Mathieson e Wall, 2006; McIntosh e Goeldner, 1986; inskeep, 1990; Haralambopoulos e Pizan, 1996; Andereck *et al.* 2005) falam da relação entre o turismo e a criminalidade, a prostituição e jogos de fortuna e azar. Segundo Mathieson e Wall (2006) na literatura referem que existe uma relação positiva entre aumento da procura turística e o acto da criminalidade. Os factores mais importantes directamente relacionados com o aumento da criminalidade são percebidos pela perda do controle local, densidade turística, conflitos, hostilidades e ressentimentos da comunidade contra os turistas devido à sua riqueza e estilo de vida luxuoso (Haralambopoulos e Pizan, 1996).

Em relação à prostituição, os autores fazem uma breve referencia sobre o assunto, uma vez que é difícil dizer quanto o turismo é responsável pelo aumento de prostituição. O Mathieson e Wall (2006) elaboram algumas hipóteses que explicam o aumento de prostituição devido ao turismo: os processos de turismo criaram locais e ambientes que atraem prostitutas e seus clientes; o turismo oferece empregos para as mulheres, actualizando assim status económico. Este, por sua vez, pode levar a sua liberalização e, eventualmente, ao seu envolvimento na prostituição para manter ou adquirir novos níveis económicos; o turismo pode ser usado como um bode expiatório para um relaxamento geral dos costumes.

O jogo de fortuna e azar tem sido há muito reconhecido como uma atracção turística, muitos casinos depende dos turistas. Os efeitos do jogo podem ser considerado como um resultado parcial da actividade turística (Mathieson e Wall, 2006). Apesar da sua crescente importância económica, o jogo é considerado como um impacto negativo na sociedade na medida em que ele coloca em causa determinados princípios, valores e costumes.

3.6 Conclusão

Neste capítulo pretendeu-se analisar a relação existente entre turismo e o desenvolvimento, tendo-se observado que a actividade turística influencia e é influenciado pelo nível de desenvolvimento económico.

Da análise da relação existente entre o turismo e o desenvolvimento, verificou-se que existe uma estreita ligação entre o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento do contexto, a nível político, económico, social, cultural e ambiental. Por sua vez, o turismo tem impactes positivos e negativos a nível económico, social, cultural e ambiental.

Relativamente aos impactos económicos de turismo, verificou-se que têm sido abordados em termos teóricos por vários autores, abordando os efeitos positivos e efeitos negativos do turismo numa economia. De uma forma geral, os efeitos económicos do turismo para os países em desenvolvimento mais referidos na literatura são a criação de emprego, o equilíbrio da balança de pagamentos e a melhoria das estruturas económicas. Em relação aos efeitos negativos referem-se por exemplo, os custos de oportunidade, a Inflação derivada da actividade turística e os custos originados pela sazonalidade da actividade turística.

Por fim, apresentaram-se os impactos socioculturais do turismo. Socialmente o turismo tem uma grande influência sobre as regiões de destino, contribui para a melhoria da qualidade de vida dos intervenientes (turistas e residentes), para que ocorram mudanças positivas nos valores e nos costumes e para a preservação da identidade cultural do destino. No entanto, o turismo pode trazer muitos custos sociais e culturais, principalmente em países em desenvolvimento, como é o caso por exemplo de mais criminalidade, prostituição, mudanças negativas nos valores e costumes das comunidades receptoras, alteração das culturas indígenas e desagregação familiar.

Capítulo 4. Metodologia do estudo empírico

4.1 Objectivos

O turismo é reconhecido universalmente como um agente poderoso de alterações a nível económico, social, cultural e ambiental, tornando-se cada vez mais uma actividade de grande relevância para um país ou região. Em África, o turismo é visto como uma fonte de desenvolvimento na maioria parte dos países. O estudo de indicadores económicos, sociais e turísticos constitui uma ferramenta importante para analisar a relação existente entre turismo e desenvolvimento. Em consequência, esta investigação tem como objectivo geral analisar a situação socioeconómica e turística do continente africano em termos temporais e espaciais.

A partir do objectivo principal desta investigação, anteriormente referido, foram delimitados um conjunto de objectivos específicos, a designar:

- analisar o continente africano em termos de nível de desenvolvimento económico e social;
- analisar o turismo internacional em África;
- analisar a relação entre indicadores do contexto socioeconómica e indicadores turísticos.

A concretização dos objectivos descritos implicou a recolha de um conjunto de indicadores e a análise desses indicadores. Nas secções seguintes apresentam-se os métodos de recolha e de análise de dados utilizados neste projecto de investigação.

4.2 Métodos de recolha de dados

Num projecto de investigação os dados a utilizar podem ser categorizados em dados secundários ou dados primários. Os dados primários são dados elaborados especificamente para o projecto em curso, o investigador é o primeiro usuário. No entanto, os dados secundários são dados que já existem e que foram recolhidos para algum propósito, mas que podem ser utilizados por outros investigadores em outros projectos de investigação (Veal, 1997). Barañano (2004) sustenta este conceito, afirmando que os dados secundários ou estatísticas são dados previamente recolhidos por outros investigadores ou instituição com objectivos diferentes dos posteriores utilizadores e que os dados primários são dados criados pelos investigadores. Em qualquer projecto de investigação a primeira coisa a fazer é verificar se os dados secundários existentes são adequados para dar resposta aos objectivos de investigação, antes de se partir para a recolha de dados primários. Com

base nesta recomendação, neste projecto de investigação, após uma análise dos dados secundários existentes verificou-se que eram adequados para dar resposta às questões de investigação. Neste sentido, utilizaram-se como fontes de informação organizações internacionais que publicam indicadores que avaliam o nível de desenvolvimento de um país ou região e indicadores turísticos, nomeadamente: a CIA, a OMT e as Nações Unidas.

Com base nos capítulos anteriores identificaram-se um conjunto de indicadores que deveriam ser objecto de análise neste projecto de investigação. Os indicadores seleccionados e as fontes utilizadas para a sua obtenção estão descritos nas Tabela 4.1, 4.2 e 4.3.

Tabela 4.1: Indicadores Sociais

Categoria	Tipo	Indicador	Conceito
Desenvolvimento socioeconómico	Social	População	O número de habitantes de um país ou região (elaborado com base em Nações Unidas (2010a), http://data.un.org/Glossary.aspx , acedido em 05/10/2010).
		Densidade populacional	O número total de habitantes por quilómetro quadrado (elaborado com base em Nações Unidas (2010a), http://data.un.org/Glossary.aspx , acedido em 05/10/2010).
		Taxa de Natalidade	O número anual de nascimentos por mil habitantes (elaborado com base em Nações Unidas, http://hdr.undp.org/en/media/hdr_1998_en_definitions.pdf , acedido em 07/10/2010).
		Taxa de Mortalidade	O número anual de óbitos por mil habitantes (elaborado com base em Nações Unidas, http://hdr.undp.org/en/media/hdr_1998_en_definitions.pdf , acedido em 07/10/2010).
		Taxa de Mortalidade Infantil	O número anual de mortes de crianças com menos de um ano de idade por 1000 nascidos vivos (elaborado com base em Nações Unidas, http://hdr.undp.org/en/media/hdr_1999_defintions.pdf , acedido em 07/10/2010).
		Esperança de Vida à Nascença	O número médio de anos que um recém-nascido viveria se os padrões vigentes na época de nascimento permanecerem os mesmos durante toda a sua vida (elaborado com base em Nações Unidas, http://hdr.undp.org/en/media/hdr_1999_defintions.pdf , acedido em 07/10/2010).
		Taxa de Alfabetização (adultos)	Percentagem de pessoas com 15 anos ou mais que pode, com compreensão, escrever e ler um pequeno e simples texto na sua vida quotidiana (elaborado com base em Nações Unidas, http://hdr.undp.org/en/media/hdr_1999_defintions.pdf , acedido em 07/10/2010).

Tabela 4.2: Indicadores Socioeconómicos

Categoria	Tipo	Indicador	Conceito
Desenvolvimento socioeconómico	Simples	PIB	O valor do output final total de todos os bens e serviços produzidos por uma economia, tanto por residentes como por não residentes, independentemente de serem nacionais ou estrangeiros (elaborado com base em Nações Unidas, http://hdr.undp.org/en/media/hdr_1999_definitions.pdf , acedido em 07/10/2010).
		PIB per capita	O PIB total dividido pela população total (elaborado com base em Nações Unidas, http://hdr.undp.org/en/media/hdr_1999_definitions.pdf , acedido em 07/10/2010).
		Balança de pagamento	Um instrumento estatístico que resume de forma sistemática, por um período de tempo específico, as transacções de uma economia com o resto do mundo (elaborado com base em Nações Unidas, http://data.un.org/Glossary.aspx , acedido em 05/10/2010).
		Dívida Externa	Dívidas de um país para com os estrangeiros, reembolsáveis e em moedas estrangeiras, de bens ou serviços (elaborado com base em Nações Unidas (1999), http://hdr.undp.org/en/media/hdr_1999_definitions.pdf , acedido em 07/10/2010).
	Compósitos	IDH	Mede os avanços registados, em média, num determinado país, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano; viver uma vida longa e saudável (esperança de vida), ter estudos (taxa de alfabetização de adultos) e ter um padrão de vida decente (rendimento) (Elaborado com base em Nações Unidas, http://hdr.undp.org/en/reports/ , acedido em 16/07/2010).
		IPH	Mede as carências quanto ao desenvolvimento humano básico nas mesmas dimensões que o IDH (elaborado com base em Nações Unidas, http://hdr.undp.org/en/reports/ , acedido em 16/07/2010).
		Coefficiente de gini	Coefficiente usado para medir a desigualdade de distribuição de rendimento entre os países. Consiste num número entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo do zero menor é a desigualdade do rendimento num país, ou seja, melhor a distribuição de rendimento e quanto mais próximo de um, maior é a concentração do rendimento num país (elaborado com base em Nações Unidas, http://hdr.undp.org/en/reports/ , acedido em 16/07/2010).

Tabela 4.3: Indicadores turísticos

Categoria	Tipo	Indicador	Categoria
Turismo Internacional	Turismo Receptor	Chegadas dos visitantes	O número de visitantes entrados por todas as fronteiras de um país. Cada chegada de um não residente às fronteiras do país é contada como visitante (Cunha, 2003).
		Receitas turísticas internacionais	São os rendimentos obtidos por um país de destino de turismo receptor e abrange todas as receitas do turismo resultantes de despesas feitas por visitantes estrangeiros, por exemplo, despesas com alimentação e bebidas, transportes no país, entretenimento, entre outras (elaborado com base em Nações Unidas (2010b), http://www.unwto.org/facts/menu.html , acedido em 30/10/2010).
		Receitas por chegada	Obtêm-se através do quociente entre o valor total das receitas e o valor total das chegadas de visitantes.
		Receitas por Habitante	Obtêm-se dividindo o valor total das receitas do do turismo internacional pela população total.
	Turismo Emissor	Despesas turísticas internacionais	São as despesas em turismo feitas pelos visitantes (excursionistas e turistas) de um determinado país de origem fora do seu país de residência, (elaborado com base em Nações Unidas (2010b), http://www.unwto.org/facts/menu.html , acedido em 30/10/2010).
		Despesas por habitantes	Obtêm-se dividindo o valor total das despesas turísticas pela população total.
	Balança turística	Saldo da balança turística	O saldo da balança turística corresponde à diferença entre as receitas e as despesas turísticas (elaborado com base em Nações Unidas (2010b), http://www.unwto.org/facts/menu.html , acedido em 30/10/2010).

Após terem sido definidos os indicadores que irão ser objecto de análise neste projecto de investigação, apresentam-se na Tabela 4.4, as fontes de dados utilizadas para recolher os indicadores enunciados.

Tabela 4.4: Fontes de dados

Indicador	Fonte
População	Elaborado com base em CIA (1990 - 2009), http://www.theodora.com/wfb/ , acessado em 07/05/2010).
Taxa de Natalidade	Elaborado com base em CIA (1990 - 2009), http://www.theodora.com/wfb/ , acessado em 07/05/2010).
Taxa de Mortalidade	Elaborado com base em CIA (1990 - 2009), http://www.theodora.com/wfb/ , acessado em 07/05/2010).
Taxa de Mortalidade Infantil	Elaborado com base em CIA (1990 - 2009), http://www.theodora.com/wfb/ , acessado em 07/05/2010).
Esperança de Vida à Nascimento	Elaborado com base em CIA (1990 - 2009), http://www.theodora.com/wfb/ , acessado em 07/05/2010).
Taxa de Alfabetização	Elaborado com base em CIA (1990 - 2009), http://www.theodora.com/wfb/ , acessado em 07/05/2010).
PIB (ppp)	Elaborado com base em Nações Unidas (1990 - 2006), http://data.un.org/Explorer.aspx?d=UNODC , acessado em 07/05/2010).
PIB (ppp) per capita	Elaborado com base em Nações Unidas (1990 - 2006), http://data.un.org/Explorer.aspx?d=UNODC , acessado em 07/05/2010).
Exportação	Elaborado com base em CIA (1990 - 2009), http://www.theodora.com/wfb/ , acessado em 07/05/2010).
Importação	Elaborado com base em CIA (1990 - 2009), http://www.theodora.com/wfb/ , acessado em 07/05/2010).
Dívida Externa	Elaborado com base em CIA (1990 - 2009), http://www.theodora.com/wfb/ , acessado em 07/05/2010).
IDH	Elaborado com base em Nações Unidas (1990 - 2007), http://hdr.undp.org/en/reports/ , acessado em 16/07/2010).
IPH	Elaborado com base em Nações Unidas (1990 - 2007), http://hdr.undp.org/en/reports/ , acessado em 16/07/2010).
Coefficiente de gini	Elaborado com base em CIA (2004 - 2009), http://www.theodora.com/wfb/ , acessado em 07/05/2010).
Chegadas dos turistas internacionais	Elaborado com base em Nações Unidas (1995 - 2006), http://data.un.org/DocumentData.aspx?id=208 , acessado em 16/07/2010).
Receitas do turismo internacional	Elaborado com base em Nações Unidas (1995 - 2006), http://data.un.org/DocumentData.aspx?id=208 , acessado em 16/07/2010).
Despesas do turismo internacional	Elaborado com base em Nações Unidas (1995 - 2006), http://data.un.org/DocumentData.aspx?id=208 , acessado em 16/07/2010).

Após a recolha dos indicadores existentes que permitem analisar a situação socioeconómica e turística do continente africano, foi necessário construir outros indicadores a partir dos indicadores recolhidos. A formalização matemática dos indicadores construídos está descrita na Tabela 4.5

Tabela 4.5: Indicadores: formalização matemática

Indicador	Fórmulas de cálculos
Densidade populacional	$\frac{\text{População}}{\text{Área}}$
Saldo da Balança Comercial	$(\text{Exportação} - \text{Importação})$
Receitas por chegadas	$\frac{\text{Receitas}}{\text{Chegadas}}$
Receitas por Habitantes	$\frac{\text{Receitas}}{\text{População}}$
Despesas por habitantes	$\frac{\text{Despesas}}{\text{População}}$
Saldo da balança turística	$(\text{Exportação} - \text{Importação})$

Conhecidos os indicadores recolhidos e elaborados para análise, importa descrever na secção seguinte as metodologias utilizadas para efectuar a análise dos dados.

4.3 Métodos de análise de dados

A análise dos indicadores é feita em termos temporais (de 1990 a 2009) e espaciais (análise por regiões e por países). Apesar de se pretender efectuar uma análise em termos de evolução temporal para o período de 1990 a 2009, para alguns indicadores não foi possível efectuar essa análise pela falta de dados, como é o caso, por exemplo, dos indicadores turísticos em que apenas foi possível fazer a análise para o período de 1995 a 2006.

Numa fase posterior à recolha dos indicadores procedeu-se a análises univariadas e bivariadas que pretendiam caracterizar o continente africano em termos de desenvolvimento económico, social e turístico. Para efectuar estas análises recorreu-se ao programa informático Microsoft Office Excel 2007 para realizar as análises univariadas e foi utilizado o programa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) - versão 17.0, para realizar as análises estatísticas bivariadas. Na Tabela 4.6 apresentam-se as análises univariadas e bivariadas realizados de acordo com os objectivos definidos.

Tabela 4.6: Análises univariadas e bivariadas

Objectivos	Análise
Caracterizar o continente africano em termos do nível de desenvolvimento económico e social;	Univariada (estatísticas de localização e dispersão), variação global e taxa de crescimento médio anual.
Caracterizar o Turismo internacional em África;	Univariada (estatísticas de localização e dispersão), variação global e taxa de crescimento médio anual
Caracterizar a relação entre o turismo internacional e o desenvolvimento socioeconómico do Continente Africano.	Bivariada (correlação de Pearson)

Recorreu-se a medidas de associação para verificar se existia uma relação entre as variáveis que representam o turismo emissor e receptor e as variáveis que representam o desenvolvimento social e económico do continente africano. Neste projecto de investigação foi utilizado o *Coefficiente de Correlação de Pearson* que nos permite analisar o grau de associação existente entre duas variáveis quantitativas.

Na Tabela 4.7 apresentam-se os indicadores utilizados na análise de *Coefficiente de Correlação de Pearson*. Numa primeira fase, foi verificado a relação entre os indicadores do turismo emissor com os indicadores do contexto socioeconómico. De seguida, também foi verificado a relação desses mesmos indicadores mencionados anteriormente com os indicadores do turismo receptor. Pretende-se através destas análises avaliar a relação existente entre o nível de desenvolvimento e os indicadores do turismo emissor e do turismo receptor.

Tabela 4.7: Indicadores utilizados na análise de Coeficiente de Pearson

Indicadores Turísticos		Indicadores do contexto		
		Sócio – demográficos	Económico	Compósitos
Turismo Receptor	– Chegadas – Receitas – Receitas por Chegada – Receitas por Habitante	População	PIB	IDH
		Densidade Populacional	PIB per capita	IPH
		Taxa Natalidade		Coefficiente Gini
		Taxa de Mortalidade		
		Taxa de Mortalidade infantil		
		Esperança de Vida à Nascença		
		Taxa Alfabetização		
Turismo Emissor	– Despesas – Despesas por Habitante	População	PIB	IDH
		Densidade Populacional	PIB per capita	IPH
		Taxa Natalidade		Coefficiente Gini
		Taxa de Mortalidade		
		Taxa de Mortalidade infantil		
		Esperança de Vida à Nascença		
		Taxa Alfabetização		

4.4 Conclusão

Neste capítulo foi apresentado o objectivo geral deste projecto de investigação - Caracterizar o continente africano em termos do nível de desenvolvimento económico, social e turístico, e avaliar a relação existente entre desenvolvimento económico e social e desenvolvimento turístico.

Posteriormente, foram apresentadas as metodologias adoptadas para recolha e análises de dados. Verificou-se que os dados secundários existentes são necessários para responder os objectivos desta investigação, por isso, optou-se pela recolha de dados secundários, tendo-se utilizado para o efeito várias fontes internacionais. No que respeita à análise dos dados, foram realizados dois tipos de análises – univariadas e bivariadas. Foram utilizados estatísticas de localização e dispersão, taxas de variação global, taxas de crescimento médio anual e o teste de correlação de Pearson.

Capítulo 5. África: que desenvolvimento?

5.1 Introdução

Este capítulo tem como objectivo caracterizar o continente africano em termos de desenvolvimento económico e social. A caracterização é feita recorrendo a indicadores que permitem avaliar o nível de desenvolvimento económico e social das últimas duas décadas, bem como a situação actual. Os indicadores utilizados foram recolhidos a partir de informação disponibilizada pela CIA e pela Nações Unidas.

O capítulo integra quatro secções, na primeira é feita uma caracterização geográfica do continente africano, mencionando a sua dimensão geográfica, bem como os países que o constituem. Na segunda secção são apresentados indicadores que permitem caracterizar em termos demográficos e sociais este continente, como por exemplo a população residente, a taxa de mortalidade infantil, e a esperança média de vida. Na Terceira secção analisam-se alguns indicadores económicos, como por exemplo o PIB, o PIB *per-capita* e a balança de pagamentos. Na última secção analisam-se indicadores agregados que permitem caracterizar o continente africano em termos sociais e económicos, como é o caso do IDH, IPH e *Coeficiente de Gini*. O capítulo termina com uma caracterização sumaria do nível de desenvolvimento socioeconómico do continente africano.

5.2 Caracterização geográfica

O continente africano é cortado pela linha do Equador e situa-se entre dois hemisférios, o trópico de Câncer e o trópico de Capricórnio. O continente integra 58 países independentes (Figura 5.1), a população total é de 922 milhões de habitantes, com uma área de 30 milhões de quilómetros quadrados. Este continente possui uma grande riqueza e diversidade cultural e natural. É um dos continentes com maior nível de biodiversidade do mundo. Em termos geográficos, segundo a classificação das Nações unidas (2010c) [<http://unstats.un.org/unsd/methods/m49/m49regin.htm#ftna>] o continente africano integra cinco regiões:

- África do Norte – Argélia, Egipto, Líbia, Marrocos, Sahara Ocidental, Sudão e Tunísia;
- África Ocidental – Benim, Burkina-Faso, Cabo Verde, Costa de Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Santa Helena, Senegal, Serra Leoa, Togo;

- África Central – Angola, Camarões, Chade, Congo, Gabão, Guiné – Equatorial, São Tomé e Príncipe, Republica Central Africana, Republica Democrática do Congo;
- África Oriental – Burundi, Djibuti, Eritreia, Etiopia, Ilhas Comores, Ilhas Madagáscar, Ilhas Maurícias, Malawi, Moçambique, Mayotte, Quênia, Réunion, Ruanda, Seychelles, Somália, Tanzânia, Uganda, Zâmbia, Zimbabué;
- África Austral - África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia, Suazilândia.



Figura 5.1: Os países do continente africano.

Fonte: Elaborado com base em UOL educação, <http://educacao.uol.com.br/geografia/afrika-mapa.jhtm>, acessado em 15/09/2010

5.3 Desenvolvimento social: passado e presente

Para analisar o desenvolvimento social do continente africano foram utilizados indicadores Sócio – demográfico como por exemplo o número de habitantes, densidade populacional, taxa de natalidade, taxa de mortalidade, taxa de mortalidade infantil, esperança média de vida à nascença e taxa de alfabetização.

5.3.1 População

O continente africano é o segundo continente mais populoso do mundo, em 1990 a sua população era de 623 milhões de habitantes e representava 11,7% da população mundial. Decorridas quase duas décadas o continente africano passa a ter 922 milhões de habitantes em 2009, representando 13,6% da população mundial. Nestas duas décadas a população do continente africano registou

uma taxa de crescimento global de 47,9%, tendo-se registado uma taxa de crescimento média anual na ordem dos 2,1%. Durante este período a população do continente africano registou uma taxa de crescimento muito superior à taxa de crescimento da população mundial. No período de 1990 a 2009 a população mundial cresceu 27,7%, tendo-se registado uma taxa de crescimento média anual de apenas 1,3% (elaborado com base em CIA, <http://www.theodora.com/wfb/>, acedido em 07/05/2009).

No período de 1990 a 2009 a evolução da população a nível mundial, com excepção do início da década de 90, tem registado taxas de crescimento anuais muito semelhantes, ao contrário do que se observa no continente africano (Figura 5.2). Por sua vez, as taxas de crescimento anual da população no continente africano no período em estudo apresentam um comportamento mais irregular. Este comportamento poderá estar relacionado com o facto de que neste continente a população confronta-se regularmente com vários problemas graves como por exemplo, a ocorrência de várias doenças, como a sida e a malária que matam milhões de pessoas por ano. Além disso, salientam-se, também, as condições climáticas hostis, visíveis em secas prolongadas em alguns países, enquanto que em outros países ocorrem, frequentemente, excessos de precipitação. Refere-se ainda como uma das possíveis causas desta evolução irregular da população a instabilidade política e os conflitos militares que tiveram lugar em vários países deste continente. Estes conflitos originam, muitas vezes, escassez de alimentos, fome, falta de água e fuga da população. Estes factores originam, frequentemente, situações de pobreza extrema nos países mais afectados por esses conflitos e também onde ocorrem catástrofes climáticas, o que influencia a evolução da população.

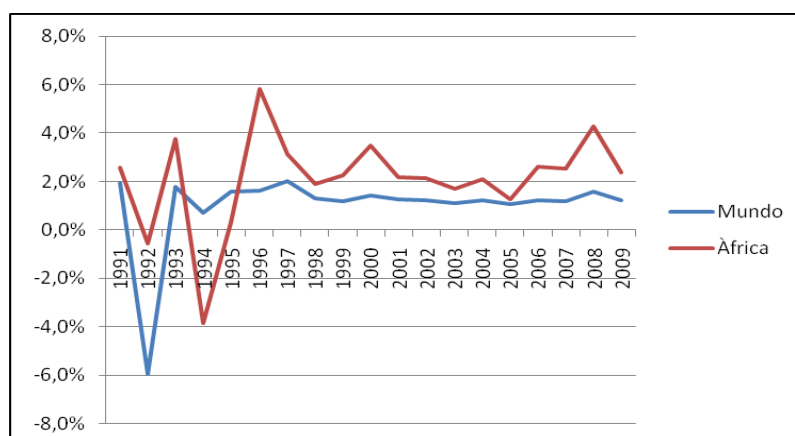


Figura 5.2: Evolução da população do continente africano e do mundo (1990 – 2009)

Fonte: Elaborado com base em CIA (1990 – 2009), <http://www.theodora.com/wfb/>, acedido em 07/05/2010

Uma análise da evolução da população do continente africano, em termos regionais permite hierarquizar as regiões em termos de contribuição para a população total do continente africano e verificar se a evolução da população nestas últimas duas décadas teve um comportamento homogêneo em termos regionais ou se, pelo contrário, a evolução da população em termos regionais apresentou um comportamento heterogêneo (Tabela 5.1).

Tabela 5.1: População por regiões

Regiões	População (milhões)				Taxa de Crescimento (1990 - 2009)	
	1990	% do total	2009	% do total	Variação Global (%)	Média Anual (%)
África do Norte	143.400.640	23,0	210.410.229	22,8	46,7	2,0
África Ocidental	205.952.626	33,0	292.744.702	31,7	42,1	1,9
África Central	31.325.963	5,0	52.893.212	5,7	68,8	2,8
África Oriental	197.953.125	31,8	309.662.502	33,6	56,4	2,4
África Austral	44.760.608	7,2	56.406.762	6,1	26,0	1,2
Total	623.392.962	100	922.117.407	100	47,9	2,1

Fonte: Elaborado com base em CIA (1990 – 2009), <http://www.theodora.com/wfb/>, acessado em 07/05/2010

Através da Tabela 5.1 é possível verificar que apenas três regiões (África do Norte, África Ocidental e África Oriental), em 1990, contribuíam com 87,8% da população do continente africano. Passadas quase duas décadas estas três regiões não só mantiveram a sua posição como ainda a reforçaram e, em 2009, eram responsáveis por 88,1% da população do continente africano. Uma análise individual das regiões permite observar que a África do Norte, a África Ocidental e a África Austral diminuíram a sua importância relativa em termos de população. Por outro lado, a África Oriental e a África Central aumentaram a sua importância relativa em termos de população.

Em termos de análise regional da evolução da população, observa-se através da Tabela 5.1 que as regiões da África Central e da África Oriental tiveram um maior crescimento da população, com uma variação global de 68,8% e 56,4% respectivamente e uma taxa de crescimento médio anual de 2,8% e de 2,4% respectivamente. Por sua vez, o menor crescimento da população ocorreu na África Austral, tendo-se observado uma taxa de crescimento global da população no período de 1990 a 2009 de apenas 26,0%, muito inferior à verificada para o total do continente africano.

Uma análise mais detalhada em termos espaciais (por países) permite observar que, tanto em 1990 como em 2009, a Nigéria é o país mais populoso do continente africano, enquanto que Santa Helena é o país menos populoso deste continente. Em 2009, a Nigéria, Egito, Etiópia, e a África do Sul eram os países mais populosos do continente africano enquanto que Santa Helena, Seychelles, Mayotte, São Tomé e Príncipe, Sahara Ocidental eram os países menos populosos. No período em

análise deste projecto de investigação, entre 1990 e 2009, o maior crescimento da população ocorreu na Mayotte (210%), Sahara Ocidental (111%), Gâmbia (110%), Chade (106%) e Níger (92%) (ver dados do anexo 5.1). O Zimbabué (10%), Cabo Verde (15%), Santa Helena (15%), Somália (17%), Ilhas Maurícias (20%) foram os países que registaram taxas de crescimento da população mais baixas (ver anexo 5.1).

5.3.2 Densidade populacional

Como já foi mencionado na secção anterior, o continente africano é o segundo continente mais populoso do mundo. Esta característica faz com que este continente apresenta uma elevada densidade populacional. No ano de 1990 a densidade populacional do continente africano era duas vezes superior à densidade populacional verificada a nível mundial (existiam em média 22 habitantes/ km² em África e 10 habitantes/ km² no mundo). Em 2009, o cenário pouco se altera e África continua a ter uma densidade populacional (33 habitantes/ km²) duas vezes superior à verificada a nível mundial (13 habitantes/ km²).

Uma análise em termos de densidade populacional por regiões que integram o continente africano (Tabela 5.2) permite constatar que, em 1990, a África do Norte, a África Central e a África Austral registaram uma densidade populacional inferior à média do continente (22,4 habitantes/km²). Por sua vez, a África Oriental e a África Ocidental registaram uma densidade populacional muito superior à média do continente. Passadas duas décadas o continente africano intensifica a densidade populacional, consequência do aumento da população que se verificou neste período. Em 2009, a África Central continua a ser a região que apresenta menor densidade populacional enquanto que a África Oriental e a África Ocidental continuam a registarem uma densidade populacional superior à média do Continente (33,1 habitantes/km²).

Tabela 5.2: Densidade populacional por regiões

Regiões	População (milhões)				Taxa de Crescimento (1990 - 2009)	
	1990	% do total	2009	% do total	Varição Global (%)	Média Anual (%)
África do Norte	143.400.640	23,0	210.410.229	22,8	46,7	2,0
África Ocidental	205.952.626	33,0	292.744.702	31,7	42,1	1,9
África Central	31.325.963	5,0	52.893.212	5,7	68,8	2,8
África Oriental	197.953.125	31,8	309.662.502	33,6	56,4	2,4
África Austral	44.760.608	7,2	56.406.762	6,1	26,0	1,2
Total	623.392.962	100	922.117.407	100	47,9	2,1

Fonte: Elaborado com base em CIA (1990 – 2009), <http://www.theodora.com/wfb/>, acedido em 07/05/2010

Uma análise mais detalhada em termos espaciais (por países) permite verificar que o país com maior densidade populacional é as Ilhas Maurícias, enquanto que Sahara Ocidental apresenta a menor densidade populacional (tanto em 1990 como também em 2009). Existe uma grande discrepância de valores da densidade populacional no continente africano, existem países com valores abaixo de 10 habitantes / km² como também existem países com valores superiores 300 habitantes / km². Em 1990, as Ilhas Maurícias, Ruanda, Ilhas Comores, Burundi e a Mayotte são os países com maior densidade populacional, no entanto, países como a Sahara Ocidental, Namíbia, Mauritânia, Botsuana e Líbia são países que apresentam baixas densidades populacionais. Em 2009, as Ilhas Maurícias, Ruanda, Ilhas Comores, Burundi e a Mayotte continuam a ser os países com maior densidade populacional e Sahara Ocidental, Namíbia, Mauritânia, Botsuana e Líbia também continuam a ser os países com menor densidade populacional (ver dados do anexo 5.2).

5.3.3 Taxa de natalidade

O continente africano é caracterizado por possuir elevadas taxas de natalidade, apesar de nos últimos anos se ter assistido a uma diminuição deste indicador, na actualidade a taxa de natalidade é ainda muito superior à verificada em outros continentes. Em 1990, a maioria dos países africanos apresentavam taxas de natalidade elevadas (superior a 40 nascimento/ mil habitantes), com a excepção de África do Sul, Argélia, Botsuana, Egipto, Gabão, Ilhas Maurícias, Lesoto, Líbia, Marrocos, Seychelles e Tunísia que apresentavam taxas de natalidade médias (entre 20 a 40 nascimento/ mil habitantes), e Santa Helena que apresentava uma taxa baixa (menor a 20 nascimento/ mil habitantes). Passadas quase duas décadas (em 2009), o cenário alterou-se e a maioria dos países passou a registar uma taxa de natalidade média (entre 20 a 40 nascimento/ mil habitantes). No entanto, países como, Angola, Burkina-Faso, Burundi, Chade, Congo, Etiópia, Libéria, Malawi, Níger, Serra Leoa, Somália, Uganda e Zâmbia apesar de terem assistido a uma diminuição da taxa de natalidade ainda continuam a registar taxas de natalidade elevadas (superior a 40 nascimento/ mil habitantes) Por outro lado, a África do Sul, Ilhas Maurícias, Santa Helena, Seychelles, Tunísia apresentam uma taxa natalidade baixa (Tabela 5.3)

A diminuição da taxa de natalidade nos países africanos deve-se aos progressos económicos que ocorreram nestas duas últimas décadas, ao aumento da participação das mulheres nas actividades económicas (dependendo menos dos maridos) e à diminuição das barreiras culturais, tornando as pessoas mais receptíveis a alguns aspectos culturais do exterior, como por exemplo, à utilização de métodos contraceptivos para reduzir o número dos filhos, facto que não acontecia no passado (Uneca, 2010a).

Tabela 5.3: Taxa de natalidade por países (nascimentos/mil habitantes)

Países	Taxa de natalidade		Países	Taxa de natalidade	
	1990	2009		1990	2009
África do Sul	35,00	19,93	Líbia	37,00	25,15
Angola	47,00	43,69	Malawi	52,00	41,48
Argélia	37,00	16,90	Mali	51,00	49,15
Benim	50,00	39,22	Marrocos	31,00	20,96
Botsuana	37,00	22,89	Mauritânia	49,00	34,11
Burkina-Faso	50,00	44,33	Mayotte	51,00	39,26
Burundi	47,00	41,42	Moçambique	47,00	37,98
Cabo Verde	49,00	23,50	Namíbia	46,00	22,51
Camarões	42,00	34,10	Níger	52,00	51,60
Chade	42,00	40,86	Nigéria	46,00	36,65
Congo	43,00	41,37	Rep.Central-Africana	44,00	32,75
Costa de Marfim	48,00	32,11	Ruanda	53,00	39,67
Egipto	34,00	21,70	S.Tomé e Príncipe	38,00	38,54
Etiópia	45,00	43,66	Sahara Ocidental	48,00	39,54
Gabão	28,00	35,57	Santa Helena	13,00	11,13
Gâmbia	48,00	37,87	Senegal	44,00	36,84
Gana	46,00	28,58	Serra Leoa	47,00	44,73
Guiné	47,00	37,52	Seychelles	24,00	15,87
Guiné - Equatorial	43,00	36,52	Somália	47,00	43,70
Guiné-Bissau	43,00	35,97	Suazilândia	46,00	26,25
Ilhas Comores	48,00	35,23	Sudão	44,00	33,74
Ilhas Madagáscar	47,00	38,14	Tanzânia	50,00	34,29
Ilhas Maurícias	21,00	14,41	Togo	50,00	36,44
Djibuti	43,00	38,13	Tunísia	28,00	15,42
Quénia	45,00	36,64	Uganda	52,00	47,84
Lesoto	37,00	24,14	Zâmbia	49,00	40,24
Libéria	45,00	42,25	Zimbabué	42,00	31,49

Fonte: Elaborado com base em CIA (1990 – 2009), <http://www.theodora.com/wfb/>, acedido em 07/05/2010

Legenda:

Taxa de natalidade elevada	> 40
Taxa de natalidade média	20-40
Taxa de natalidade baixa	<20

5.3.4 Taxa de mortalidade

Os países do continente africano apresentam uma taxa de mortalidade elevada, esse facto é causado pela instabilidade política, desnutrição, doenças e pobreza. No período em análise neste projecto de investigação, de 1990 a 2009, houve uma ligeira diminuição da taxa de mortalidade na maioria dos países que integram o continente africano. Entretanto, alguns países como o Benim, Argélia, Cabo Verde, Chade, Egipto, Guiné, Guiné – Equatorial, Ilhas Comores, Ilhas Madagáscar, Líbia, Mauritânia, Mayotte, Senegal, Togo e Gana diminuíram significativamente a taxa de mortalidade, por outro lado, países como a África do Sul, Lesoto, Libéria, Suazilândia, Zâmbia e Zimbabué aumentaram drasticamente a taxa (Tabela 5.4). Em 1990, a África do Sul, Argélia, Botsuana, Ilhas Maurícias, Quénia, Líbia, Marrocos, São Tomé e Príncipe, Santa Helena,

Seychelles, Tunísia e a Zimbabué apresentaram uma taxa de mortalidade baixa (menor a 10 mortes/ mil habitantes), enquanto que a Chade, Guiné, Mali, Sahara Ocidental, Serra Leoa apresentaram uma taxa de mortalidade elevada (superior a 20 mortes/ mil habitantes). Em 2009, o Benim, Cabo Verde, Egito, Gana, Guiné – Equatorial, Ilhas Comores, Ilhas Maurícias, Mauritânia, Mayotte, Senegal e Togo integraram-se no grupo de países com baixas taxa de mortalidade. Desse grupo fazem parte os países que já tinham baixas taxas de mortalidade em 1990 (Argélia, Botsuana, Ilhas Maurícias, Quênia, Líbia, Marrocos, São Tomé e Príncipe, Santa Helena, Seychelles e Tunísia). Por sua vez, em 2009, países como Angola, Lesoto, Libéria, Moçambique, Serra Leoa, Suazilândia, e Zâmbia apresentavam, ainda, taxas de mortalidade bastante elevadas (superiores a 20 mortes/ mil habitantes).

A diminuição significativa da taxa de mortalidade nos países mencionados deve-se às medidas que têm vindo a ser implementadas para reduzir a pobreza, a fome e as doenças que mais afectam os países africanos. Algumas destas medidas têm como base a ajuda dos países mais desenvolvidos. No entanto, a causa do aumento significativo da taxa de mortalidade nos países mencionados basicamente deve-se a instabilidade política e militar e à intensificação de algumas doenças, como é o caso da sida (Uneca, 2010b; Campos, 2008).

Tabela 5.4: Taxa de mortalidade por países (mortes/1.000 habitantes)

Países	Taxa de mortalidade infantil		Países	Taxa de mortalidade infantil	
	1990	2009		1990	2009
África do Sul	52,00	44,42	Líbia	64,00	21,05
Angola	158,00	180,21	Malawi	130,00	89,05
Argélia	87,00	27,73	Mali	116,00	102,05
Botsuana	43,00	12,59	Marrocos	78,00	36,88
Benim	121,00	64,64	Mauritânia	96,00	63,42
Burkina-Faso	121,00	84,49	Mayotte	89,00	56,29
Burundi	111,00	59,64	Moçambique	138,00	105,80
Cabo verde	65,00	41,35	Namíbia	71,00	45,51
Camarões	120,00	63,34	Níger	131,00	116,66
Chade	136,00	98,69	Nigéria	119,00	94,35
Congo	110,00	79,78	Rep.Central-Africana	141,00	80,62
Costa de Marfim	100,00	68,06	Ruanda	113,00	81,61
Egipto	90,00	27,26	S.Tomé e Príncipe	61,00	37,12
Etiópia	116,00	80,80	Sahara Ocidental	177,00	69,66
Gabão	106,00	51,78	Santa Helena	46,00	17,63
Gâmbia	140,00	67,33	Senegal	87,00	58,94
Gana	89,00	51,09	Serra Leoa	154,00	154,43
Guiné	147,00	65,22	Seicheles	15,00	12,30
Guiné - Equatorial	118,00	81,58	Somália	125,00	109,19
Guiné-Bissau	127,00	99,82	Suazilândia	126,00	68,63
Ilhas Comores	89,00	66,57	Sudão	107,00	82,43
Ilhas Madagáscar	97,00	54,20	Tanzânia	107,00	69,28
Ilhas Maurícias	20,00	12,20	Togo	112,00	56,24
Djibuti	119,00	97,51	Tunísia	40,00	22,57
Quênia	60,00	54,70	Uganda	107,00	64,82
Lesoto	80,00	77,40	Zâmbia	80,00	101,20
Libéria	126,00	138,24	Zimbabwe	65,00	32,31

Fonte: Elaborado com base em CIA (1990 – 2009), <http://www.theodora.com/wfb/>, acedido em 07/05/2010

5.3.5 Taxa de mortalidade infantil

A nível mundial, os valores mais elevados da taxa de mortalidade infantil registam-se no continente africano. Em 1990, a maioria dos países apresentavam taxas mortalidades infantil elevadas, acima dos 100 mortes em cada mil nascidos vivos, sendo Sahara Ocidental o país com maior taxa de mortalidade infantil. Seychelles, Ilhas Maurícias, Tunísia, Santa Helena, Botsuana eram os países que apresentavam as taxas de mortalidade infantil mais baixas dentro do continente africano. Em 2009, houve uma diminuição significativa na taxa de mortalidade infantil da maioria dos países e são poucos os países que apresentam uma taxa de mortalidade infantil elevada (Angola, Libéria, Mali, Moçambique, Níger, Serra Leoa, Somália e Zâmbia). Por sua vez, observa-se que já existe um número considerável de países que apresentam taxas de mortalidade infantil relativamente baixas, quando comparadas com as taxas de mortalidade infantil verificadas no início da década de 90 e também nos países que registam taxas de mortalidade mais elevadas. Os países com menores

taxas de mortalidade são as Ilhas Maurícias, Seychelles, Botsuana, Santa Helena, Argélia, Líbia, Tunísia e o Egipto (Tabela 5.5).

Observa-se que os países com taxa de mortalidade mais baixa são na sua maioria os países mais desenvolvidos do continente com possibilidade acrescido de implementar programas eficazes para reduzir a pobreza a fome e as doenças. A implementação destes programas contribui para a diminuição da taxa de mortalidade infantil. Apesar de se ter verificado uma diminuição da taxa de mortalidade infantil na maioria dos países africanos no período e 1990 até 2009, observou-se um acréscimo deste indicador em países como Angola, Libéria, Serra Leoa e Zâmbia. Nestes países a instabilidade política, a pobreza e as doenças infecto contagiosas são uma constante.

Em termos globais, pode-se afirmar que apesar de se ter assistido nas últimas décadas a uma diminuição generalizada da taxa de mortalidade infantil no continente africano, na actualidade as taxas de mortalidade infantil na maior parte dos países africanos são ainda muito elevadas quando comparadas com as taxas de mortalidade infantil registadas nos países desenvolvidos (Estados Unidos (6 mortos/ mil nascidos vivos), Japão (3 mortos/ mil nascidos vivos), Alemanha (4 mortos/ mil nascidos vivos), Reino Unido (5 mortos/ mil nascidos vivos)) (Elaborado com base em CIA, <http://www.theodora.com/wfb/>, acedido em 14/12/2010).

Tabela 5.5: Taxa de mortalidade infantil por países (mortes/1.000 nascidos vivos)

Países	Taxa de mortalidade infantil		Países	Taxa de mortalidade infantil	
	1990	2009		1990	2009
África do Sul	52,00	44,42	Líbia	64,00	21,05
Angola	158,00	180,21	Malawi	130,00	89,05
Argélia	87,00	27,73	Mali	116,00	102,05
Botsuana	43,00	12,59	Marrocos	78,00	36,88
Benim	121,00	64,64	Mauritânia	96,00	63,42
Burkina-Faso	121,00	84,49	Mayotte	89,00	56,29
Burundi	111,00	59,64	Moçambique	138,00	105,80
Cabo verde	65,00	41,35	Namíbia	71,00	45,51
Camarões	120,00	63,34	Níger	131,00	116,66
Chade	136,00	98,69	Nigéria	119,00	94,35
Congo	110,00	79,78	Rep.Central-Africana	141,00	80,62
Costa de Marfim	100,00	68,06	Ruanda	113,00	81,61
Egipto	90,00	27,26	S.Tomé e Príncipe	61,00	37,12
Etiópia	116,00	80,80	Sahara Ocidental	177,00	69,66
Gabão	106,00	51,78	Santa Helena	46,00	17,63
Gâmbia	140,00	67,33	Senegal	87,00	58,94
Gana	89,00	51,09	Serra Leoa	154,00	154,43
Guiné	147,00	65,22	Seychelles	15,00	12,30
Guiné - Equatorial	118,00	81,58	Somália	125,00	109,19
Guiné-Bissau	127,00	99,82	Suazilândia	126,00	68,63
Ilhas Comores	89,00	66,57	Sudão	107,00	82,43
Ilhas Madagáscar	97,00	54,20	Tanzânia	107,00	69,28
Ilhas Maurícias	20,00	12,20	Togo	112,00	56,24
Djibuti	119,00	97,51	Tunísia	40,00	22,57
Quénia	60,00	54,70	Uganda	107,00	64,82
Lesoto	80,00	77,40	Zâmbia	80,00	101,20
Libéria	126,00	138,24	Zimbabu'w	65,00	32,31

Fonte: Elaborado com base em CIA (1990 – 2009), <http://www.theodora.com/wfb/>, acedido em 07/05/2010

Legenda:

Taxa de Mortalidade infantil elevada	>100
Taxa de Mortalidade infantil média	50 – 100
Taxa de Mortalidade infantil baixa	<50

5.3.6 Esperança de vida à nascença

Uma análise espacial (por países) da esperança média de vida à nascença em 1990 e 2009, permite observar que, em 1990, a maioria dos países (78% dos países) registaram uma esperança média de vida à nascença entre 50 e 70 anos, sendo Santa Helena o único país com esperança de vida à nascença superior a 70 anos (72,5 anos). Neste mesmo ano cerca de 20% dos países apresentava uma esperança média de vida à nascença inferior a 50 anos (exemplos: Chade, Sahara Ocidental, Guine, Angola, Serra Leoa). Em 2009, a esperança média de vida à nascença aumentou ligeiramente no continente africano, tendo passado de 56,5 para 57,7 anos, facto que poderá estar relaciona com a diminuição da pobreza e melhoria das condições de vida verificadas em alguns países. No entanto, o acréscimo da esperança média de vida à nascença não foi uma

realidade em todos os países, tendo-se registado uma diminuição deste indicador em 32% dos países (África do Sul, Angola, Djibuti, Lesoto, Libéria, Malawi, Moçambique, Nigéria, Republica Central Africana, Serra Leoa, Somália, Suazilândia, Zâmbia e Zimbabué) (Tabela 5.6). Este facto poderá estar associado á pobreza e à fome que se têm intensificado nestes países africanos, mas também à instabilidade política e à existência de um grande número de pessoas infectado com o vírus da sida. (Uneca, 2003; Campos, 2008).

Em 2009, o valor mais elevado da esperança média de vida à nascença registou-se em Santa Helena (cerca de 78 anos) e o valor mais baixo na Suazilândia (cerca de 32 anos). Neste mesmo ano, através dos resultados apresentados na Tabela 5.6 pode-se verificar que 15% dos países do continente africano têm uma esperança média de vida à nascença superior a 70 anos, 65% dos países têm uma esperança média de vida à nascença entre 50 e 70 anos e 20% dos países apresenta uma esperança média de vida à nascença inferior a 50 anos (Tabela 5.6).

Tabela 5.6: Esperança de vida a nascença por países (anos)

Países	Esperança de vida a nascença		Países	Esperança de vida a nascença	
	1990	2009		1990	2009
África do Sul	64,00	48,98	Líbia	67,50	77,26
Angola	44,00	38,20	Malawi	49,00	43,82
Argélia	62,50	74,02	Mali	46,00	50,35
Benim	50,00	59,00	Marrocos	64,50	71,80
Botsuana	61,00	61,85	Mauritânia	46,50	60,37
Burquina Faso	51,50	52,95	Mayotte	56,00	62,91
Burundi	52,00	52,09	Moçambique	47,00	41,18
Cabo verde	61,00	71,61	Namíbia	60,00	51,24
Camarões	51,00	53,69	Níger	49,50	52,60
Chade	39,00	47,70	Nigéria	48,50	46,94
Congo	53,50	54,15	Rep.Central-Africana	46,50	44,47
Costa de Marfim	54,00	55,45	Ruanda	52,00	50,52
Egipto	60,50	72,12	S.Tomé e Príncipe	65,50	68,32
Etiópia	50,50	55,41	Sahara Ocidental	40,00	54,32
Gabão	53,00	53,11	Santa Helena	72,50	78,44
Gâmbia	48,00	55,35	Senegal	54,50	59,00
Gana	54,00	59,85	Serra Leoa	44,50	41,24
Guiné	42,00	57,09	Seicheles	70,00	73,02
Guiné - Equatorial	50,00	61,61	Somália	53,50	49,63
Guiné-Bissau	46,00	47,90	Suazilândia	51,50	31,88
Ilhas Comores	56,00	63,47	Sudão	53,00	51,42
Ilhas Madagáscar	52,00	62,89	Tanzânia	51,50	52,01
Ilhas Maurícias	69,50	74,00	Togo	60,00	58,69
Djibuti	47,50	43,37	Tunísia	69,00	75,78
Quénia	64,50	57,86	Uganda	49,00	52,72
Lesoto	60,50	40,38	Zâmbia	56,50	38,63
Libéria	56,00	41,84	Zimbabué	61,00	45,77

Fonte: Elaborado com base em CIA (1990 – 2009), <http://www.theodora.com/wfb/>, acedido em 07/05/2010

Legenda

Esperança de vida a nascença elevada	>70
Esperança de vida a nascença média	50 – 70
Esperança de vida a nascença baixa	<50

5.3.7 Taxa de alfabetização

A taxa de alfabetização é um indicador social que permite avaliar o nível de desenvolvimento de um país ou continente. Este indicador também é fundamental quando se pretende desenvolver uma actividade económica, como é o caso do turismo, na medida em que está relacionado com a formação dos recursos humano. Em 1990, a maior parte da população africana era analfabeta, uma vez que a maioria dos países (56% dos países) apresentava taxas de alfabetização baixas (inferiores aos 50%) e vários países, como por exemplo Somália, Burkina-Faso, Ilhas Comores, Mali e Mauritânia, apresentavam taxas de alfabetização muito baixas. Por outro lado, as Ilhas Maurícias, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabué eram os países que, em 1990, tinham as taxas de alfabetização mais elevadas do continente africano. Em 2009, o cenário alterou-se, tendo-se verificado um aumento significativo da taxa de alfabetização em todos os países do continente africano, com a excepção da Etiópia onde se verificou uma diminuição da taxa de alfabetização. Neste mesmo ano, cerca de 33% dos países possuem taxas de alfabetização superiores a 70%, e apenas 28% dos países possuem taxas de alfabetização inferiores a 50%. O Burkina-Faso é o país que apresenta a menor taxa de alfabetização (21,80%), enquanto que o Seychelles é o país que apresenta a maior taxa de alfabetização (91,8%) (Tabela 5.7).

As baixas taxas de alfabetização verificadas no continente africano estão relacionadas com o facto de os países africanos apresentarem uma população residente muito elevada, com um elevado número de pessoas por agregado familiar. Por sua vez, problemas relacionados com pobreza e conflitos faz com que não seja atribuída muita importância à educação no orçamento familiar. Em muitos destes países, muitas vezes os pais investem apenas na educação dos filhos do sexo masculino com o intuito que no futuro virem a ser bem renumerados, enquanto que as filhas, normalmente ficam em casa para ajudar nos trabalhos domésticos (Uneca, 2005). Estas características têm contribuído para que as taxas de alfabetização verificadas nos países do continente africano sejam muito baixas. No entanto, nestes últimos anos observaram-se avanços consideráveis em muitos dos países do continente africano, tanto em termos de alfabetização dos jovens como dos adultos. Foi introduzido o ensino obrigatório para os jovens e o ensino para os adultos. Por sua vez, muitos países também deixaram de investir apenas na educação dos filhos do sexo masculino, passando a investir na educação dos filhos de ambos os sexos. Estas alterações contribuíram, também, para que as mulheres passassem a ter a possibilidade de participar de uma forma activa nas actividades económicas (Uneca, 2002).

Tabela 5.7: Taxa de alfabetização (%)

Países	Taxa de alfabetização		Países	Taxa de alfabetização	
	1990	2009		1990	2009
África do Sul	50,00	86,40	Libéria	35,00	57,50
Angola	41,00	67,40	Líbia	60,00	82,60
Argélia	52,00	69,90	Malawi	41,20	62,70
Benim	25,90	34,70	Mali	18,00	46,40
Botsuana	60,00	81,20	Marrocos	28,00	52,30
Burkina-Faso	13,20	21,80	Mauritânia	17,00	51,20
Burundi	33,80	59,30	Moçambique	38,00	47,80
Cabo Verde	48,00	76,60	Namíbia	38,00	85,00
Camarões	56,20	67,90	Níger	13,90	28,70
Chade	25,30	25,70	Nigéria	42,40	68,00
Congo	62,90	83,80	Rep. Central-Africana	40,20	48,60
Costa de Marfim	42,70	48,70	Ruanda	46,60	70,40
Egipto	45,00	71,40	S. Tomé e Príncipe	50,00	84,90
Etiópia	55,20	42,70	Senegal	28,10	39,30
Gabão	61,60	63,20	Serra Leoa	31,00	35,10
Gâmbia	25,10	40,10	Seicheles	60,00	91,80
Gana	53,20	57,90	Somália	11,60	37,80
Guiné	20,00	29,50	Suazilândia	67,90	81,60
Guiné - Equatorial	40,00	87,00	Sudão	27,00	61,10
Guiné-Bissau	34,00	42,40	Tanzânia	79,00	69,40
Ilhas Comores	15,00	56,50	Togo	40,70	60,90
Ilhas Madagáscar	67,50	68,90	Tunísia	62,00	74,30
Ilhas Maurícias	82,80	84,40	Uganda	57,30	66,80
Djibuti	20,00	67,90	Zâmbia	75,70	80,60
Quénia	59,20	85,10	Zimbabwe	74,00	90,70
Lesoto	59,00	84,80			

Fonte: Elaborado com base em CIA (1990 – 2009), <http://www.theodora.com/wfb/>, acedido em 07/05/2010

Legenda

Taxa de Alfabetização elevada	>70
Taxa de Alfabetização média	50 – 70
Taxa de Alfabetização baixa	<50

5.4 Desenvolvimento económico: passado e presente

Para analisar o nível de desenvolvimento económico do continente africano foram utilizados os principais indicadores económicos: PIB, PIB *per-capita*, Balança Comercial e dívida externa.

5.4.1 Produto interno bruto

O Produto Interno Bruto é um indicador económico que é utilizado nesta investigação para avaliar o nível de desenvolvimento económico do continente africano. Recorreu-se ao PIB ppp (paridade de poder de compra) porque no seu cálculo é incorporado o custo relativo de vida e as taxas de inflação dos países o que permite fazer comparações. Em 1990, as regiões da África do Norte e Austral juntas detinham a maior parte do PIB ppp de África (62% do PIB ppp total). Passados 16

anos, estas duas regiões continuavam a ocupar a liderança, sendo responsáveis por 63% do PIB ppp total do continente africano. No período em análise, entre 1990 e 2006, a África do Norte e a Ocidental aumentaram a sua importância relativa em termos de PIB ppp total, por conseguinte as regiões da África Austral e a África Central diminuíram a sua importância relativa em termos de PIB total (Tabela 5.8).

No período de 1990 a 2006 o PIB ppp total do continente africano registou um crescimento global de 136,7%, tendo-se verificado uma taxa de crescimento média anual de apenas 5,5%. Para este crescimento muito contribuíram as regiões da África do Norte e da África Ocidental que apresentaram taxas de crescimento superiores à média do continente. Por sua vez, as regiões da África Central e África Austral foram as que apresentaram uma evolução menos positiva no PIB ppp (Tabela 5.8)

Tabela 5.8: PIB ppp em biliões de US\$

Regiões	PIB ppp (biliões de US\$)				Taxa de Crescimento (1990- 2006)	
	1990	% do total	2006	% do total	Variação Global (%)	Média Anual (%)
África do Norte	359.182.816.921	35	929.673.840.894	38	158,8	6,1
África Ocidental	152.888.692.448	15	386.373.736.641	16	152,7	6,0
África Central	94.392.378.946	9	172.840.279.093	7	83,1	3,9
África Oriental	148.990.754.021	14	344.923.507.854	14	131,5	5,4
África Austral	280.626.674.435	27	618.723.156.786	25	120,5	5,1
África do Norte	359.182.816.921	35	929.673.840.894	38	158,8	6,1
Total	1.036.081.316.771	100	2.452.534.521.268	100	136,7	5,5

Fonte: Elaborado com base em Nações Unidas (1990 – 2006), <http://data.un.org/Explorer.aspx?d=UNODC>, acedido em 07/05/2010)

Uma análise por países permite observar que em 1990, a África do Sul, o Egipto, Argélia, Marrocos e Nigéria eram os países que tinham os valores mais elevados de PIB ppp. Por outro lado a Guiné – Equatorial, Ilhas Comores, Serra Leoa, Guiné-Bissau e Cabo Verde eram os países que possuíam os valores mais baixos de PIB ppp. Em 2009, a África do Sul, Egipto, Argélia, Marrocos e a Nigéria continuam a ser os países com valores mais elevados do PIB e as Ilhas Comores, Serra Leoa, Guiné-Bissau, Djibuti apresentam os valores mais baixos (ver anexo 5.3). O aumento do PIB mais significativo e de destaque é da Guiné – Equatorial que teve uma taxa de crescimento global de 2364%, e uma taxa de crescimento médio anual de 22,2%. Este facto deve-se ao crescimento extraordinário da sua economia nos últimos anos procedente da exploração petrolífera que aconteceu a partir da década de 90 com a descoberta de grandes reservas de petróleo e de gás natural nas águas do Golfo da Guiné.

Uma análise comparativa entre os países africanos e os países G8 permite verificar que, em 2006 o PIB ppp do Canadá, que é o valor mais baixo dos países G8 é duas vezes superior ao PIB ppp da África de Sul (o país que possui o valor mais elevado do PIB ppp do continente africano) (ver anexo 5.3). Contudo este indicador é muito influenciado pela quantidade de população, para resolver esta situação foi utilizado outro indicador, o PIB *per-capita* que relaciona as duas variáveis.

5.4.2 Produto interno bruto *per-capita*

No período de 1990 a 2006 registou-se um aumento significativo do PIB ppp *per-capita* no continente Africano, tendo passado de 1.662 US\$ para 2.660 US\$. Neste período observou-se uma taxa de crescimento média anual do PIB *per-capita* da ordem dos 3%. A evolução deste indicador poderia ter sido mais favorável caso se não tivesse ocorrido um elevado crescimento populacional neste período. Em 1990, o valor mais elevado do PIB *per-capita* ppp registou-se na África Austral, tendo-se verificado, também um PIB *per-capita* superior à média do continente africano nas regiões da África do Norte e da África Central. Passados 16 anos a África Austral continua a registar o maior valor de PIB *per-capita* enquanto que o menor valor se registou na África Oriental. Durante este período, o maior crescimento do PIB *per-capita* ocorreu na África Ocidental, tendo observado uma variação global de 77,8%, mas o menor crescimento ocorreu na África Central registando uma variação global de apenas 8,4% (Tabela 5.9).

Tabela 5.9: PIB *per-capita* em \$US

Regiões	PIB <i>per-capita</i> (unidade)		Taxa de Crescimento (1990 – 2006)	
	1990	2006	Variação Global (%)	Média anual (%)
África do Norte	2504,8	4418,4	76,4	3,6
África Ocidental	742,3	1319,8	77,8	3,7
África Central	3013,2	3267,7	8,4	0,5
África Oriental	752,7	1113,9	48,0	2,5
África Austral	6269,5	10969,0	75,0	3,6
África	1662,0	2659,7	60,0	3,0

Fonte: Elaborado com base em Nações Unidas (1990 – 2006), <http://data.un.org/Explorer.aspx?d=UNODC>, acedido em 07/05/2010)

Através de uma análise detalhada em termos espaciais (por países), é possível constatar que, durante o período em análise, a maioria dos países teve um aumento significativo do PIB *per-capita* ppp. Em 1990, muitos países (42%) do continente africano registaram um PIB *per-capita* abaixo dos 1.000\$, tendo-se verificado os valores mais baixo no Malawi, Mali, Moçambique, Níger e na Nigéria. No entanto, alguns países já apresentavam valores superiores a 5.000\$, são países como África do Sul, Gabão, Ilhas Maurícias e o Seychelles. Em 2006, o PIB *per-capita* aumentou em 92% dos países, no entanto países como Burundi, Djibuti, Republica de Democrática Congo e o Zimbabué

diminuíram o PIB *per-capita*. Neste mesmo ano os valores mais baixos de PIB *per-capita* ocorreram no Burundi, em Malawi, na Republica Democrática do Congo, na Tanzânia e no Níger. Por outro lado, África do sul, Botsuana, Guiné – Equatorial, Ilhas Maurícias e o Seychelles foram os países que, em 2006, apresentaram valores mais elevados de PIB *per-capita* (ver anexo 5.4).

No período em análise (de 1990 até 2006), o maior acréscimo do PIB *per-capita* ocorreu na Guiné – Equatorial, tendo registado uma variação global de 1.589% e uma taxa de crescimento médio anual de 19,3%, realçando assim o grande desenvolvimento económico já mencionado anteriormente. O Burundi, Republica Democrática de Congo, Djibuti e Zimbabué são os países que contrariaram a tendência e diminuíram os seus valores. São países que têm uma economia quase de subsistência, que enfrentam graves problemas, como pobreza, fome e conflitos militares (exemplos: caso da Republica Democrática Congo e o Burundi). Salientam-se, também as elevadas taxas de inflação (hiperinflação) verificadas, por exemplo no Zimbabué. (Uneca, 2010a).

Uma análise comparativa entre o PIB *per-capita* verificado em África e o que se observou nos países que fazem parte do G8, permitiu observar que, em 1990, o PIB *per-capita* ppp dos Estados Unidos (país que possui o PIB *per-capita* mais elevado do G8) é 2 vezes superior ao PIB *per-capita* das Seychelles, que é a maior do continente africano. Também é de observar que o valor mais baixo dos países G8, o da Rússia, corresponde aos valores mais elevados do continente africano. Em 2006, os Estados Unidos continua a deter o maior valor do PIB *per-capita* dos países G8 e é quase 3 vezes maior que o PIB *per-capita* existente nas Seychelles, enquanto que a Rússia continua a apresentar o valor mais baixo do PIB *per-capita* dos países G8 (ver anexo 5.4).

5.4.3 Balança Comercial

A Balança Comercial do continente africano apresentou, tanto em 1990 como em 2009, um saldo negativo, consequência das importações serem muito superiores às exportações (Tabela 5.10)

Tabela 5.10: Saldo da Balança Comercial em \$US

		1990	2009
África	Exportação (bilhões)	89.631.921.000	405.450.200.000
	Importação (bilhões)	94.393.800.000	449.455.300.000
	Saldo (bilhões)	-4.761.879.000	-44.005.100.000

Fonte: Elaborado com base em CIA (1990 – 2009), <http://www.theodora.com/wfb/>, acedido em 07/05/2010

Uma análise em termos de Saldo de Balança Comercial por regiões que integram o continente africano permite constatar que, em 1990, três regiões (África Ocidental, África Central e África

Austral) possuíam um saldo positivo na Balança Comercial. Em 2009 esta situação alterou-se, todas as regiões passaram a ter um saldo negativo com a excepção da África Central (Tabela 5.11).

Tabela 5.11: Saldo da Balança Comercial por regiões em \$US

Regiões	Exportação em 1990 (bilhões)	Importação em 1990 (bilhões)	Saldo comercial (bilhões)	Exportação em 2009 (bilhões)	Importação em 2009 (bilhões)	Saldo comercial (bilhões)
África do Norte	27.865.000.000	38.500.000.000	-10.635.000.000	147.414.000.000	168.003.000.000	-20.589.000.000
África Ocidental	20.535.000.000	17.425.100.000	3.109.900.000	88.007.000.000	125.957.000.000	-37.950.000.000
África Central	8.179.900.000	5.530.900.000	2.649.000.000	68.427.700.000	26.860.300.000	41.567.400.000
África Oriental	7.242.000.000	12.193.800.000	-4.951.800.000	24.782.500.000	46.866.000.000	-22.083.500.000
África Austral	25.810.021.000	20.744.000.000	5.066.021.000	76.819.000.000	81.769.000.000	-4.950.000.000
Total	89.631.921.000	94.393.800.000	-4.761.879.000	405.450.200.000	449.455.300.000	-44.005.100.000

Fonte: Elaborado com base em CIA (1990 – 2009), <http://www.theodora.com/wfb/>, acedido em 07/05/2010

Uma análise mais pormenorizada (por países) permite verificar que, tanto em 1990 como em 2009, poucos países do continente africano possuíam Balanças Comerciais com saldos positivos. Em 1990, apenas 23% dos países possuíam Balanças Comerciais com saldos positivos e os três saldos mais elevados foram da África do Sul, Nigéria e Angola. Em 2009, diminuí os números de países que possuíam Balanças Comerciais com saldos positivos (21%) e os três saldos mais elevados passaram a ser o da Angola, da Argélia e da Líbia. Por sua vez, em 1990, os três países mais dependentes do exterior eram o Egipto, Marrocos e a Tunísia. Em 2009, esse lugar era ocupado pelo Egipto, Marrocos e Santa Helena. No período em análise neste projecto de investigação, entre 1990 e 2009, o Chade, Líbia, Guiné – Equatorial e o Sudão aumentaram muito os saldos das Balanças Comerciais, tendo passado de saldos negativos para saldos positivos. Contrariamente a esses países, a África do Sul, Botsuana, Guiné, Libéria e Santa Helena passaram de um saldo positivo para um saldo negativo (ver anexo 5.5).

5.4.4 Dívida externa

A dívida externa do continente africano aumentou significativamente entre 1990 e 2009, tendo passado de 276 bilhões de dólares para 311 bilhões de dólares. Neste período a dívida aumentou cerca de 13%. Em 1990, a África do Norte era a região que mais dependia do exterior sendo responsável por 45% da dívida total do continente africano, enquanto que a dívida da África Austral contribuía apenas com 7,5% da dívida total. Em 2009, a África do Norte continuava a deter a maior dívida externa (35,4% do total) enquanto que a África Central era a região com a menor dívida externa (8,7% do total). Por sua vez, a África Austral foi de todas as regiões a que registou um maior crescimento na dívida externa (variação global de 271%) (Tabela 5.12).

Tabela 5.12: Dívida Externa por regiões em \$US

Regiões	Dívida Externa (bilhões \$US)				Variação Global (%)
	1990	% do total	2009	% do total	
África do Norte	123.200.000.000	45	110.300.000.000	35,4	-10,5
África Ocidental	68.942.000.000	25	48.089.300.000	15,4	-30,2
África Central	21.306.000.000	7,5	27.069.000.000	8,7	27
África Oriental	41.255.000.000	15	48.193.000.000	15,5	16,8
África Austral	20.967.000.000	7,5	77.790.000.000	25	271
Total	275.670.000.000	100	311.441.300.000	100	13

Fonte: Elaborado com base em CIA (1990 – 2009), <http://www.theodora.com/wfb/>, acessado em 07/05/2010

Uma análise em termos espaciais, permiti-nos constatar que em 1990 os países que mais dependiam do exterior eram o Egipto, a Nigéria, a Argélia, Marrocos e a África do Sul. Por sua vez, os países que possuíam menor dívida externa eram a Namíbia, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Seychelles e Guiné – Equatorial. Em 2009, os países com maior dívida externa eram África do Sul, Egipto, Marrocos e Sudão, enquanto que São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné – Equatorial, Ilhas Comores, Djibuti e a Suazilândia eram os países que tinham menor dívida externa. No período em análise neste projecto de investigação, entre 1990 e 2009, o maior aumento da dívida externa ocorreu na Namíbia, Seychelles, Ilhas Maurícias, África do Sul, Chade e o menor na Nigéria, Argélia, Zâmbia, Egipto, Madagáscar e Camarões (ver anexo 5.6).

5.5 Desenvolvimento socioeconómico: passado e presente

Para se analisar o desenvolvimento socioeconómico do continente africano utilizam-se indicadores agregados como é o caso do Índice de Desenvolvimento Humano, o Índice de Pobreza Humana e o *Coefficiente de Gini*.

5.5.1 Índice Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano foi desenvolvido pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq e vem sendo usado desde 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sendo publicado no seu relatório anual. O IDH apresenta uma medida conjunta de três dimensões do desenvolvimento: viver uma vida longa e saudável (esperança de vida), ter estudos (taxa de alfabetização de adultos) e ter um padrão de vida decente (rendimento de paridade do poder de compra). Os países incluídos no IDH são categorizados em três grupos: países com um Índice de Desenvolvimento Humano elevado (com um IDH igual ou superior a 0,800 ou superior), países com um Índice de Desenvolvimento Humano médio (IDH entre 0,500 e 0,799) e países com um Índice de Desenvolvimento Humano baixo (IDH inferior a 0,500).

Uma análise do IDH dos países africanos (Tabela 5.13), demonstra que em 1990 a maioria dos países (85%) possuíam um IDH baixo. Neste ano nenhum país africano tinha um IDH elevado, embora existissem alguns países (15% dos países) com IDH médio tais como: Ilhas Maurícias, Seychelles, África do Sul, Líbia, Tunísia, Botsuana, Argélia e Gabão.

Em 1990, a nível mundial, os valores mais elevados de IDH registaram-se nos países industrializados e mais desenvolvidos, os cinco valores mais elevados eram do Japão, Canadá, Noruega, Suíça e Suécia e os valores mais baixo registaram-se nos países menos desenvolvidos e a maioria concentraram-se na África. Em 2007 os valores mais baixos do IDH a nível mundial continuaram a ter lugar no continente africano. No entanto, durante este período o cenário alterou-se, uma vez que a maioria dos países passaram a ter um IDH médio (50% dos países) e três países (Ilhas Maurícias, Líbia e Seychelles) passaram a fazer parte do grupo de países com IDH elevado. Os países como Níger, Serra Leoa, Republica Central Africana, Mali e Burkina-Faso são os países que a nível mundial registam os menores valores de IDH, ocupando as posições finais no ranking.

Em termos de evolução do IDH nas últimas décadas, verificou-se que todos os países do continente africano aumentaram este indicador. Alguns países registaram mesmo acréscimos significativos, o que evidencia que apesar de ainda continuarem a existir no continente africano muitas pessoas carenciadas alguns países começam já a subir no ranking em termos de nível de desenvolvimento (Tabela 5.13).

Tabela 5.13: Índice de Desenvolvimento Humano por países

Países	IDH 1990	Posição no Ranking (173 países)	IDH 2007	Posição no Ranking (182 países)	Países	IDH 1990	Posição no Ranking (173 países)	IDH 2007	Posição no Ranking (182 países)
África do Sul	0,673	85	0,683	129	Marrocos	0,433	119	0,654	130
Angola	0,143	160	0,564	143	Mauritânia	0,140	161	0,52	154
Argélia	0,528	107	0,754	104	Moçambique	0,154	157	0,402	172
Benim	0,113	162	0,492	161	Namíbia	0,289	135	0,686	128
Botsuana	0,552	104	0,694	125	Níger	0,080	169	0,34	182
Burkina-Faso	0,074	170	0,389	177	Nigéria	0,246	142	0,511	158
Burundi	0,167	154	0,394	174	Quênia	0,369	127	0,541	147
Cabo Verde	0,479	114	0,708	121	Rep.Central-Africana	0,159	156	0,369	179
Camarões	0,310	133	0,523	153	Rep.Democratica.congo			0,371	176
Chade	0,088	165	0,392	175	Ruanda	0,186	149	0,46	167
Congo	0,372	126	0,601	136	S.Tomé e Príncipe	0,374	125	0,651	131
Costa de Marfim	0,286	136	0,484	163	Senegal	0,182	150	0,464	166
Egipto	0,389	124	0,703	123	Serra Leoa	0,065	172	0,365	180
Etiópia	0,172	151	0,414	171	Seychelles	0,761	63	0,845	57
Eritreia			0,467	165	Somália	0,087	166		
Gabão	0,503	109	0,755	103	Suazilândia	0,458	117	0,572	142
Gâmbia	0,086	167	0,456	168	Sudão	0,152	158	0,531	150
Gana	0,311	131	0,526	152	Tanzânia	0,270	138	0,53	151
Guiné	0,045	173	0,435	170	Togo	0,218	145	0,499	159
Guiné - Equatorial	0,164	155	0,719	118	Tunísia	0,600	93	0,769	98
Guiné-Bissau	0,090	164	0,396	173	Uganda	0,194	146	0,514	157
Ilhas Comores	0,269	139	0,576	139	Zâmbia	0,314	130	0,481	164
Ilhas Madagáscar	0,327	128	0,543	145	Zimbabué	0,398	121		
Ilhas Maurícias	0,794	56	0,804	81	Países de topo do ranking				
Djibuti	0,104	163	0,52	155	Japão	0,983	1	0,971	Noruega
Lesoto	0,431	120	0,514	156	Canadá	0,982	2	0,97	Austrália
Libéria	0,222	144	0,442	169	Noruega	0,979	3	0,969	Islândia
Líbia	0,658	87	0,847	55	Suíça	0,978	4	0,966	Canadá
Malawi	0,168	153	0,493	160	Suécia	0,977	5	0,965	Irlanda
Mali	0,082	168	0,371	178					

Fonte: Elaborado com base em Nações Unidas (1990 - 2007), <http://hdr.undp.org/en/reports/>, acessado em 16/07/2010)

Legenda:

IDH elevado	>0,8
IDH médio	0,5 -08
IDH baixo	<0,5

5.5.2 Índice Pobreza Humana

Enquanto o IDH mede os progressos médios alcançados, o Índice de Pobreza Humana mede as carências quanto ao desenvolvimento humano básico nas mesmas dimensões que o IDH. O IPH foi introduzido pelo PNUD no seu relatório anual em 1997 para medir a pobreza humana e considera no seu cálculo três variáveis: curta duração de vida (o percentual da população que não atinge os 40 anos), nível de conhecimentos (o percentual de adultos analfabetos) e falta de acesso a um nível de vida digno (percentagem da população sem acesso sustentável a uma fonte de água potável e percentagem de crianças com baixo peso para a idade). IPH é apresentado em termos percentuais, os valores mais elevados referem-se aos países com maior incidência de pobreza e os países que apresentam valores próximos de zero são os que apresentam menor incidência de pobreza.

Em termos de valores do IPH nos países africanos podemos verificar, através da Tabela 5.14, que em 1997 a maioria dos países tinham um IPH elevado, o que os posicionava nos últimos lugares do ranking e muitos deles com valores superiores a 40%. Os três valores mais elevados registaram-se no Níger, na Burkina-Faso e na Serra Leoa enquanto que os valores mais baixos do IPH se registaram nas Ilhas Maurícias, Líbia e África do Sul. Passado uma década o IPH diminuiu significativamente na maioria dos países africanos, fazendo com que haja vários países com valores abaixo dos 20%. Ilhas Maurícias, São Tomé e Príncipe e Líbia são países onde se observa uma menor incidência de pobreza. Por sua vez, os países que apresentam uma maior incidência de pobreza são: Níger, Mali e Chade.

Apesar de entre 1997 e 2007 se ter verificado uma evolução positiva do indicador IPH na maioria dos países do continente africano, alguns países registaram um aumento do valor deste indicador (países como África do Sul, Suazilândia, Zimbabuê, Chade, Mali, Quênia e Tanzânia) (Tabela 5.14).

Tabela 5.14: Índice de Pobreza Humana por países (%)

Países	IPH 1997	Posição no Ranking (92 países)	IPH 2007	Posição no Ranking (135 países)	Países	IPH 1997	Posição no Ranking (92 países)	IPH 2007	Posição no Ranking (135 países)
África do Sul	19,1	31	25,4	85	Líbia	16,4		13,4	60
Angola	..		37,2	118	Malawi	42,2	72	28,2	90
Argélia	28,8	52	17,5	71	Mali	52,8	87	54,5	133
Benim	50,9	83	43,2	126	Marrocos	39,2	67	31,1	96
Botsuana	27,5	44	22,9	81	Mauritânia	47,5	77	36,2	115
Burquina Faso	59,3	91	51,8	131	Moçambique	49,5	79	46,8	127
Burundi	46,1	75	36,4	116	Namíbia	25	42	17,1	70
Cabo verde	24,7	40	14,5	62	Níger	65,5	92	55,8	134
Camarões	38,1	62	30,8	95	Nigéria	38,2	63	36,2	114
Chade	52,1	86	53,1	132	Quênia	28,2	49	29,5	92
Congo	32,3	56	24,3	84	Rep.Central-Africana	53,6	88	42,4	125
Costa de Marfim	46,8	76	37,4	119	Rep.Democratica.congo	..		38	120
Egipto	33	57	23,4	82	Ruanda	..		32,9	100
Eritreia	..		33,7	103	S.Tomé e Príncipe	..		12,6	57
Etiópia	55,8	89	50,9	130	Senegal	49,6	80	41,6	124
Gabão	..		17,5	72	Serra Leoa	57,7	90	47,7	128
Gâmbia	49,9	81	40,9	123	Seicheles	
Gana	36,2	60	28,1	89	Somália	
Guiné	50,5	82	50,5	129	Suazilândia	27,6	45	35,1	108
Guiné - Equatorial	..		31,9	98	Sudão	36,8	61	34	104
Guiné-Bissau	51,8	84	34,9	107	Tanzânia	29,8	54	30	93
Ilhas Comores	34,6	58	20,4	78	Togo	38,4	65	36,6	117
Ilhas Madagáscar	..		36,1	113	Tunísia	23,1	38	15,6	65
Ilhas Maurícias	12,1	15	9,5	45	Uganda	40,6	68	28,8	91
Djibuti	40,8	69	25,6	86	Zâmbia	38,4	64	35,5	110
Lesoto	23	37	34,3	106	Zimbabuê	29,2	53	34	105
Libéria			35,2	109					

Fonte: Elaborado com base em Nações Unidas (1990 - 2007), <http://hdr.undp.org/en/reports/>, acessado em 16/07/2010)

Legenda

IPH elevado	>50
IPH médio	20-50
IPH baixo	<20

5.5.3 Coeficiente de Gini

O *Coeficiente de Gini* foi criado pelo Italiano Corrado Gini e é um coeficiente usado para medir a desigualdade de distribuição de rendimento entre os países. Consiste num número entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo estiver do zero menor é a desigualdade do rendimento num país, ou seja, melhor a distribuição do rendimento e quanto mais próximo estiver de um, maior é a concentração do rendimento num país. O *Coeficiente de Gini* é expresso em termos percentuais (coeficiente x 100) e o ranking está classificada de maior para menor, ou seja, os países que têm maior coeficiente estão no topo do ranking e os países com menor coeficiente ocupam o fim do ranking.

O continente africano é caracterizado como sendo um continente com alta concentração do rendimento. Em 2004, todos os países do continente africano registaram valores de *Coeficiente de Gini* superiores a 30%. Em termos de ranking dos países africanos os que apresentaram um *Coeficiente de Gini* mais baixo foram a: Etiópia, Egito, Tanzânia, Argélia, Benim. Por sua vez, os que apresentaram uma maior desigualdade do nível de rendimento foram países como a Namíbia, Lesoto, Botsuana, Serra Leoa e Republica Central Africana. Estes países lideram o ranking do *Coeficiente de Gini*. Em 2009, o cenário pouco se altera e os países africanos continuam a ter elevados valores de Coeficiente Gini, não se observando alterações em termos de ranking (Tabela 3.15).

Como já foi referido anteriormente, observa-se que uma parte considerável dos países africanos registou uma evolução social e económica positiva nas duas últimas décadas. A corroborar esta afirmação cita-se o exemplo de alguns países (Gana, Guine, Quénia, Tunísia). No entanto, em alguns países assistiu-se a um aumento das desigualdades na distribuição da riqueza, como é o caso de países como as Ilhas Maurícias e Marrocos. A África do Sul destaca-se como um dos países onde ocorreu um aumento significativo do *Coeficiente de Gini* (Tabela 5.15).

Tabela 5.15: Coeficiente de Gini (%) por países

Países	Gini_2004	Posição no Ranking (118países)	Gini_2009	Posição no Ranking (134países)	Países	Gini_2004	Posição no Ranking (118países)	Gini_2009	Posição no Ranking (134países)
África do Sul	59.3	8	65.0	2	Namíbia	70.7	1	70.7	1
Argélia	35.3	82	35.3	86	Níger	50.5	20	50.5	22
Benim	36.5	74	36.5	82	Nigéria	43.7	45	43.7	46
Botswana	63.0	3	63.0	4	Quênia	44.9	36	42.5	51
Burkina-Faso	48.2	27	39.5	64	Rep.Central-Africana	61.3	5	61.3	6
Burundi	42.4	46	42.4	52	Ruanda	46.8	32	46.8	35
Camarões	44.6	39	44.6	43	Senegal	41.3	49	41.3	55
Costa de Marfim	44.6	40	44.6	44	Serra Leoa	62.9	4	62.9	5
Egipto	34.4	87	34.4	90	Suazilândia	50.4	21	50.4	23
Etiópia	30.0	102	30.0	112	Tanzânia	34.6	86	34.6	89
Gâmbia	50.2	22	50.2	24	Tunísia	41.7	47	40.0	62
Gana	40.7	53	39.4	65	Uganda	45.7	35	45.7	39
Guiné	40.3	56	38.1	73	Zâmbia	50.8	19	50.8	21
Ilhas Madagáscar	47.5	29	47.5	32	Zimbabué	50.1	23	50.1	25
Ilhas Maurícias	37.0	70	39.0	70	Países_últimas posições				
Lesoto	63.2	2	63.2	3	Suécia	25.0		25	Islândia
Malawi	39.0	62	39.0	69	Japão	24.9		25	Noruega
Mali	40.1	57	40.1	61	Dinamarca	24.7		24	Dinamarca
Marrocos	39.5	60	40.9	58	Hungria	24.4		24	Eslovénia
Mauritânia	39.0	61	39.0	71	Bielorrússia	21.7		23	Suécia
Moçambique	47.3	31	47.3	33					

Fonte: Elaborado com base em Nações Unidas (2004 - 2009), <http://hdr.undp.org/en/reports/>, acedido em 16/07/2010)

Legenda:

Coeficiente Gini elevado	> 60
Coeficiente Gini médio	40-60
Coeficiente Gini baixo	<40

5.6 Conclusão

Neste capítulo pretendeu-se caracterizar o continente africano em termos do nível de desenvolvimento económico e social. Da análise feita concluiu-se que a África é um continente populoso, com elevada densidade populacional, taxa de natalidade, mortalidade, mortalidade infantil e com baixa esperança de vida à nascença. No entanto nestes últimos anos (desde 1997 até 2009) assistiu-se a uma diminuição da taxa de natalidade, da taxa de mortalidade, da taxa de mortalidade infantil e a um aumento, apesar de pouco significativo, da, esperança média de vida à nascença.

Em termos económicos observou-se que a maior parte dos países aumentou significativamente o PIB total e PIB *per-capita* e que os países mais desenvolvidos geraram maior riqueza. Por outro lado, o Saldo da Balança Comercial tem tido uma tendência negativa crescente e possuem um dívida externa elevada.

Em relação aos indicadores de desenvolvimento humano, foi possível verificar que IDH aumentou significativamente em todos os países, no entanto apenas três países do continente africano integram o grupo dos países com um IDH alto e uma parte considerável dos países africanos ocupam o fim do ranking do IDH a nível mundial. No que respeita ao IPH observou-se uma diminuição deste indicador. Associado a elevados índices de pobreza existe ainda uma elevada desigualdade da distribuição da riqueza, facto que foi possível constatar através dos elevados valores do *Coeficiente de Gini* da maioria dos países africanos.

Capítulo 6. Turismo Internacional em África

6.1 Introdução

O turismo é uma actividade cada vez mais importante na economia mundial. Trata-se de uma actividade responsável pela deslocação de milhões de pessoas por ano, provocando profundas mudanças no espaço onde ele se insere. Nesse capítulo será analisado o turismo internacional em África, através de indicadores previamente definidos, como as chegadas dos turistas internacionais, as receitas do turismo internacional e as despesas do turismo internacional. Esta análise será feita para o período de 1995 a 2006 (ano mais recente de informação disponível) recorrendo a informações disponibilizadas pela OMT e Nações Unidas.

O presente capítulo integra três secções. Na primeira é caracterizado o turismo receptor, utilizando para o efeito indicadores como o número de chegadas de turistas internacionais, o valor total das receitas do turismo internacional, o valor das receitas do turismo internacional por habitante. Na segunda secção é caracterizado o turismo emissor, utilizando para o efeito indicadores como as despesas totais do turismo internacional e as despesas do turismo internacional por habitante. Por último, na terceira secção é apresentado o saldo da balança turista, indicando os países com saldo positivo e negativo e as alterações que ocorreram entre 1995 e 2006.

6.2 Turismo receptor

6.2.1 Chegadas de turistas internacionais

O turismo ganhou importância em todo o mundo nas últimas décadas, na medida em que as chegadas dos visitantes a nível mundial passaram de 69,4 milhões de visitantes em 1960 para 806,7 milhões em 2005, tendo-se verificado uma taxa de crescimento média anual da ordem dos 5,6%. Através da Tabela 6.1 podemos verificar que em termos do indicador chegadas de turistas internacionais, a Europa destaca-se relativamente às outras regiões, seguindo-se as Américas, Ásia e a Ásia Oriental e Pacífico. No entanto, apesar da baixa quota de mercado do continente africano, no período em análise (1960 até 2005) esta foi uma das regiões, juntamente como o Médio Oriente e a Ásia Oriental Pacífico que registou taxas de crescimento mais elevadas.

Novos destinos estão a aparecer nas regiões menos conhecidas, como por exemplo em África, no Médio Oriente e na Ásia Oriental e Pacífico. Este facto tem contribuído para um crescimento do número de chegadas de turistas internacionais a estas regiões. Além disso, outros factores têm

contribuído para o desenvolvimento turístico de regiões e países categorizados como menos desenvolvidos. Desses factores citam-se o reconhecimento do turismo como uma actividade de grande relevância em termos económicos, sociais, culturais e ambientais, a influência de organizações internacionais na fomentação do turismo nesses países e o reforço das estratégias de marketing para captar novos visitantes.

Tabela 6.1: Quota relativa de mercado de chegadas de turistas por regiões a nível mundial

Regiões	Chegadas de Turistas Internacionais				Taxa de Crescimento (1960 – 2005)	
	1960		2005			
	Valor (milhares)	Q.M (%)	Valor (milhares)	Q.M (%)	Variação Global (%)	Média Anual (%)
África	0,8	1	37,3	5	4562,5	8,9
Américas	16,7	24	133,5	16	699,4	4,7
Ásia Oriental e Pacífico	0,9	1	155,4	19	17166,7	12,1
Europa	50,4	73	441,5	55	776,0	4,9
Médio Oriente	0,6	1	39	5	6400,0	9,7
Mundo	69,4	100	806,7	100	1062,4	5,6

. Fonte: Elaborado com base em OMT (2006a) http://www.unwto.org/facts/eng/pdf/historical/ITA_1950_2005.pdf, acedido em 25/09/10

Legenda: Q.M – Quota de Mercado

Uma análise da evolução das chegadas de turistas internacionais às diferentes regiões que integram o continente africano (Tabela 6.6) permite concluir que o continente africano aumentou significativamente as chegadas de turistas internacionais desde 1995 até 2006, tendo passado de 22,6 milhões de turistas para 48,2 milhões de turistas, o que correspondeu a uma taxa de variação global de 113%. África do Norte é a principal região turística do continente africano, captando mais de 40% das chegadas de turistas internacionais, seguindo-se a África Austral. Em 2006, estas duas regiões captam cerca de 70% das chegadas de turistas internacionais. África Ocidental e a África Central são as regiões onde o turismo tem uma expressão muito reduzida. Estas duas regiões em 2006, apenas conseguiram captar cerca de 10% das chegadas de turistas internacionais (Tabela 6.2). Em termos de variação global das chegadas dos turistas internacionais, podemos constatar que as regiões da África do Norte, África Central e África Austral registaram uma variação global superior à verificada no continente, no entanto, a África Ocidental e África Oriental registaram uma variação global inferior à obtida no continente.

Tabela 6.2: Quota relativa de mercado de chegadas de turistas das regiões do continente africano

Regiões	Chegadas de Turistas Internacionais				Taxa de Crescimento (1995 – 2006)	
	1995		2006			
	Valor (milhares)	Q.M (%)	Valor (milhares)	Q.M (%)	Variação global (%)	Média Anual (%)
África do Norte	10.198	45	23.720	49	132,6	8,0
África Ocidental	1.725	8	3.212	6	86,2	5,8
África Central	357	2	742	2	107,8	6,9
África Oriental	4.530	20	8.645	18	90,8	6,1
África Austral	5.790	25	11.885	25	105,3	6,8
Total	22.600	100	48.204	100	113,3	7,1

Fonte: Elaborado com base em Nações Unidas (1995 – 2006), <http://data.un.org/DocumentData.aspx?id=208>, acedido em 05/09/2010.

A região da África central foi a região que teve maior oscilação na evolução da taxa de crescimento anual, atingiu os valores mais elevados na ordem dos 74,5% e 26,7% como também atingiu valores mais baixo na ordem dos -8,2% e -7,8%. A maior oscilação verificada na África central deve estar relacionada com o facto de que é uma região que integra países como Angola, Chade, Congo, Republica Central Africana, Republica Democrática do Congo, que são países que lidam com graves problemas (conflitos políticos frequentes e pobreza) que dificultam a captação de turista, mas também integra países como Gabão e Guiné – Equatorial que são países que têm tido melhorias consideráveis em termos económicos e turísticos (Tabela 6.3).

Tabela 6.3: Chegadas de turistas por regiões (Milhares)

Anos	África do Norte		África Ocidental		África Central		África Oriental		África Austral	
	Chegadas	V.A (%)	Chegadas	V.A (%)	Chegadas	V.A (%)	Chegadas	V.A (%)	Chegadas	V.A (%)
1995	10.198		1.725		357		4.530		5.790	
1996	10.837	6,3%	2.055	19,1%	434	21,6%	5.117	13,0%	6.515	12,5%
1997	11.706	8,0%	1.941	-5,5%	550	26,7%	5.060	-1,1%	6.667	2,3%
1998	11.774	0,6%	2.123	9,4%	621	12,9%	5.679	12,2%	7.670	15,0%
1999	14.105	19,8%	2.107	-0,8%	641	3,2%	6.001	5,7%	7.965	3,8%
2000	15.530	10,1%	2.262	7,4%	666	3,9%	5.858	-2,4%	8.215	3,1%
2001	15.244	-1,8%	2.352	4,0%	614	-7,8%	6.231	6,4%	8.228	0,2%
2002	15.598	2,3%	2.490	5,9%	619	0,8%	6.293	1,0%	9.004	9,4%
2003	16.981	8,9%	2.694	8,2%	424	-31,5%	6.650	5,7%	9.396	4,4%
2004	20.565	21,1%	2.894	7,4%	740	74,5%	7.019	5,5%	8.964	-4,6%
2005	22.154	7,7%	2.922	1,0%	808	9,2%	7.350	4,7%	10.762	20,1%
2006	23.720	7,1%	3.212	9,9%	742	-8,2%	8.645	17,6%	11.885	10,4%

Fonte: Elaborado com base em Nações Unidas (1995 – 2006), <http://data.un.org/DocumentData.aspx?id=208>, acedido em 05/09/2010.

Legenda: V.A – Variação Anual

Uma análise por países permite constatar que são poucos os países que acolheram mais de 1 milhão de turistas tanto em 1995 como em 2006. Em 1995, o São Tomé e Príncipe, Angola, Chade, Djibuti, Ilhas Comores são os países que menos turistas receberam, enquanto que a África do Sul, Tunísia, Egipto, Marrocos e o Zimbabué foram aqueles que mais turistas receberam (representam 68,5% da quota do mercado). Em 2006, houve um aumento significativo na maioria dos países, no entanto, a África do Sul, Tunísia, Egipto, Marrocos e o Zimbabué continuaram a ser os países com maior número de turistas (representam 67,2% da quota do mercado). Por sua vez, São Tomé e

Príncipe, República Central Africana, Chade, Ilhas Comores e Serra Leoa são os países com menor número de turistas (Tabela 6.4).

Em relação à variação global das chegadas, podemos constatar que a maioria dos países teve uma variação global positiva. Existem muitos países com uma variação global superior ao continente (113%), o mais significativo são: Angola (1.244%), Sudão (1.031%) e Cabo Verde (764%). Por outro lado existem também muitos países com uma variação global inferior ao continente. Os países que apresentaram taxas de crescimento das chegadas de turistas internacionais mais baixas foram o Congo (16%), Seicheles (17%) e as Ilhas Comores (16%). Réunion, Serra Leoa, Chade, República Central Africana e Eritreia são países que registaram taxas de variação globais negativas das chegadas de turistas internacionais no período em análise (Tabela 6.4).

Países como Angola e o Sudão aumentaram significativamente as chegadas de turistas internacionais. Considera-se que esta evolução positiva poderá estar relacionada com a estabilidade política que se verificou durante este período nestes países e também com as melhorias que se verificaram em termos económicos e de infra-estruturas turísticas. Cabo Verde foi também um dos países que registou um crescimento significativo no número de chegadas de turistas internacionais. Este facto poderá estar relacionado com o desenvolvimento económico que Cabo Verde assistiu nos últimos anos, passando a fazer parte do grupo de países de desenvolvimento médio. Os países que tiveram uma variação negativa são países que apresentam ambientes de instabilidade política constante, pobreza e doenças. Estes factores influenciam de forma negativa o desenvolvimento da actividade turística.

Tabela 6.4: Chegadas de turistas por países (milhares)

Países	Chegadas de turistas internacionais				Variação global (%) [1995 – 2006]
	1995		2006		
	Valor (milhares)	Q.M (%)	Valor (milhares)	Q.M (%)	
Angola	9	0,04	121	0,25	1244,4
Sudão	29	0,13	328	0,68	1031,0
Cabo verde	28	0,12	242	0,50	764,3
Burundi	34	0,15	201	0,42	491,2
Zâmbia	163	0,72	757	1,57	364,4
Ilhas Madagascar	75	0,33	312	0,65	316,0
Mali	42	0,19	153	0,32	264,3
Uganda	160	0,71	539	1,12	236,9
Malawi	192	0,85	638	1,32	232,3
Argélia	520	2,30	1.638	3,40	215,0
Namíbia	272	1,20	833	1,73	206,3
Egipto	2.871	12,70	8.646	17,94	201,1
Suazilândia	300	1,33	873	1,81	191,0
Etiópia	103	0,46	290	0,60	181,6
Gâmbia	45	0,20	125	0,26	177,8
Botsuana	521	2,31	1.426	2,96	173,7
Marrocos	2.602	11,51	6.558	13,60	152,0
Gabão	125	0,55	296	0,61	136,8
Tanzânia	285	1,26	622	1,29	118,2
Burkina-Faso	124	0,55	264	0,55	112,9
S.Tomé e Príncipe	6	0,03	12	0,02	100,0
Djibuti	21	0,09	40	0,08	90,5
África do Sul	4.488	19,86	8.396	17,42	87,1
Ilhas Maurícias	422	1,87	788	1,63	86,7
Camarões	100	0,44	185	0,38	85,0
Quênia	896	3,96	1.644	3,41	83,5
Togo	53	0,23	94	0,20	77,4
Gana	286	1,27	497	1,03	73,8
Níger	35	0,15	60	0,12	71,4
Lesoto	209	0,92	357	0,74	70,8
Nigéria	656	2,90	1.111	2,30	69,4
Zimbabwe	1.416	6,27	2.287	4,74	61,5
Tunísia	4.120	18,23	6.550	13,59	59,0
Rep. Democrática do Congo	35	0,15	55	0,11	57,1
Senegal	280	1,24	406	0,84	45,0
Benim	138	0,61	180	0,37	30,4
Ilhas Comores	23	0,10	29	0,06	26,1
Seychelles	121	0,54	141	0,29	16,5
Congo	37	0,16	43	0,09	16,2
Réunion	304	1,35	279	0,58	-8,2
Serra Leoa	38	0,17	34	0,07	-10,5
Chade	19	0,08	16	0,03	-15,8
Rep.Central-Africana	26	0,12	14	0,03	-46,2
Eritreia	315	1,39	78	0,16	-75,2
Guiné			46	0,10	
Líbia	56	0,25			
Total	22.600	100	48.204	100	

Fonte: Elaborado com base em Nações Unidas (1995 – 2006), <http://data.un.org/DocumentData.aspx?id=208>, acessado em 05/09/2010.

6.2.2 Receita do turismo internacional

Uma análise em termos de receitas turísticas internacionais permite concluir que, em 1960, os visitantes em todo mundo geraram receitas de 7 bilhões US\$, enquanto que, em 2005, as receitas geradas foram de 683 bilhões US\$. Durante este período os receitas internacionais a nível mundial tiveram um acréscimo de (98%) e uma taxa de crescimento média anual de 11%. A região da Europa é a região que regista o maior número de receitas, destacando-se fortemente das outras regiões, em segundo lugar aparecem as regiões das Américas e a Ásia Oriental Pacífico. Por sua vez, as regiões que captam um menor valor das receitas do turismo internacional são o Médio Oriente e a África. No entanto, foi no Médio Oriente, na Ásia Oriental e Pacífico e a na África que se registaram as maiores taxas de crescimento das receitas do turismo internacional (Tabela 6.5).

Tabela 6.5: Quota relativa de mercado de receita do turismo internacional por regiões a nível mundial

Regiões	Receitas do Turismo Internacional				Taxa de Crescimento (1960 – 2005)	
	1960		2005			
	Valor (bilhões)	Q.M (%)	Valor (bilhões)	Q.M (%)	Variação Global (%)	Média Anual (%)
África	0,2	3	21,5	3	106,5	11,0
Américas	2,5	36	144,6	21	56,8	9,4
Ásia Oriental e pacífico	0,2	3	140,8	21	703,0	15,7
Europa	3,9	57	348,3	51	88,3	10,5
Médio Oriente	0,1	1	27,6	4	275,0	13,3
Mundo	6,9	100	682,8	100	98,0	10,7

Fonte: Elaborado com base em OMT (2006b) http://www.unwto.org/facts/eng/pdf/historical/ITR_1950_2005.pdf, acedido em 25/09/10.

Em termos de evolução das receitas do turismo internacional nas diferentes regiões do continente Africano é possível observar através dos dados da Tabela 6.6 que o continente africano aumentou de forma significativa as receitas do turismo internacional, passou de 10,6 bilhões US\$ para 32 bilhões US\$ em 2006 com uma variação global de 201%. Em 2006, a África do norte era a região que detinha uma maior quota de mercado em termos de receitas do turismo internacional (52%), por outro lado, a África Ocidental e a África Central foram as regiões que menos beneficiavam do turismo em termos de receitas, captavam cerca de 7% das receitas do turismo internacional. Estes resultados evidenciam, claramente, que a África do Norte é a principal região turística do continente africano e a África Ocidental e a África Central são as regiões onde o turismo tem uma menor expressão.

As regiões do continente tiveram em termos de receitas do turismo internacional variações globais elevadas acima dos 100%. As regiões da África Ocidental, Central e Austral registaram uma variação global nas receitas do turismo internacional superior à verificada no Continente, no entanto,

a África do Norte e Oriental registaram uma variação global inferior à obtida no continente. (Tabela 6.6).

Tabela 6.6: Quota relativa de mercado das receitas do turismo internacional das regiões do Continente Africano

Regiões	Receitas do Turismo Internacional				Taxa de crescimento (1995 – 2006)	
	1995		2006			
	Valor (bilhões)	Valor (bilhões)	Valor (bilhões)	Q.M (%)	Variação global (%)	Média Anual (%)
África do Norte	5.552	52	16.422	51	195,8	10,4
África Ocidental	482	5	1.849	6	283,6	13,0
África Central	81	1	311	1	284,2	13,0
África Oriental	1.888	18	4.356	14	130,8	7,9
África Austral	2.641	25	9.140	28	246,1	11,9
Total	10.644	100	32.078	100	201,4	10,5

Fonte: Elaborado com base em Nações Unidas (1995 – 2006), <http://data.un.org/DocumentData.aspx?id=208>, acedido em 05/09/2010.

Os resultados obtidos da Tabela 6.7 corroboraram da ideia de que as regiões da África do norte e Austral registaram maior número de receitas ao longo desses anos e a África central e ocidental foram aquelas que registaram o menor número. A Região da África central foi a região que teve maior oscilação em termos de taxa de crescimento anual, atingiu o valor mais elevado na ordem dos 92,4% como também atingiu o valor mais baixo na ordem dos -15,5%.

Tabela 6.7: Receita do turismo internacional por regiões (milhões US\$)

Anos	África do Norte		África Ocidental		África Central		África Oriental		África Austral	
	Receitas	V.A (%)	Receitas	V.A (%)	Receitas	V.A (%)	Receitas	V.A (%)	Receitas	V.A (%)
1995	5.552		482		81		1.888		2.641	
1996	6.522	17,5	475	-1,5	137	69,1	2.194	16,2	3.071	16,3
1997	6.750	3,5	466	-1,9	124	-9,5	2.321	5,8	3.392	10,5
1998	6.049	-10,4	754	61,8	129	4,0	2.390	3,0	3.388	-0,1
1999	7.788	28,7	823	9,2	109	-15,5	2.572	7,6	3.356	-0,9
2000	8.248	5,9	828	0,6	112	2,8	2.058	-20,0	3.104	-7,5
2001	8.315	0,8	951	14,9	137	22,3	2.391	16,2	3.079	-0,8
2002	8.333	0,2	1.071	12,6	145	5,8	2.355	-1,5	3.523	14,4
2003	9.722	16,7	1.145	6,9	279	92,4	2.634	11,8	6.600	87,3
2004	12.434	27,9	1.245	8,7	264	-5,4	3.409	29,4	7.616	15,4
2005	14.127	13,6	1.715	37,8	319	21,0	3.696	8,4	8.530	12,0
2006	16.422	16,2	1.849	7,8	311	-2,5	4.356	17,9	9.140	7,2

Fonte: Elaborado com base em Nações Unidas (1995 – 2006), <http://data.un.org/DocumentData.aspx?id=208>, acedido em 05/09/2010.

Uma análise a um nível de desagregação espacial maior permite observar que existem grandes assimetrias espaciais em termos de turismo receptor no continente africano. Em 1995, a maioria dos

países registaram receitas inferiores a 50 milhões. O Burundi, Líbia, Ruanda, Republica Central Africana e Djibuti menos beneficiavam do turismo em termos de receitas, por conseguinte, a África do Sul, Tunísia, Egipto e Marrocos são os países que detinham uma maior quota de mercado em termos de receitas do turismo internacional. Estes quatros países, em 1995, captam cerca de 72% das receitas do turismo internacional e, em 2006, captavam cerca de 74% (Tabela 6.8).

Em relação à variação global no período de 1995 até 2006 das receitas do turismo internacional, podemos constatar que todos os países do continente tiveram uma variação global positiva, com a excepção da Serra Leoa e do Burundi, que registaram variações globais negativas. As maiores variações ocorreram em países onde o turismo internacional ainda tem pouca expressão, como é o caso da Líbia do Gana e de Cabo verde (Tabela 6.8).

Tabela 6.8: Receita do turismo internacional por países (milhões US\$)

Países	Receitas do Turismo Internacional				Variação global (%) [1995 – 2006]
	1995		2006		
	Valor (bilhões)	Q.M (%)	Valor (bilhões)	Q.M (%)	
Líbia	2	0,02	190	0,59	9400,0
Gana	11	0,10	861	2,68	7727,3
Cabo Verde	10	0,09	209	0,65	1990,0
Sudão	8	0,08	167	0,52	1987,5
Ruanda	2	0,02	31	0,10	1450,0
Etiópia	16	0,15	162	0,51	912,5
Angola	10	0,09	75	0,23	650,0
Mali	25	0,23	175	0,55	600,0
Argélia	32	0,30	215	0,67	571,9
Níger	7	0,07	36	0,11	414,3
Camarões	36	0,34	181	0,56	402,8
Marrocos	1.296	12,18	5.984	18,65	361,7
Uganda	78	0,73	346	1,08	343,6
Ilhas Madagáscar	58	0,54	237	0,74	308,6
Nigéria	17	0,16	65	0,20	282,4
África do Sul	2.126	19,97	8.120	25,31	281,9
Botsuana	162	1,52	537	1,67	231,5
Congo	14	0,13	45	0,14	221,4
Egipto	2.684	25,22	7.591	23,66	182,8
Rep.Central-Africana	4	0,04	10	0,03	155,0
Ilhas Maurícias	430	4,04	1.005	3,13	133,7
Zimbabuê	145	1,36	338	1,05	133,1
Tanzânia	502	4,72	950	2,96	89,2
Djibuti	5	0,05	10	0,03	81,5
Seychelles	129	1,21	228	0,71	76,7
Quênia	423	3,97	687	2,14	62,4
Togo	13	0,12	21	0,07	61,5
Suazilândia	48	0,45	75	0,23	56,3
Senegal	168	1,58	250	0,78	48,8
Tunísia	1.530	14,37	2.275	7,09	48,7
Namíbia	278	2,61	381	1,19	37,1
Benim	85	0,80	116	0,36	36,5
Malawi	18	0,17	24	0,07	33,3
Ilhas Comores	22	0,21	27	0,08	22,7
Costa de Marfim	89	0,84	93	0,29	4,5
Eritreia	58	0,54	60	0,19	3,4
Lesoto	27	0,25	27	0,08	0,0
Burundi	1,4	0,01	1,3	0,01	-7,1
Serra Leoa	57	0,54	23	0,07	-59,6
Gabão	17	0,16		0,01	
Moçambique			140	0,44	
Zâmbia			110	0,34	
Total	10.644	100	32.078	100	

Fonte: Elaborado com base em Nações Unidas (1995 – 2006), <http://data.un.org/DocumentData.aspx?id=208>, acedido em 05/09/2010.

6.2.3 Receita por chegadas

O indicador receitas do turismo internacional por chegada permite determinar o valor que um destino turístico obtém por cada turista internacional que visita esse destino. Em 1995, o continente africano obtinha cerca de 478 US\$ por cada chegada de turistas internacionais. Este valor aumentou para 671 US\$ em 2006. Em 1995, a região da África do Norte foi a região que obteve um maior valor de receitas turísticas por chegada, enquanto que as regiões onde o turismo tinha menor expressão (África Ocidental e África Central) foram também as regiões que menos beneficiam por cada turista internacional que entrava nos suas fronteiras. Em 2006, a África Austral passou a ter o maior valor de receita por chegada e a África Central e Oriental eram as regiões que obtinham um menor valor de receita por chegada (Tabela 6.9). Em termos de taxa de crescimento global das receitas por chegada, os maiores valores ocorreram na África Ocidental (150%), seguindo-se a África Central (73%) e a África Austral (69%). Por sua vez, África do Norte (27%) e na África Oriental (14%) que se verificaram as menores taxas de crescimento das receitas por chegada.

Tabela 6.9: Receita por chegadas (milhões US\$/turistas) regiões

Anos	África do Norte			África Ocidental			África Central			África Oriental			África Austral		
	Receitas (milhões)	Chegadas (milhares)	Receitas/Chegadas	Receitas (milhões)	Chegadas (milhares)	Receitas/Chegadas	Receitas (milhões)	Chegadas (milhares)	Receitas/Chegadas	Receitas (milhões)	Chegadas (milhares)	Receitas/Chegadas	Receitas (milhões)	Chegadas (milhares)	Receitas/Chegadas
1995	5.552	10198	544,4	393	1556	252,6	81	297	272,7	1.828	4226	432,5	2.641	5790	456,1
1996	6.522	10837	601,8	382	1835	208,2	137	371	369,3	2.072	4767	434,6	3.071	6515	471,4
1997	6.750	11706	576,6	376	1701	221,0	124	488	254,1	2.153	4686	459,4	3.392	6667	508,8
1998	6.049	11774	513,8	656	1849	354,8	129	521	247,6	2.276	5279	431,1	3.388	7670	441,7
1999	7.788	14105	552,1	723	1867	387,3	109	509	214,1	2.466	5607	439,9	3.356	7965	421,3
2000	8.248	15530	531,1	779	2024	384,9	112	513	218,3	1.925	5428	354,6	3.104	8215	377,8
2001	8.315	15244	545,5	898	2129	421,8	137	494	277,3	2.228	5807	383,7	3.079	8228	374,2
2002	8.333	15598	534,2	1.020	2216	460,3	145	550	263,6	2.188	5867	372,9	3.523	9004	391,3
2003	9.722	16981	572,5	1.076	2398	448,7	279	358	779,3	2.432	6218	391,1	6.600	9396	702,4
2004	12.434	20565	604,6	1.163	2537	458,4	264	667	395,5	3.197	6589	485,2	7.616	8964	849,6
2005	14.127	22154	637,7	1.632	2524	646,6	319	702	454,7	3.451	6941	497,1	8.530	10762	792,6
2006	16.422	23720	692,3	1.756	2777	632,3	311	659	472,2	4.125	8366	493,1	9.140	11885	769,0

Fonte: Elaborado com base em Nações Unidas (1995 – 2006), <http://data.un.org/DocumentData.aspx?id=208>, acessado em 05/09/2010.

Em termos de países é possível verificar através da Tabela 6.10 que, em 1995, apenas um número reduzido de países apresentavam receitas por chegada superiores a 1000 US\$. (exemplos: Tanzânia, Angola, Seychelles, Namíbia, Ilhas Maurícias). Neste mesmo ano, o Gana, Nigéria,

Argélia, Malawi e Burundi foram os países que menos beneficiaram por cada turista que entrou nas suas fronteiras. Em 2006, as Seychelles, as Ilhas Maurícias e a Tanzânia continuavam a ocupar o topo no que respeita às receitas que obtinham por cada chegada de turistas estrangeiros às suas fronteiras. A esta lista juntaram-se também o Congo e o Gana. Por sua vez, em 2006, a Nigéria, Lesoto, Malawi e Burundi, juntamente com a Suazilândia eram os países que menos beneficiavam com cada turista estrangeiro que entrava nas suas fronteiras.

Uma análise da evolução das receitas por chegada em cada país do continente africano no período de 1995 a 2006 (Tabela 6.10) coloca a descoberto que não se verificou uma evolução homogênea deste indicador. No Gana foi onde se verificou um crescimento mais significativo deste indicador (4.404%) enquanto que no Burundi foi onde ocorreu uma maior diminuição (-84%) Em termos globais, é possível observar que este indicador não registou uma evolução muito positiva no continente africano, na medida em que, apesar de se terem registado taxas de variação positivas deste indicador em 58% dos países, ocorreram decréscimos em 42% dos países.

Tabela 6.10: receita por chegadas (US\$/turistas) países

Países	Receitas em 1995 (milhões)	Chegadas em 1995 (milhares)	Receitas/ Chegadas (1995)	Receitas em 2006 (milhões)	Chegadas em 2006 (milhares)	Receitas/ Chegadas (2006)	Variação Global (%) [1995- 2006]
Gana	11	286	38,5	861	497	1732,4	4404,2
Rep.Central-Africana	4	26	153,8	10	14	728,6	373,6
Eritreia	58	315	184,1	60	78	769,2	317,8
Etiópia	16	103	155,3	162	290	558,6	259,6
Níger	7	35	200,0	36	60	600,0	200,0
Congo	14	37	378,4	45	43	1046,5	176,6
Camarões	36	100	360,0	181	185	978,4	171,8
Cabo Verde	10	28	357,1	209	242	863,6	141,8
Nigéria	17	656	25,9	65	1.111	58,5	125,8
Argélia	32	520	61,5	215	1.638	131,3	113,3
África do Sul	2.126	4.488	473,7	8.120	8.396	967,1	104,2
Mali	25	42	595,2	175	153	1143,8	92,2
Sudão	8	29	275,9	167	328	509,1	84,6
Marrocos	1.296	2.602	498,1	5.984	6.558	912,5	83,2
Seychelles	129	121	1066,1	228	141	1617,0	51,7
Zimbabué	145	1.416	102,4	338	2.287	147,8	44,3
Uganda	78	160	487,5	346	539	641,9	31,7
Ilhas Maurícias	430	422	1019,0	1.005	788	1275,4	25,2
Botsuana	162	521	310,9	537	1.426	376,6	21,1
Benim	85	138	615,9	116	180	644,4	4,6
Senegal	168	280	600,0	250	406	615,8	2,6
Ilhas Madagáscar	58	75	773,3	237	312	759,6	-1,8
Ilhas Comores	22	23	956,5	27	29	931,0	-2,7
Djibuti	5	21	257,1	10	40	245,0	-4,7
Egipto	2.684	2.871	934,9	7.591	8.646	878,0	-6,1
Tunísia	1.530	4.120	371,4	2.275	6.550	347,3	-6,5
Togo	13	53	245,3	21	94	223,4	-8,9
Quênia	423	896	472,1	687	1.644	417,9	-11,5
Tanzânia	502	285	1761,4	950	622	1527,3	-13,3
Lesoto	27	209	129,2	27	357	75,6	-41,5
Angola	10	9	1111,1	75	121	619,8	-44,2
Suazilândia	48	300	160,0	75	873	85,9	-46,3
Serra Leoa	57	38	1500,0	23	34	676,5	-54,9
Namíbia	278	272	1022,1	381	833	457,4	-55,2
Malawi	18	192	93,8	24	638	37,6	-59,9
Burundi	1	34	41,2	1	201	6,5	-84,3
Gabão	17	125	136,0	..	296
Líbia	2	56	35,7	190

Fonte: Elaborado com base em Nações Unidas (1995 – 2006), <http://data.un.org/DocumentData.aspx?id=208>, acedido em 05/09/2010.

6.2.4 Receita por habitante

O valor das receitas por habitante é um indicador que permite avaliar a distribuição das receitas do turismo internacional pelos residentes de um determinado destino. De 1995 para 2006 o continente africano aumentou significativamente a receita por habitante, passando de 18 US\$ para 41 US\$. Em 1995, as regiões da África do Norte e África Austral foram as regiões que possuíram um maior valor de receitas por habitante (superior ao continente), enquanto que a África Ocidental, a África Central e a África Oriental foram as regiões com menor valor deste indicador (inferior ao valor do continente). Em 2006, a África Austral obteve um valor de receitas do turismo internacional por habitante (179 US\$) que se destaca, significativamente, do obtido por outras regiões e do valor do continente. Por outro lado, a África Ocidental, a África Central e a África Oriental obtiveram uma receita por habitante muito inferior à média do continente (Tabela 6.11). Em consequência, a maior taxa de crescimento deste indicador, no período de 1995 a 2006, ocorreu na África Austral. Por sua vez, a África Oriental foi a região que registou uma menor variação deste indicador.

Tabela 6.11: Receita por Habitante (milhares US\$/turistas) países

Anos	África do Norte			África Ocidental			África Central			África Oriental			África Austral		
	Receitas (milhões)	Habitantes (milhares)	Receitas / Habitantes	Receitas (milhões)	Habitantes (milhares)	Receitas / Habitantes	Receitas (milhões)	Habitantes (milhares)	Receitas / Habitantes	Receitas (milhões)	Habitantes (milhares)	Receitas / Habitantes	Receitas (milhões)	Habitantes (milhares)	Receitas / Habitantes
1995	5.552	160,4	34,6	482	171,0	2,8	81	29,7	2,7	1.888	188,5	9,7	2.641	49,8	53,1
1996	6.522	164,3	39,7	475	176,6	2,7	137	30,5	4,5	2.194	212,5	10,0	3.071	51,1	60,1
1997	6.750	172,5	39,1	466	184,7	2,5	124	32,3	3,8	2.321	215,7	10,3	3.392	48,6	69,8
1998	6.049	174,2	34,7	754	190,5	4,0	129	33,1	3,9	2.390	218,7	10,8	3.388	49,0	69,2
1999	7.788	177	44,0	823	196,1	4,2	109	34,0	3,2	2.572	223,6	11,4	3.356	49,7	67,6
2000	8.248	179,4	46,0	828	206,6	4,0	112	33,1	3,4	2.058	234,6	8,6	3.104	50,0	62,1
2001	8.315	182,9	45,5	951	212,1	4,5	137	33,9	4,0	2.391	239,8	9,7	3.079	50,3	61,3
2002	8.333	186,4	44,7	1.071	217,7	4,9	145	34,6	4,2	2.355	245,0	9,3	3.523	50,4	69,9
2003	9.722	192,7	50,4	1.145	223,2	5,1	279	34,5	8,1	2.634	245,0	10,4	6.600	49,3	133,9
2004	12.434	195,2	63,7	1.245	228,6	5,4	264	35,1	7,5	3.409	251,7	13,3	7.616	49,3	154,6
2005	14.127	198,7	71,1	1.715	221,8	7,7	319	35,8	8,9	3.696	261,2	13,9	8.530	51,0	167,2
2006	16.422	202,3	81,1	1.849	228,0	8,1	311	38,9	8,0	4.356	269,4	15,9	9.140	51,0	179,1

Fonte: Elaborado com base em Nações Unidas (1995 – 2006), <http://data.un.org/DocumentData.aspx?id=208>, acessado em 05/09/2010.

Como foi referido anteriormente, o continente africano aumentou significativamente as receitas do turismo internacional por habitantes entre 1995 e 2006, registando uma variação global de 130%. Apesar deste acréscimo, os resultados apresentados na Tabela 6.12 evidenciam a existência de

grandes assimetrias espaciais. Em 1995, as Seychelles era o país que detinha um maior valor de receitas do turismo internacional por habitante (1789 US\$). Este valor é cerca de 5 vezes superior ao verificado no país que ocupa o segundo lugar no ranking (Ilhas Maurícias). Para além das Seychelles, Botsuana, Ilhas Maurícias, Tunísia e a Namíbia são os países onde o indicador receitas do turismo internacional por habitante é mais elevado. Por sua vez, Ruanda, Sudão, Etiópia, Nigéria e o Burundi correspondem aos países onde este indicador é mais baixo.

Em relação à variação global do indicador receitas do turismo internacional por habitante no período de 1995 a 2006, os resultados apresentados na Tabela 6.12 demonstram que na maioria dos países este indicador apresentou uma taxa de variação global positiva. Os resultados obtidos, também, permitem verificar que um grupo considerável de países assistiu a uma variação global deste indicador superior à média do continente (exemplos: Líbia, Gana, Cabo Verde, Ruanda e Sudão). Por outro lado, existem também muitos países onde este indicador registou uma variação global muito inferior à média do continente (exemplos: Namíbia, Senegal, Togo, Tunísia), tendo-se verificado, também, que alguns países registaram taxas de variação negativas (Malawi, Lesoto, Ilhas Comores, Benim, Costa de Marfim, Burundi e Serra Leoa).

Tabela 6.12: Receita por Habitante (US\$/turistas) países

Países	Receitas (milhões) em 1995	População em 1996 (milhões)	Receitas/ População (1995)	Receitas (milhões) em 2006	População em 2006 (milhões)	Receitas/ População (2006)	Variação global (%) [1995 – 2006]
Líbia	2	5,1	0,4	190	5,9	32,2	8042,2
Gana	11	17,2	0,6	861	22,4	38,4	5916,5
Cabo Verde	10	0,4	23,6	209	0,4	496,5	2000,6
Ruanda	2	8,4	0,2	31	8,6	3,6	1400,8
Sudão	8	29,4	0,3	167	41,2	4,0	1389,3
Etiópia	16	54,9	0,3	162	74,8	2,2	643,7
Angola	10	9,8	1,0	75	12,1	6,2	506,3
Argélia	32	27,9	1,1	215	32,9	6,5	469,1
Mali	25	9,1	2,7	175	11,7	14,9	444,4
Marrocos	1.296	28,6	45,4	5.984	33,2	180,0	296,7
Camarões	36	13,1	2,7	181	17,3	10,4	280,8
África do Sul	2.126	43,9	48,4	8.120	44,2	183,8	279,7
Níger	7	9,0	0,8	36	12,5	2,9	268,4
Ilhas Madagáscar	58	13,4	4,3	237	18,6	12,7	195,1
Nigéria	17	98,1	0,2	65	131,9	0,5	184,4
Botsuana	162	1,4	119,2	537	1,6	327,5	174,8
Egipto	2.684	60,8	44,2	7.591	78,9	96,2	117,9
Congo	14	2,4	5,7	45	3,7	12,2	112,4
Ilhas Maurícias	430	1,1	385,0	1.005	1,2	809,9	110,4
Zimbabwe	145	11,0	13,2	338	12,2	27,6	109,1
Rep.Central Africana	4	3,1	1,3	10	4,3	2,4	86,2
Seychelles	129	0,1	1788,9	228	0,1	2796,1	56,3
Djibuti	5	0,4	13,1	10	0,5	20,1	53,9
Tanzânia	502	28,0	17,9	950	37,4	25,4	41,4
Quénia	423	28,2	15,0	687	34,7	19,8	32,1
Suazilândia	48	0,9	51,3	75	1,1	66,0	28,8
Tunísia	1.530	8,7	175,3	2.275	10,2	223,6	27,5
Togo	13	4,3	3,1	21	5,5	3,8	23,9
Senegal	168	8,7	19,2	250	12,0	20,9	8,4
Namíbia	278	1,6	174,2	381	2,0	186,4	7,0
Malawi	18	9,7	1,8	24	13,0	1,8	-0,3
Lesoto	27	1,9	13,9	27	2,0	13,4	-3,8
Ilhas Comores	22	0,5	41,5	27	0,7	39,1	-5,8
Benim	85	5,3	15,9	116	7,9	14,8	-7,3
Costa de Marfim	89	14,3	6,2	93	17,7	5,3	-15,4
Burundi	1,4	6,1	0,2	1,3	8,1	0,2	-29,7
Serra Leoa	57	4,6	12,3	23	6,0	3,8	-68,9
Gabão	17	1,1	14,9	..	1,4		
Moçambique		17,3		140	19,7	7,1	
Uganda	78			346	28,2	12,3	

Fonte: Elaborado com base em Nações Unidas (1995 – 2006), <http://data.un.org/DocumentData.aspx?id=208>, acedido em 05/09/2010.

6.3 Turismo Emissor

6.3.1 Despesas do turismo internacional

O continente africano aumentou de forma significativa as despesas do turismo internacional, passou de 7.5 bilhões US\$ em 1995 para 13,6 bilhões US\$ em 2006 com uma variação global de 81%. As regiões da África do Norte e da África Austral foram as que registaram despesas do turismo

internacional mais elevadas no período em análise: Do total das despesas efectuadas, em 1995, estas regiões foram responsáveis por 64% do total das despesas, e em 2006, por 67% das despesas do turismo internacional do continente africano. Por sua vez, a África Central é de todas as regiões a que menos contribui para o total das despesas do turismo internacional do continente africano (Tabela 6.13).

Tabela 6.13: Quota relativa de mercado das despesas do turismo internacional das regiões do Continente Africano

Regiões	Despesas do Turismo Internacional				Taxa de Crescimento (1995 – 2005)	
	1995		2005			
	Valor (milhões)	Q.M (%)	Valor (milhões)	Q.M (%)	Variação Global (%)	Média Anual (%)
África do Norte	2.710	36	5.349	39	97,4	6,4
África Ocidental	1.391	18	2.012	15	44,6	3,4
África Central	412	5	739	05	79,4	5,5
África Oriental	901	12	1.734	13	92,4	6,1
África Austral	2.140	28	3.847	28	79,8	5,5
Total	7.554	100	13.681	100	81,1	5,5

Fonte: Elaborado com base em Nações Unidas (1995 – 2006), <http://data.un.org/DocumentData.aspx?id=208>, acedido em 05/09/2010.

Na África Central que se verificaram as maiores oscilações em termos de taxa de crescimento anual de despesas do turismo internacional, tendo-se registado tantos valores positivos elevados como valores negativos, (Tabela 6.14).

Tabela 6.14: Despesas por regiões (Milhões US\$)

Anos	África do Norte		África Ocidental		África Central		África Oriental		África Austral	
	Despesas	V.A (%)	Despesas	V.A (%)	Despesas	V.A (%)	Despesas	V.A (%)	Despesas	V.A (%)
1995	2.710		1.391		412		901		2.140	
1996	2.151	-20,6	1.780	28,0	429	4,1	1.032	14,6	1.976	-7,7
1997	2.343	8,9	2.228	25,2	436	1,6	1.073	4,0	2.204	11,5
1998	2.390	2,0	2.079	-6,7	417	-4,4	1.206	12,4	2.193	-0,5
1999	2.457	2,8	1.196	-42,5	466	11,8	1.171	-2,9	2.312	5,4
2000	2.405	-2,1	1.084	-9,4	508	9,0	1.108	-5,4	2.409	4,2
2001	2.507	4,2	1.357	25,2	545	7,3	1.099	-0,8	2.192	-9,0
2002	2.895	15,5	1.605	18,3	483	-11,4	1.184	7,7	2.100	-4,2
2003	3.100	7,1	2.609	62,6	486	0,6	1.127	-4,8	3.268	55,6
2004	3.291	6,2	882	-66,2	711	46,3	1.289	14,4	3.634	11,2
2005	4.332	31,6	1.203	36,4	861	21,1	1.542	19,6	3.840	5,7
2006	5.349	23,5	2.012	67,2	739	-14,2	1.734	12,4	3.847	0,2

Fonte: Elaborado com base em Nações Unidas (1995 – 2006), <http://data.un.org/DocumentData.aspx?id=208>, acedido em 05/09/2010.

Uma análise mais detalhada em termos espaciais (por países) (Tabela 6.15) permite observar que, em 1995, existe um número considerável de países com despesas do turismo internacional inferiores a 50 milhões US\$. Neste mesmo ano, os cinco países que apresentavam os menores valores de despesas do turismo internacional eram Djibuti, Ruanda, Lesoto, Níger, Cabo Verde. Por sua vez, os países que apresentavam as maiores despesas do turismo internacional foram a África do Sul, Egito, Nigéria e a Líbia. Em 2006, os países com maiores despesas continuaram a ser os mesmos de 1995. Por conseguinte, Djibuti, Lesoto, Níger, Togo e Serra Leoa foram os países que apresentaram menores despesas. Estes resultados permitem concluir, tal como em relação ao turismo receptor, que o turismo emissor, em África, está muito concentrado num grupo muito reduzido de países. Em 2006, apenas seis países (África do Sul, Egito, Sudão, Nigéria, Marrocos e Líbia) foram responsáveis por cerca de 65% do total das despesas do turismo internacional do continente africano.

Em relação à variação global, entre 1995 e 2006, das despesas do turismo internacional constata-se que existe um número reduzido de países com uma variação global negativa. Esses países foram a Serra Leoa, Togo, Senegal, Djibuti, Quênia e Benim. A maior parte dos países registou uma variação global das despesas turísticas muito superior à média do continente, tendo as maiores variações ocorrido em países como o Sudão, Gana, Cabo Verde e Burundi (Tabela 6.15).

Tabela 6.15: Despesas por países (Milhões US\$)

Países	Despesas do Turismo Internacional				Variação Global (%) [1995 – 2006]
	1995		2006		
	Valor (milhões)	Q.M (%)	Valor (milhões)	Q.M (%)	
Sudão	43	0,57	1.413	10,33	3186,0
Gana	21	0,28	345	2,52	1542,9
Cabo verde	16	0,21	82	0,60	412,5
Burundi	25	0,33	125	0,91	400,0
Camarões	105	1,39	412	3,01	292,4
Etiópia	25	0,33	97	0,71	288,0
Ruanda	10	0,13	35	0,26	250,0
Congo	52	0,69	132	0,96	153,8
Mali	49	0,65	120	0,88	144,9
Marrocos	302	4,00	693	5,07	129,5
Níger	13	0,17	28	0,20	115,4
Ilhas Maurícias	159	2,10	327	2,39	105,7
Argélia	186	2,46	381	2,78	104,8
Angola	75	0,99	148	1,08	97,3
Costa de Marfim	190	2,52	373	2,73	96,3
Botsuana	145	1,92	277	2,02	91,0
África do Sul	1.849	24,48	3.384	24,74	83,0
Malawi	39	0,52	65	0,48	66,7
Tunísia	251	3,32	410	3,00	63,3
Tanzânia	360	4,77	534	3,90	48,3
Lesoto	13	0,17	19	0,14	46,2
Ilhas Madagáscar	59	0,78	86	0,63	45,8
Egipto	1.278	16,92	1.784	13,04	39,6
Namíbia	90	1,19	118	0,86	31,1
Seychelles	28	0,37	36	0,26	28,6
Suazilândia	43	0,57	49	0,36	14,0
Rep.Central-Africana	43	0,57	47	0,34	9,3
Nigéria	906	11,99	959	7,01	5,8
Líbia	650	8,60	668	4,88	2,8
Benim	35	0,46	34	0,25	-2,9
Quénia	192	2,54	178	1,30	-7,3
Djibuti	4	0,05	4	0,03	-7,9
Senegal	72	0,95	54	0,39	-25,0
Togo	18	0,24	5	0,04	-72,2
Serra Leoa	50	0,66	12	0,09	-76,0
Gabão	137	1,81		0,00	
Guiné	21	0,28		0,00	
Moçambique		0,00	179	1,31	
Zâmbia		0,00	68	0,50	
Total	7.554		13.681		

Fonte: Elaborado com base em Nações Unidas (1995 – 2006), <http://data.un.org/DocumentData.aspx?id=208>, acessado em 05/09/2010.

6.3.2 Despesas por habitante

O indicador despesas por habitante mede a distribuição das despesas do turismo internacional num determinado destino turístico. No período em análise observou-se um acréscimo de cerca de 38% no valor das despesas por habitante no continente africano, tendo aumentado de 13 US\$ em 1995 para 18 US\$ em 2006. As regiões da África do Norte, Austral e Central foram as regiões que

apresentaram valores de despesas por habitante superiores ao valor médio do continente e a África Ocidental e Oriental foram as regiões, que em 1995, apresentavam valores de despesas por habitante muito inferiores à média do continente. Em 2006, as regiões ficaram classificadas da mesma forma que em 1995, a despesa mais elevada observou-se na África Austral com 75 US\$/residente e a mais baixa na África Oriental com 8 US\$/residentes. Em relação à variação global das despesas por habitante, a África do Norte, Austral e Oriental tiveram uma variação global superior à média do continente, enquanto que a África Ocidental e a África Central registaram uma variação inferior à média do continente (Tabela 6.16).

Tabela 6.16: Despesas por Habitantes (Milhões/ US\$) regiões

Anos	África do Norte			África Ocidental			África Central			África Oriental			África Austral		
	Despesas (milhões)	População (milhares)	Despesa/População	Despesas (milhões)	População (milhares)	Despesa/População	Despesas (milhões)	População (milhares)	Despesa/População	Despesas (milhões)	População (milhares)	Despesa/População	Despesas (milhões)	População (milhares)	Despesa/População
1995	2.710	160,4	16,9	1.391	177,5	7,8	412	29,7	13,9	901	176,9	5,1	2.140	49,8	43,0
1996	2.151	164,3	13,1	1.780	183,1	9,7	429	30,5	14,1	1.032	181,2	5,7	1.976	51,1	38,7
1997	2.343	172,5	13,6	2.228	192,1	11,6	436	32,3	13,5	1.073	183,6	5,8	2.204	48,6	45,4
1998	2.390	174,3	13,7	2.079	197,9	10,5	417	33,1	12,6	1.206	184,9	6,5	2.193	49,0	44,8
1999	2.457	177,1	13,9	1.196	203,6	5,9	466	34,0	13,7	1.171	189,0	6,2	2.312	49,7	46,6
2000	2.405	179,5	13,4	1.084	214,1	5,1	508	33,1	15,3	1.108	199,3	5,6	2.409	50,0	48,2
2001	2.507	182,9	13,7	1.357	219,8	6,2	545	33,9	16,1	1.099	203,8	5,4	2.192	50,3	43,6
2002	2.895	186,4	15,5	1.605	225,4	7,1	483	34,6	14,0	1.184	208,3	5,7	2.100	50,4	41,7
2003	3.100	192,8	16,1	2.609	232,2	11,2	486	34,5	14,1	1.127	206,2	5,5	3.268	49,3	66,3
2004	3.291	195,2	16,9	882	237,9	3,7	711	35,1	20,2	1.289	211,9	6,1	3.634	49,3	73,8
2005	4.332	198,8	21,8	1.203	231,2	5,2	861	35,8	24,1	1.542	221,1	7,0	3.840	51,0	75,3
2006	5.349	202,4	26,4	2.012	237,7	8,5	739	38,9	19,0	1.734	228,3	7,6	3.847	51,0	75,4

Fonte: Elaborado com base em Nações Unidas (1995 – 2006), <http://data.un.org/DocumentData.aspx?id=208>, acedido em 05/09/2010.

Uma análise do indicador despesas turística por habitante ao nível do país permite verificar que a maioria dos países apresenta valores muito baixos para este indicador (inferiores a 10 US\$). Deste grupo de países os que, em 2006, possuíam os valores mais baixos deste indicador eram: a Etiópia, Ruanda, Níger, Togo e Serra Leoa. Por sua vez, Seychelles, Ilhas Maurícias, Líbia, Gabão e Botsuana (com valores acima dos 100 US\$/habitante) ocupavam a liderança no ranking dos países que possuíam um maior valor de despesas por habitante (Tabela 6.17).

Em relação à variação global, entre o período de 1995 e 2006, do indicador despesas do turismo internacional por habitante é possível constatar que a maioria dos países teve uma variação global positiva. No entanto, existe um número considerável de países que teve uma variação global negativa, sendo essas variações mais acentuadas na Serra Leoa, Togo e Senegal. No período em análise muitos países registaram uma variação global deste indicador superior à média do

continente (exemplo: Sudão, Gana e Cabo Verde). No entanto, um número considerável de países (exemplos: Egito, Ilhas Madagáscar e Namíbia) registaram uma variação global inferior à média do continente. (Tabela 6.17)

Tabela 6.17: Despesas por Habitantes (Milhões/ US\$) por países

Países	Despesas em 1995 (milhões)	População em 1995 (milhares)	Despesas/População (1995)	Despesas em 2006 (milhões)	População em 2006 (milhares)	Despesas/População (2006)	Variação Global (%) [1995 – 2006]
Sudão	43	29,4	1,5	1.413	41,2	34,3	2244,4
Gana	21	17,2	1,2	345	22,4	15,4	1162,8
Cabo Verde	16	0,4	37,8	82	0,4	194,8	415,1
Burundi	25	6,1	4,1	125	8,1	15,5	278,5
Ruanda	10	8,4	1,2	35	8,6	4,0	238,9
Camarões	105	13,1	8,0	412	17,3	23,8	197,2
Etiópia	25	54,9	0,5	97	74,8	1,3	185,0
Marrocos	302	28,6	10,6	693	33,2	20,8	97,1
Mali	49	9,1	5,4	120	11,7	10,2	90,5
Ilhas Maurícias	159	1,1	142,4	327	1,2	263,5	85,1
África do Sul	1.849	43,9	42,1	3.384	44,2	76,6	82,0
Argélia	186	27,9	6,7	381	32,9	11,6	73,5
Congo	52	2,4	21,3	132	3,7	35,7	67,8
Angola	75	9,8	7,7	148	12,1	12,2	59,5
Costa de Marfim	190	14,3	13,3	373	17,7	21,1	59,0
Botsuana	145	1,4	106,7	277	1,6	168,9	58,4
Níger	13	9,0	1,4	28	12,5	2,2	54,3
Lesoto	13	1,9	6,7	19	2,0	9,4	40,5
Tunísia	251	8,7	28,8	410	10,2	40,3	40,1
Malawi	39	9,7	4,0	65	13,0	5,0	24,6
Seychelles	28	0,1	388,3	36	0,1	441,5	13,7
Tanzânia	360	28,0	12,9	534	37,4	14,3	10,9
Egito	1.278	60,8	21,0	1.784	78,9	22,6	7,5
Ilhas Madagáscar	59	13,4	4,4	86	18,6	4,6	5,3
Namíbia	90	1,6	56,4	118	2,0	57,7	2,3
Suazilândia	43	0,9	45,9	49	1,1	43,1	-6,1
Líbia	650	5,1	128,5	668	5,9	113,2	-11,9
Rep.Central-Africana	43	3,1	13,7	47	4,3	10,9	-20,2
Nigéria	906	98,1	9,2	959	131,9	7,3	-21,3
Djibuti	4	0,4	9,2	4	0,5	7,2	-21,9
Quênia	192	28,2	6,8	178	34,7	5,1	-24,6
Benim	35	5,3	6,6	34	7,9	4,3	-34,0
Senegal	72	8,7	8,2	54	12,0	4,5	-45,4
Togo	18	4,3	4,2	5	5,5	0,9	-78,7
Serra Leoa	50	4,6	10,8	12	6,0	2,0	-81,5
Guiné	21	6,4	3,3	..	9,7
Gabão	137	1,1	120,3	..	1,4
Moçambique	..	17,3	..	179	19,7	9,1	..
Zâmbia	..	9,2	..	68	11,5	5,9	..

Fonte: Elaborado com base em Nações Unidas (1995 – 2006), <http://data.un.org/DocumentData.aspx?id=208>, acedido em 05/09/2010.

6.4 Balança Turística

Após ter sido feita uma análise do turismo receptor e do turismo emissor no continente africano apresenta-se nesta secção uma análise do saldo da Balança Turística (diferença entre as Receitas do Turismo Internacional e as Despesas do Turismo Internacional).

O saldo positivo da Balança Turística do continente africano aumentou de forma significativa no período de 1995 para 2006, tendo passado de 2,8 milhões para 17,6 milhões, o que se traduziu numa variação global de 528%. Da tabela 5.13 é possível constatar que as regiões da África do Norte, Oriental e Austral apresentaram um saldo positivo da Balança Turista, ao longo do período em análise, enquanto que a África Central e Ocidental apresentaram Balanças Turísticas com saldos negativos. Em termos de variação global do saldo da Balança Turística, a região que registou um maior crescimento foi a África Austral com 956%, este crescimento foi muito superior ao verificado no saldo da Balança Turística do continente africano. Por sua vez, a África Central foi a única região do continente que registou uma variação global negativa do saldo da Balança Turística (Tabela 6.18).

Tabela 6.18: Balança turística por países (Milhões US\$)

Anos	África do Norte			África Ocidental			África Central			África Oriental			África Austral		
	Receitas	Despesas	Saldo	Receitas	Despesas	Saldo	Receitas	Despesas	Saldo	Receitas	Despesas	Saldo	Receitas	Despesas	Saldo
1995	5.552	2.710	2.842	482	1.370	-888	81	412	-331	1.585	901	684	2.641	2.140	501
1996	6.522	2.151	4.371	475	1.753	-1.278	137	429	-292	1.753	1.032	721	3.071	1.976	1.095
1997	6.750	2.343	4.407	466	2.205	-1.739	124	436	-312	1.865	1.073	792	3.392	2.204	1.188
1998	6.049	2.390	3.659	754	2.052	-1.298	129	417	-288	2.038	1.206	832	3.388	2.193	1.195
1999	7.788	2.457	5.331	823	1.172	-349	109	466	-357	2.172	1.171	1.001	3.356	2.312	1.044
2000	8.248	2.405	5.843	828	1.075	-247	112	508	-396	1.717	1.108	609	3.104	2.409	695
2001	8.315	2.507	5.808	951	1.339	-388	137	545	-408	2.062	1.099	963	3.079	2.192	887
2002	8.333	2.895	5.438	1.071	1.574	-503	145	483	-338	2.024	1.184	840	3.523	2.100	1.423
2003	9.722	3.100	6.622	1.145	2.583	-1.438	279	486	-207	2.299	1.127	1.172	6.600	3.268	3.332
2004	12.434	3.291	9.143	1.245	857	388	264	711	-447	2.854	1.289	1.565	7.616	3.634	3.982
2005	14.127	4.332	9.795	1.715	1.203	512	319	861	-542	3.127	1.542	1.585	8.530	3.840	4.690
2006	16.422	5.349	11.073	1.849	2.012	-163	311	739	-428	3.585	1.734	1.852	9.140	3.847	5.293

Fonte: Elaborado com base em Nações Unidas (1995 – 2006), <http://data.un.org/DocumentData.aspx?id=208>, acessado em 05/09/2010.

Uma análise mais pormenorizada (por países) permite constatar que a maioria dos países, no período em análise, teve um aumento significativo do Saldo da Balança Turística. Os países que

registaram um maior crescimento no Saldo da Balança Turística foram as Ilhas Madagáscar, Gana, Cabo Verde, Etiópia, Togo, Mali e Níger que passaram de um saldo negativo, em 1995, para um saldo positivo significativo em 2006. Este facto deve-se sobretudo à estabilidade política na maioria desses países, e ao reconhecimento da actividade turística como uma das actividades económicas estratégicas para o desenvolvimento destes países. Em 1995, países como a Tunísia, Egipto, Marrocos, África do Sul, Ilhas Maurícias e Quénia possuíram um saldo positivo muito elevado da Balança Turística, enquanto que, a Nigéria, Líbia, Argélia, Gabão e Costa de Marfim possuíam um saldo negativo. Os países que tiveram um saldo de Balança Turística elevado, em 1995, continuaram a possuir valores elevados em 2006. Por conseguinte, o Sudão, Nigéria, Líbia, Argélia, e Costa de Marfim apresentaram um saldo balança turística negativo (Tabela 6.19).

Em relação à variação global do saldo da Balança Turística, podemos constatar que a maioria dos países teve uma variação global positiva. No entanto, existe um número considerável de países que tiveram uma variação global negativa, tendo os maiores decréscimos ocorrido no Sudão, no Burundi e nos Camarões. Os países que tiveram uma variação global superior à verificada no continente africano foram as Ilhas Madagáscar, Gana, Cabo Verde, África do Sul, Botsuana e Etiópia. Por outro lado, existe um número considerável de países que registaram uma variação global inferior à variação do saldo da Balança Turística verificado no continente (Tabela 6.19).

Tabela 6.19: Balança turística por países (Milhões)

Países	Receitas em 1995 (milhões)	Despesas em 1995 (milhões)	Saldo em 1995 (milhões)	Receitas em 2006 (milhões)	Despesas em 2006 (milhões)	Saldo em 2006 (milhões)	Variação Global (%) [1995 – 2006]
Ilhas Madagáscar	58	59	-1	237	86	151	15200,0
Gana	11	21	-10	861	345	516	5260,0
Cabo Verde	10	16	-6	209	82	127	2216,7
África do Sul	2126	1.849	277	8120	3.384	4.736	1609,7
Botsuana	162	145	17	537	277	260	1429,4
Etiópia	16	25	-9	162	97	65	822,2
Marrocos	1296	302	994	5984	693	5.291	432,3
Suazilândia	48	43	5	75	49	26	420,0
Togo	13	18	-5	21	5	16	420,0
Mali	25	49	-24	175	120	55	329,2
Egipto	2684	1278	1.406	7591	1784	5.807	313,0
Djibuti	5,4	3,8	2	9,8	3,5	6	293,8
Níger	7	13	-6	36	28	8	233,3
Tanzânia	502	360	142	950	534	416	193,0
Ilhas Maurícias	430	159	271	1005	327	678	150,2
Quénia	423	192	231	687	178	509	120,3
Senegal	168	72	96	250	54	196	104,2
Seicheles	129	28	101	228	36	192	90,1
Benim	85	35	50	116	34	82	64,0
Serra Leoa	57	50	7	23	12	11	57,1
Ruanda	2	10	-8	31	35	-4	50,0
Tunísia	1.530	251	1.279	2.275	410	1.865	45,8
Namíbia	278	90	188	381	118	263	39,9
Líbia	2	650	-648	190	668	-478	26,2
Rep. Central-Africana	4	43	-39	10,2	47	-37	5,6
Nigéria	17	906	-889	65	959	-894	-0,6
Argélia	32	186	-154	215	381	-166	-7,8
Angola	10	75	-65	75	148	-73	-12,3
Lesoto	27	13	14	27	19	8	-42,9
Malawi	18	39	-21	24	65	-41	-95,2
Congo	14	52	-38	45	132	-87	-128,9
Costa de Marfim	89	190	-101	93	373	-280	-177,2
Camarões	36	105	-69	181	412	-231	-234,8
Burundi	1,4	25	-24	1,3	125	-124	-424,2
Sudão	8	43	-35	167	1.413	-1.246	-3460,0
Gabão	17	137	-120
Moçambique	140	179	-39	..
Zâmbia	110	68	42	..

Fonte: Elaborado com base em Nações Unidas (1995 – 2006), <http://data.un.org/DocumentData.aspx?id=208>, acessado em 05/09/2010.

6.5 Conclusão

Neste capítulo pretendeu-se caracterizar o turismo internacional em África, tendo-se observado que apesar do turismo internacional neste continente ainda apresentar pouca expressão, tem sido uma das regiões mundiais, juntamente com o Médio Oriente e a Ásia Oriental e Pacífico, que mais tem crescido, em termos de turismo, nos últimos anos.

Uma análise espacial desagregada ao país permitiu constatar que são os países mais desenvolvidos do continente africano (África do Sul, Argélia, Tunísia, Egipto, Marrocos) que captam um maior número de turistas internacionais e que mais beneficiam em termos económicos com esta actividade. No entanto, nesta última década assistiu-se ao desenvolvimento da actividade turística de forma significativa em alguns países do continente africano, como por exemplo no Gana, em Cabo Verde e no Sudão. Estes países, no período em análise, apresentaram taxas de crescimento dos indicadores muito superiores às verificadas nos outros países do continente africano.

Em relação às despesas do turismo internacional e ao saldo da balança turística acontece o mesmo facto, os países mais desenvolvidos são os países que possuem mais despesas do turismo internacional e que detêm saldos das Balanças Turísticas mais elevados. Apesar de em termos globais se ter registado um acréscimo considerável no saldo positiva da Balança Turística de muitos dos países do continente africano, foram nas Ilhas Madagáscar, Gana, Cabo Verde, Etiópia, Togo, Mali e Níger que esses acréscimos foram mais significativos ao terem passado de saldos negativos da Balança Turística para saldos positivos.

Capítulo 7. Turismo e desenvolvimento: que relação?

Este capítulo tem como objectivo verificar se existe uma relação entre os indicadores que foram utilizados para quantificar o turismo internacional em África (turismo emissor e turismo receptor) com os indicadores do contexto (indicadores demográficos, indicadores sociais e indicadores económicos). Para analisar esta relação foi construída uma base de dados em SPSS com indicadores do contexto e indicadores turístico para os países que integram o continente africano para o ano 2006. A análise da existência de relações estatisticamente significativas entre indicadores do contexto e indicadores turísticos foi realizada recorrendo ao *Coeficiente de Correlação de Pearson*.

O *Coeficiente de Correlação de Pearson* determina o grau de associação existente entre duas variáveis quantitativas. As medidas de associação variam entre -1 e 1, ou seja, -1 (uma associação negativa perfeita), +1 (uma associação positiva perfeita) e o valor 0 indica a inexistência de relação linear entre as variáveis (Pestana e Gageiro, 2008). Apesar do coeficiente de correlação poder estar relacionado com o tipo de dados em análise, pode-se utilizar como limites para interpretar os resultados apresentados na Tabela 7.1.

Tabela 7.1: Interpretação dos resultados do Coeficiente de Pearson

Valor do coeficiente de Pearson	Interpretação do resultado
$P < 0,2$	Associação muito baixa
$0,2 \leq P < 0,4$	Associação baixa
$0,4 \leq P < 0,7$	Associação moderada
$0,7 \leq P < 0,9$	Associação alta
$P \geq 0,9$	Associação muito alta

Fonte: Pestana e Gageiro (2008)

7.1 Turismo receptor e desenvolvimento

7.1.1 Turismo receptor e desenvolvimento social

Os indicadores que representam o turismo receptor podem influenciar e ser influenciados pelas variáveis sócio-demográficos dos países de destino. Para verificar se existe este tipo de relação foi utilizado a análise de *Correlação de Pearson*, que permitiu confirmar essa relação, mostrando que existe uma associação estatisticamente significativa entre as características sociais e demográficas dos países receptores e o desenvolvimento do turismo receptor nesses países. Os resultados apresentados na Tabela 7.2 evidenciam que existe uma associação positiva baixa entre indicadores do turismo receptor (chegadas de turistas internacionais e receitas do turismo internacional) e o

número de residentes. Por sua vez, emergem associações negativas estaticamente significativas entre os indicadores taxa de natalidade e taxa de mortalidade infantil e as chegadas de turistas internacionais e receitas do turismo internacional. Elevadas taxas de natalidade e de mortalidade infantil acontecem, com frequência, em países que apresentam níveis de desenvolvimento social e económico muito baixos. Estas evidências sugerem que o turismo internacional para se desenvolver num país necessita que existam boas condições económicas e sociais.

Em relação ao indicador receita turística por cada turista estrangeiro que entra nas fronteiras, é possível constatar que existe uma associação positiva, apesar de não ser muito elevada, entre este indicador e a esperança média de vida à nascença. Existe, também, uma associação negativa baixa entre o indicador turístico em análise e a taxa de mortalidade. Estes resultados revelam, claramente, que são os países que apresentam níveis de desenvolvimento social mais elevados os que mais beneficiam em termos económicos por cada turista internacional que chega às suas fronteiras. Corroboram estes resultados, os *Coefficientes de Correlação de Pearson* obtidos entre indicadores do contexto social (taxa de natalidade, taxa de mortalidade, taxa de mortalidade infantil e esperança média de vida à nascença) e o indicador receitas do turismo internacional por habitante. Os resultados evidenciam associações negativas estatisticamente significativas entre indicadores que revelam baixos níveis de desenvolvimento social (taxa de mortalidade, taxa de mortalidade infantil e taxa de natalidade) e o valor da receita do turismo internacional por habitante. Por sua vez, observou-se uma relação positiva entre o indicador esperança média de vida à nascença e o valor das receitas de turismo internacional que cada país obtém por habitante (Tabela 7.2).

Tabela 7.2: Coeficiente de Correlação de Pearson entre indicadores que quantificam o turismo receptor e indicadores sociais e demográficos

Indicadores Sócio -demográficos		Indicadores Turísticos			
		Chegadas	Receitas	Receitas por chegadas	Receitas por habitantes
População	Pearson	0,355	0,365	-0,070	-0,175
	Sig.	(0,017)	(0,019)	(0,683)	(0,280)
Densidade Populacional	Pearson	-0,075	-0,029	0,210	0,300
	Sig.	(0,624)	(0,855)	(0,213)	(0,060)
Taxa Natalidade	Pearson	-0,523	-0,449	-0,204	-0,464
	Sig.	(0,000)	(0,003)	(0,226)	(0,003)
Taxa de Mortalidade	Pearson	-0,149	-0,179	-0,376	-0,400
	Sig.	(0,330)	(0,264)	(0,022)	(0,011)
Taxa de Mortalidade infantil	Pearson	-0,338	-0,298	-0,202	-0,359
	Sig.	(0,023)	(0,058)	(0,230)	(0,023)
Esperança de vida a nascença	Pearson	0,247	0,252	0,392	0,325
	Sig.	(0,102)	(0,112)	(0,016)	(0,040)
Taxa Alfabetização	Pearson	0,164	0,080	0,118	-0,010
	Sig.	(0,281)	(0,619)	(0,486)	(0,953)

Os resultados apresentados reforçam o que teoricamente foi demonstrado em termos de que o turismo é causa de consequência da realidade demográfica e social dos países receptores de turismo internacional.

7.1.2 Turismo receptor e desenvolvimento económico

Para analisar empiricamente as relações estudadas nos capítulos teóricos entre o nível de desenvolvimento económico dos países receptores de turismo internacional e o desenvolvimento desta actividade, apresentam-se na Tabela 7.3 os resultados dos *Coefficientes de Correlação de Pearson* entre indicadores económicos e indicadores do turismo receptor. Os resultados evidenciam que existe uma associação positiva estatisticamente significativa entre o crescimento económico dos países receptores (PIB e PIB *per-capita*) e o número de chegadas e o valor de receitas do turismo internacional. Obteve-se, igualmente, uma associação positiva estatisticamente significativa entre o PIB *per-capita* e o valor das receitas do turismo internacional que cada país obtém por habitante. Estes resultados comprovam claramente que o turismo é influenciado e influencia o desenvolvimento económico dos países receptores de turismo.

Tabela 7.3: Coeficientes de Correlação de Pearson entre e indicadores económicos e indicadores do turismo receptor

Indicadores Sócio -demográficos		Indicadores Turísticos			
		Chegadas	Receitas	Receitas por chegadas	Receitas por habitantes
PIB	Pearson	0,806	0,838	0,046	-0,057
	Sig.	(0,000)	(0,000)	(0,788)	(0,280)
PIB <i>per-capita</i>	Pearson	0,368	0,343	0,263	0,737
	Sig.	(0,015)	(0,030)	(0,121)	(0,000)

7.1.3 Turismo receptor e desenvolvimento socioeconómico

Através dos resultados apresentados nas duas secções anteriores, observou-se que existem associações estatisticamente significativas entre indicadores sociais e económicos e indicadores para quantificar o turismo receptor. Existem alguns indicadores, designados neste projecto de investigação por indicadores compósitos, que integram variáveis que avaliam o desenvolvimento económico e variáveis que avaliam o desenvolvimento social. Neste projecto de investigação utilizaram-se três indicadores deste tipo: IDH, IPH e *Coefficiente de Gini*. Nesta secção irão ser utilizados estes três indicadores para verificar se existem associações estatisticamente significativas entre o contexto sócio-económico dos destinos e o desenvolvimento do turismo receptor nestes destinos.

Os resultados dos *Coefficientes de Correlação de Pearson* entre os indicadores do contexto socioeconómico e indicadores turísticos evidenciam claramente a existência de associações positivas, estatisticamente significativas, entre o indicador IDH e os indicadores utilizados para quantificar o turismo receptor e associações negativas, estatisticamente significativas, entre o IPH e os indicadores turísticos. Observou-se, igualmente, a não existência de associações estatisticamente significativas entre o *Coefficiente de Gini* e os indicadores turísticos. Estes resultados corroboram os resultados das secções anteriores ao evidenciarem que o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento económico e social dos destinos estão associados (Tabela 7.4).

Tabela 7.4: Coeficientes de Correlação de Pearson entre indicadores do contexto socioeconómico e indicadores turísticos

Indicadores Sócio –demográficos		Indicadores Turísticos			
		Chegadas	Receitas	Receitas por chegadas	Receitas por habitantes
IDH	Pearson	0,441	0,357	0,250	0,523
	Sig.	(0,003)	(0,024)	(0,142)	(0,001)
IPH	Pearson	-0,378	-0,376	-0,141	-0,618
	Sig.	(0,012)	(0,018)	(0,419)	(0,000)
Coeficiente Gini	Pearson	-0,102	-0,079	-0,261	-0,011
	Sig.	(0,606)	(0,685)	(0,207)	(0,956)

7.2 Turismo Emissor e desenvolvimento

7.2.1 Turismo Emissor e desenvolvimento social

Considera-se, também neste projecto de investigação que o desenvolvimento económico e social dos países emissores influencia e é influenciado pelo desenvolvimento da actividade turística. Para analisar esta hipótese, recorreu-se também ao cálculo dos *Coefficientes de Correlação de Pearson* entre indicadores do contexto e indicadores que quantificam o turismo emissor.

Na Tabela 7.5 apresentam-se os resultados da aplicação do *Coefficiente de Correlação de Pearson* ao estudo da relação entre indicadores demográficos e sociais e indicadores turísticos. Os resultados evidenciam que existe uma associação estatisticamente significativa positiva moderado entre a variável despesas do turismo internacional e a variável população residente, e uma associação negativa baixa entre as despesas e a taxa de natalidade. Observou-se, igualmente, uma associação estatisticamente significativa positiva moderada entre a variável despesas do turismo internacional por habitante e a variável densidade populacional, esperança média de vida à nascença e taxa de alfabetização. Por sua vez, observou-se uma associação negativa moderada

entre a taxa de natalidade e as despesas do turismo internacional, tendo-se obtido um resultado semelhante no que respeita à relação entre despesas do turismo internacional e a variável taxa de mortalidade infantil. Estes resultados evidenciam claramente que as despesas internacionais do turismo estão directamente relacionadas com a dimensão da população e com indicadores sociais como a esperança média de vida e a taxa de alfabetização.

Tabela 7.5: Coeficientes de Correlação de *Pearson* entre indicadores demográficos e sociais e indicadores do turismo emissor

Indicadores Sócio -demográficos		Indicadores Turísticos	
		Despesas	Despesas por habitantes
População	Pearson	0,505	-0, 240
	Sig.	(0,001)	(0, 147)
Densidade Populacional	Pearson	-0,074	0, 409
	Sig.	(0,662)	(0, 011)
Taxa Natalidade	Pearson	-0,360	-0, 579
	Sig.	(0,029)	(0,000)
Taxa de Mortalidade	Pearson	-0,111	-0, 252
	Sig.	(0,514)	(0, 127)
Taxa de Mortalidade infantil	Pearson	-0,235	-0, 505
	Sig.	(0,162)	(0, 001)
Esperança de vida a nascença	Pearson	0,145	0, 403
	Sig.	(0,392)	(0, 012)
Taxa Alfabetização	Pearson	0,185	0, 464
	Sig.	(0,274)	(0, 003)

7.2.2 Turismo emissor e desenvolvimento económico

O desenvolvimento económico de um país influencia as despesas dos turistas nas suas viagens. Analisando a associação existente entre indicadores do desenvolvimento económico e indicadores do turismo emissor é possível contactar que existe uma associação estatisticamente significativa positiva muito alta entre as despesas e o PIB total, ou seja, os turistas dos países que geram maior riqueza, são aqueles que gastam mais nas suas viagens. Houve também uma associação estatisticamente significativa positiva alta entre as despesas por habitante e o PIB *per-capita*, que indica que uma maior despesa por habitante está associada a um maior PIB *per-capita* (Tabela 7.6). Estes resultados evidenciam claramente o que foi analisado nas secções respeitantes ao enquadramento teórico, o crescimento económico dos países emissores influencia o desenvolvimento do turismo.

Tabela 7.6: Coeficientes de Correlação de Pearson entre indicadores económicos e indicadores do turismo emissor

Indicadores Económicos		Indicadores Turísticos	
		Despesas	Despesas por habitantes
PIB	Pearson	0,914	-0,048
	Sig.	(0,000)	(0,147)
PIB per capita	Pearson	0,289	0,835
	Sig.	(0,088)	(0,000)

7.2.3 Turismo receptor e desenvolvimento socioeconómico

As variáveis que representam o turismo emissor também encontram relacionadas com as variáveis que representam o nível de desenvolvimento humano dos países emissores. Da análise dos *Coeficientes de Correlação de Pearson* apresentados na Tabela 7.7 é possível verificar que existe uma associação estatisticamente significativa positiva baixa entre o IDH e as despesas e uma associação positiva moderada entre o IDH e as despesas por habitantes. Estes resultados sugerem que os países que apresentam um maior Índice de Desenvolvimento Humano apresentam valores das despesas do turismo internacional mais elevadas e vice-versa. Estes resultados permitem concluir que, também no continente africano, são os países que apresentam níveis de desenvolvimento turístico mais elevados os que registam maiores despesas totais. Estas conclusões são corroboradas com os resultados obtidos nos *Coeficientes de Correlação de Pearson* da relação entre o IPH e os indicadores do turismo emissor (despesas do turismo internacional totais e despesas do turismo internacional por habitante).

Tabela 7.7: Coeficientes de Correlação de Pearson entre indicadores do contexto socioeconómico e indicadores turísticos

Indicadores Socioeconómicos		Indicadores Turísticos	
		Despesas	Despesas por habitantes
IDH	Pearson	0,309	0,670
	Sig.	(0,063)	(0,000)
IPH	Pearson	-0,343	-0,596
	Sig.	(0,662)	(0,000)
Coeficiente Gini	Pearson	-0,040	0,115
	Sig.	(0,844)	(0,561)

7.3 Conclusão

Este capítulo teve como objectivo estudar a relação existente entre indicadores que traduzem o nível de desenvolvimento social e económico dos países de África e indicadores que quantificam o turismo internacional em África (turismo emissor e turismo receptor). Os resultados apresentados neste capítulo permitem validar em termos empíricos algumas afirmações que foram realizadas nas secções teóricas deste projecto de investigação, comprovando que, no continente africano, os países que geram maior riqueza são os países que captam um maior número de visitante, um maior valor de receitas do turismo internacional. São também estes os países que apresentam maiores despesas do turismo internacional.

Em relação às variáveis sociais e demográficas concluiu-se que existe uma relação directa entre a dimensão da população e a dimensão do turismo receptor e emissor, existindo contudo uma relação inversa entre indicadores do turismo receptor e emissor e indicadores sociais como: taxa de mortalidade e taxa de mortalidade infantil.

Relativamente aos indicadores compósitos que permitem avaliar em conjunto o nível de desenvolvimento económico e social dos países, constatou-se que os países mais desenvolvidos (com elevado IDH e baixo IPH) são aqueles que captam um maior número de visitantes e um maior valor das receitas do turismo internacional. São também estes os países que apresentam níveis de despesas do turismo internacional mais elevados.

Capítulo 8. Conclusão

A realização deste projecto de investigação teve como objectivo caracterizar o continente africano em termos de nível de desenvolvimento económico, social e turístico. A caracterização foi feita recorrendo a indicadores que nos permitem avaliar o nível de desenvolvimento económico, social e turístico das últimas duas décadas, bem como a caracterização actual.

O presente capítulo está estruturado em quatro secções. Na primeira secção deste capítulo apresentam-se as principais conclusões obtidas do estudo empírico, bem como da revisão bibliográfica. A segunda secção é constituída por uma descrição dos contributos desta investigação para a realização de planos e definição de políticas de actuação para o desenvolvimento da actividade turística nos países africanos. Na terceira secção descrevem-se as principais recomendações práticas para os agentes responsáveis pelo desenvolvimento do turismo no continente africano. Por fim, descrevem-se as principais limitações encontradas ao longo do trabalho de investigação, bem como algumas propostas para futuros trabalhos de investigação, que poderão ser desenvolvidos na mesma área temática ou em outras áreas complementares que se consideram relevantes para o desenvolvimento do continente africano.

8.1 Conclusões

A revisão da literatura permitiu concluir que têm sido discutidas na literatura várias abordagens para delimitar o conceito de turismo. Destas abordagens a que mais se adequa a este projecto de investigação é a apresentada na Conta Satélite do Turismo. Este quadro metodológico foi criado a partir de esforços conjuntos da OMT e de outras organizações internacionais, nomeadamente a OCDE e a ONU. Também foi possível verificar que existe uma relação complexa entre o turismo e o desenvolvimento, podendo esta relação ser analisada recorrendo a duas perspectivas: turismo como processo de desenvolvimento, um factor ou um instrumento de desenvolvimento e o turismo como causa ou consequência do desenvolvimento. Devido à natureza deste projecto de investigação o estudo da relação entre turismo e desenvolvimento centrou-se na segunda perspectiva - turismo como causa e consequência do desenvolvimento.

Vários autores (Sharpley e Telfer, 2002; Lee e Chien, 2008; Lee e Chang, 2008; Kim *et al*, 2006) afirmam que o turismo influencia o desenvolvimento económico de um país. Da revisão da literatura observou-se que os impactos económicos são categorizados em benefícios e custos de acordo com a natureza do efeito do turismo na economia do destino. Verificou-se, também, que a maioria dos

estudos realça mais os benéficos económicos do turismo do que os prejuízos e que existe poucos estudos que avaliem as duas vertentes em simultâneo. Em relação aos impactos socioculturais, os autores categorizam esses impactos em positivos e negativos e também podemos observar que existe uma lacuna em termos de projectos de investigação que avaliem esses impactos, principalmente em destinos em desenvolvimento. Nestes destinos existem já vários estudos que analisam do ponto de vista teórico as implicações económicas, sociais e culturais do turismo, no entanto ainda existem muitas lacunas na quantificação desses impactes.

No que concerne à caracterização em termos do nível de desenvolvimento económico e social do continente africano, os resultados obtidos vieram confirmar as características já atribuídas no enquadramento teórico aos países em desenvolvimento. Neste sentido, observou-se que a maioria dos países do continente africano possui uma população elevada, com elevada taxa de natalidade, mortalidade, mortalidade infantil, com baixo PIB, PIB *per-capita* e IDH. No entanto, é de realçar que no período que foi objecto de análise neste projecto de investigação (1990-2009) ocorreram melhorias consideráveis na maioria dos indicadores.

Relativamente à taxa de natalidade e mortalidade infantil, verificou-se que em 1990, a maioria dos países apresentavam uma taxa natalidade (superior a 40 nascimento/ mil habitantes) e mortalidade infantil (superior 100 mortes/mil nascidos vivos) elevada. No entanto, nas duas últimas décadas estes indicadores diminuíram consideravelmente e, em 2009, a maioria dos países passaram a registar uma taxa de natalidade (entre 20 a 40 nascimento/ mil habitantes) e mortalidade infantil (entre 50 a 100 mortes/mil nascidos vivos) média. Por outro lado, houve um aumento, apesar de pouco significativo, da esperança média de vida à nascença.

Em termos económicos observou-se que nas duas últimas décadas ocorreu um aumento significativo do PIB total e do PIB *per-capita* na maior parte dos países do continente africano. Países como África do Sul, Egipto, Argélia, Marrocos e a Nigéria apresentaram os maiores valores do PIB em 2009. Por outro lado, o saldo da balança comercial tem tido uma tendência negativa crescente e possuem um dívida externa elevada.

Em relação aos indicadores de desenvolvimento humano, foi possível verificar que o IDH aumentou significativamente em todos os países. Das conclusões tiradas do quinto capítulo podemos demonstrar que em 1997, a maioria dos países (85%) possuíam um IDH baixo e nenhum país Africano tinha um IDH elevado. Em 2007, houve um aumento significativo do IDH e a maioria dos

países passaram a ter um IDH médio (50% dos países) e três países (Ilhas Maurícias, Líbia e Seychelles) passaram a fazer parte do grupo de países com IDH elevado. No que respeita ao IPH observou-se uma diminuição deste indicador. Em 1997, a maioria dos países tinham um IPH elevado, e muitos deles com valores superiores a 40%. Passado uma década o IPH diminuiu significativamente na maioria dos países Africanos, fazendo com que haja vários países com valores abaixo dos 20%. Associado a elevados índices de pobreza existe ainda uma elevada desigualdade da distribuição da riqueza, facto que foi possível constatar através dos elevados valores do *Coefficiente de Gini* da maioria dos países Africanos.

Da caracterização feita do turismo internacional, concluiu-se que o continente africano tem crescido muito nos últimos tempos, com uma taxa de crescimento anual (das chegadas (9%) e receitas (11%)) superior à média do mundo e a superior à verificada nas principais regiões turísticas (Europa e Américas). Ao nível dos países, constatou-se que são os países mais desenvolvidos do continente (África do Sul, Tunísia, Egipto e Marrocos) que acolheram um maior número de visitantes e obtiveram um maior valor das receitas. Em relação às despesas e à balança turística o cenário é semelhante, são os países mais desenvolvidos (África do Sul, Egipto, Marrocos e ilhas Maurícias) os que registaram maiores despesas do turismo internacional e saldos da balança turística mais elevados.

Por fim, a análise da relação, o nível dos países que integram o continente africano, entre os indicadores que foram utilizados para quantificar o turismo internacional (turismo emissor e turismo receptor) e os indicadores que foram utilizados para avaliar o nível de desenvolvimento social, económico e humano, permitiu concluir que existe uma relação estatisticamente significativa directa entre o nível de desenvolvimento económico e o crescimento do turismo emissor e do turismo receptor. Também se verificou a existência de relações estatisticamente significativas entre indicadores do contexto social (ex: taxa de natalidade, taxa de mortalidade, taxa de mortalidade infantil, esperança média de vida e taxa de alfabetização) e indicadores do turismo internacional. Em relação aos indicadores de desenvolvimento humano, observou-se uma relação positiva estatisticamente significativa entre o IDH e os indicadores turísticos e uma relação negativa entre o IPH e os indicadores do turismo internacional. Estes resultados evidenciam claramente que são os países mais desenvolvidos (com elevado IDH e baixo IPH), os que captam um maior número de visitantes internacionais, que mais receitas obtém do turismo internacional e que apresentam maiores despesas do turismo internacional.

8.2 Contribuições

No continente africano existem grandes lacunas em termos de disponibilidade de dados relevantes à realização de estudos em turismo. A realização desse trabalho vem ajudar a preencher algumas dessas lacunas em termos de investigação sobre o turismo internacional e sobre a relação entre desenvolvimento e turismo. Considera-se que algumas da informação que foi objecto de análise e de discussão neste projecto de investigação poderá contribuir para a realização de planos e definição de políticas de actuação para o desenvolvimento da actividade turística nos países africanos. Considera-se, assim, que o presente projecto de investigação contribui especialmente para os seguintes aspectos:

- discussão do conceito de crescimento e desenvolvimento económico;
- identificação e análise de indicadores que poderão ser utilizados para avaliar o desenvolvimento económico de um país;
- compreensão da relação existente entre turismo e desenvolvimento;
- compreensão dos efeitos económicos, sociais e culturais que a actividade turística pode provocar nos destinos em desenvolvimento;
- identificação e análise dos níveis de desenvolvimento social económico e humano dos países africanos nos últimos anos;
- caracterização do nível de privação e de desigualdade de distribuição da riqueza existente no continente africano e análise da sua evolução nas duas últimas décadas;
- caracterização e análise da evolução do turismo internacional (turismo emissor e turismo receptor) no continente africano;
- identificação do tipo de relação existente entre indicadores que avaliam o desenvolvimento social, económico e humano do continente africano e indicadores que quantificam o turismo internacional.

Com base nos contributos enunciados serão apresentadas na secção seguinte algumas recomendações para os agentes responsáveis pelo desenvolvimento do turismo no continente africano.

8.3 Recomendações

Atendendo aos contributos mencionados emerge um conjunto de recomendações que podem proporcionar uma mais-valia para o desenvolvimento do turismo no continente africano.

Em Primeiro lugar, as autoridades governamentais devem apresentar um conjunto de medidas adequadas para a obtenção da estabilidade política. Uma vez que é o primeiro passo a ser dado quando um país se quer desenvolver em termos económicos, sociais e turísticos. Um país em conflitos inibe os investimentos públicos e privados, aumenta a fome e a pobreza, apresenta vários problemas de segurança e conforto que impossibilita a captação turística. Neste projecto de investigação observou-se que, nas duas últimas décadas, os menores crescimentos do turismo internacional ocorreram em países com instabilidade política, muitas vezes associada a conflitos militares e a situações de pobreza.

Em segundo lugar, o desenvolvimento do turismo deve ser sustentável. Os responsáveis pelo planeamento e desenvolvimento do turismo no continente africano devem deixar de observar somente os efeitos económicos imediatos de turismo e adoptar mecanismo que permitam analisar todos os efeitos de turismo na implementação de um produto turístico (em todas as fases do ciclo de vida de um produto) e também devem envolver os residentes e as autoridades locais no processo de planeamento das actividades turísticas.

Em terceiro lugar, os responsáveis para o planeamento e desenvolvimento do turismo devem promover campanhas de sensibilização e consciencialização sobre o turismo, direccionadas para todos os intervenientes, apresentando os contributos derivados do desenvolvimento da actividade turística. Na medida em que consciencialização é o ponto de partida para um bom desenvolvimento turístico.

Em quarto lugar, os governantes devem desenvolver infra-estruturas e serviços públicos necessários para garantir um bom funcionamento da actividade turística. Atendendo ao nível de desenvolvimento do turismo nos países africanos, os governantes e os responsáveis para o planeamento e desenvolvimento do turismo devem desenvolver infra-estruturas gerais (como por exemplo, serviços, estradas, aeroportos, equipamentos turísticos) para facilitar e melhorar o exercício da actividade turística.

Em quinto lugar, os responsáveis pelo planeamento e desenvolvimento do turismo devem incentivar e as empresas ligados ao turismo, devem fomentar a formação e a educação dos recursos humanos a todos os níveis profissionais, quer nas chefias como nos prestadores de serviços que lidam directamente com os visitantes, de modo a oferecer serviços de qualidade aos visitantes, através de quadros qualificados e capazes. Este aumento da formação contribuirá não apenas para o desenvolvimento do turismo receptor, mas também para o aumento do turismo emissor, uma vez que se verificou neste projecto de investigação uma relação estatisticamente significativa entre a taxa de alfabetização e indicadores do turismo emissor.

Em sexto lugar, considera-se, também importante que os governantes apostem na conservação e protecção dos recursos naturais, uma vez que estes são para a maior parte dos países em desenvolvimento atractivos primários para os turistas internacionais. Os países do continente africano possuem elementos naturais com elevada capacidade para atrair turistas, mas se não forem adoptadas abordagens adequadas para a conservação e protecção desses recursos, o turismo pode ameaçar a autenticidade das áreas naturais, uma vez que o turismo não acontece sem trazer alterações ao ambiente natural. Caso isto se verifique a evolução positiva que o turismo internacional registou nestas duas últimas décadas no continente africano poderá ficar comprometida no futuro. Por outro lado, considera-se também que o desenvolvimento do turismo internacional poderá contribuir para que sejam definidas medidas para apoiar a conservação, encorajar investimentos e desenvolver infra-estruturas que permitam aos visitantes aceder às áreas de conservação.

Em sétimo lugar, considera-se que ainda existe muito potencial no continente africano para o desenvolvimento do turismo internacional, tanto em termos de turismo emissor como de turismo receptor. Esta conclusão é corroborada pelas baixas quotas de mercado que este continente apresenta a nível mundial. Neste sentido, sugere-se que os responsáveis pelo planeamento e desenvolvimento do turismo apostem em campanhas de marketing para divulgação externa das regiões, como destinos atractivos e seguros.

Por fim, salienta-se, com base nos resultados apresentados que ainda existem muitas lacunas em termos de desenvolvimento social, económico e humano na maioria dos países do continente africano. Os resultados obtidos neste projecto de investigação comprovam claramente a hipótese teórica de que o turismo influencia e é influenciado pelo desenvolvimento social, económico e humano. Perante estas evidências considera-se que as sugestões apresentadas são apenas alguns

exemplos de medidas que podem ser adoptadas para desenvolver o turismo no continente africano. No entanto, os agentes responsáveis pelo desenvolvimento social, económico e humano devem incorporar na sua agenda um conjunto de medidas que permitam num futuro próximo melhorar os indicadores sociais, económicos e humanos dos países do continente. A adopção de medidas neste sentido irá ter reflexos positivos no desenvolvimento da actividade turística. Por sua vez, o desenvolvimento do turismo irá contribuir para a melhoria desses indicadores sociais e económicos.

Para finalizar, como qualquer trabalho de investigação, este projecto de investigação enfrentou algumas dificuldades na sua execução e algumas limitações. Neste sentido e apresentam-se no ponto seguinte as principais limitações deste estudo e algumas propostas de investigação que poderão ser desenvolvidas sobre esta temática.

8.4 Limitações e proposta da investigação futura

Pelas particularidades da abrangência da investigação e também devido a algumas restrições de tempo e recursos financeiros, houve algumas limitações e dificuldades nestes projectos de investigações que devem ser mencionadas. Em primeiro lugar, é importante destacar que a complexidade e a multidisciplinaridade da actividade turística contribuem para que esta investigação tenha limitações. A complexidade do conceito em análise e a sua interligação com diferentes áreas disciplinares obrigaram, por vezes, a que determinadas temáticas não tivessem sido analisadas com o nível de pormenor desejado, como por exemplo, não foram explicados detalhadamente todos os efeitos que o turismo traz para os países em desenvolvimento.

Uma segunda dificuldade desta investigação foi a existência de poucos estudos que analisem de forma empírica a relação entre turismo e desenvolvimento no continente africano, apesar de nas últimas décadas se ter assistido a um aumento considerável da literatura publicada sobre turismo nos países em desenvolvimento. No entanto, muita desta literatura integra, na maior parte dos casos, reflexões teóricas sem fundamentação empírica.

Por outro lado, a existência de poucas fontes credíveis que disponibilizam dados necessários para a concretização dos objectivos propostos foi uma das dificuldades desta investigação. Existem poucas fontes credíveis que disponibilizam dados estatísticos dos países do continente africano, tendo sido necessário recorrer a várias fontes para obter os indicadores que permitiam avaliar, para cada país, o desenvolvimento social, económico e humano do continente africano e o desenvolvimento do turismo internacional. A utilização de múltiplas fontes introduziu mais uma dificuldade que consistiu

na uniformização dos conceitos utilizados. Por sua vez, verificou-se também a ausência de informação para um número considerável de países do continente africano.

Por fim, resta enunciar algumas propostas de linhas de investigação que possam melhorar e complementar o trabalho aqui realizado. Considera-se relevante a realização de projectos de investigação que permitam:

- avaliar todos os efeitos (socioeconómica, cultural e ambiental) que o turismo traz para as regiões de destino;
- analisar a relação entre turismo e desenvolvimento incorporando todas as dimensões do conceito de desenvolvimento;
- avaliar a oferta turística dos países do continente africano e o seu grau de adequação ao público alvo;
- analisar o nível de desenvolvimento de turismo através de recolha de dados primários;
- identificar os principais mercados emissores e receptores do continente africano;
- identificar de forma pormenorizada, os tipos de turismo que são procurados e os que são oferecidos nos diferentes países do continente africano;
- analisar o comportamento dos visitantes em relação aos produtos oferecidos nas regiões de destino;
- saber o posicionamento dos países africanos no mercado global.
- analisar o comportamento dos visitantes em relação aos produtos oferecidos nas regiões de destino;
- saber o posicionamento dos países africanos no mercado global.

Referências bibliográficas

- Adelman, I., & Yeldan, E. (2000). Is this the end of economic development? *Structural Change and Economic Dynamics*, 11(1-2), 95-109.
- Andereck, K. L., Valentine, K. M., Knopf, R. C., & Vogt, C. A. (2005). Residents' perceptions of community tourism impacts. *Annals of Tourism Research*, 32(4), 1056-1076.
- Baraňano, A. M. (2004). *Métodos e técnicas de investigação em gestão*. In L. Edições Sílabo (Ed.). Lisboa.
- Besculides, A., Lee, M. E., & McCormick, P. J. (2002). Residents' perceptions of the cultural benefits of tourism. *Annals of Tourism Research*, 29(2), 303-319.
- Blanton, D. (1981). Tourism training in developing countries The social and cultural dimension. *Annals of Tourism Research*, 8(1), 116-133.
- Brohman, J. (1996). New directions in tourism for third world development. *Annals of Tourism Research*, 23(1), 48-70.
- Campos, M. (2008). Turismo na África: A actividade turística como perspectiva de alternativa futura ao continente. *Pasos, Revista de turismo y Patrimonio Cultural* 6(1), 121 - 127.
- Central Intelligence Agency (1990 - 2009). <http://www.theodora.com/wfb/> (acedido em 07/05/2010).
- Central Intelligence Agency (2004 - 2009). <http://www.theodora.com/wfb/> (acedido em 16/07/2010).
- Cooper, C., Fletcher, J., Gilbert, D. & Wanhill, S. (1993). *Tourism: principles & practice*. In P. Publishing (Ed.). London.
- Cooper, C., Fletcher, J., Gilbert, D. & Wanhill, S. (2008). *Tourism: principles and practice*. In P. E. Limited (Ed.), (4 ed.). Harlow.
- Cunha, L. (2003). *Introdução ao Turismo*. In E. Verbo (Ed.), (2 ed.). Lisboa
- Eusébio, Maria Celeste (2006). *Avaliação do impacte económico do turismo a nível regional: O caso da Região Centro de Portugal*. DEGEI. Aveiro.
- Fortunato, A. (2003), *Lições de Economia do Crescimento e Desenvolvimento*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Goulet, D. (1989). Participation in development: New avenues. *World Development*, 17(2), 165-178.
- Haralambopoulos, N., & Pizam, A. (1996). Perceived impacts of tourism : The case of samos. *Annals of Tourism Research*, 23(3), 503-526.

- Inskeep, E. (1991). *Tourism Planning: An integrated and sustainable development approach*. In V. N. Reinhold (Ed.). New York.
- Iwersen-Sioltsidis, S., & Iwersen, A. (1996). Tourism and Developing Countries. *Intereconomics*, 31(6), 301-306.
- Jafari, J. (1974). "The socio-economic cost of tourism to developing countries", in Tuybers, T. (ed.) *Tourism in Developing Countries*, Edward Elgar Publishing, London, 2007, pp. 527-546.
- Kane, M. (2004). *Economic Development Concepts and Strategies*. <http://www.nemw.org/econdevelopment.pdf> (acedido em 10/01/2009).
- Kim, H. J., Chen, M.-H., & Shawn, J. S. (2006). Tourism expansion and economic development: The case of Taiwan. *Tourism Management*, 27(5), 925-933.
- Lee, C.-C., & Chang, C.-P. (2008). Tourism development and economic growth: A closer look at panels. *Tourism Management*, 29(1), 180-192.
- Lee, C.-C., & Chien, M.-S. (2008). Structural breaks, tourism development, and economic growth: Evidence from Taiwan. *Mathematics and Computers in Simulation*, 77(4), 358-368.
- Leiper, N. (1979). The framework of tourism : Towards a definition of tourism, tourist, and the tourist industry. *Annals of Tourism Research*, 6(4), 390-407.
- Liu, Z. H. (1998). "Tourism and economic development: A comparative analysis of tourism in developed and developing countries", in C. Tisdell and K. C. Roy (eds.) *Tourism and Development: Economic, Social, Political and Environmental Issues*, Nova Science Publishers, Commack, New York, 1998, pp. 21-37.
- Louw, H. A; & Smart, A. (1998). "Social Aspects of Tourism and Development", in C. Tisdell and K. C. Roy (eds.) *Tourism and Development: Economic, Social, Political and Environmental Issues*, Nova Science Publishers, Commack, New York, 1998, pp. 69-91.
- Mathieson, A., & Wall, G. (2006). *Tourism : change, impacts and opportunities*. In P. E. Limited (Ed.). Harlow.
- McIntosh, R., & Goeldner, C. (1986). *Tourism: principles, practices, philosophies*. In I. John Wiley & Sons (Ed.). New York.
- Nações Unidas (1990 - 2006). <http://data.un.org/Explorer.aspx?d=UNODC> (acedido em 07/05/2010).
- Nações Unidas (1990 - 2007). <http://hdr.undp.org/en/reports/> (acedido 16/07/2010).
- Nações Unidas (1993). Definição e classificação. http://hdr.undp.org/en/media/hdr_1993_en_definitions.pdf (acedido em 07/10/2010).

- Nações Unidas (1998). Definição e classificação. http://hdr.undp.org/en/media/hdr_1998_en_definitions.pdf (acedido em 07/10/2010).
- Nações Unidas (1999). Definição e classificação. http://hdr.undp.org/en/media/hdr_1999_defintions.pdf (acedido em 07/10/2010).
- Nações Unidas (1995 - 2006). <http://data.un.org/DocumentData.aspx?id=208> (acedido em 16/07/2010).
- Nações Unidas (1997 - 2007). <http://hdr.undp.org/en/reports/> (acedido 16/07/2010).
- Nações Unidas (2007/2008). Notas Técnicas. http://hdr.undp.org/en/media/HDR_20072008_PT_technical.pdf (acedido em 07/05/2010).
- Nações Unidas (2010a). <http://data.un.org/Glossary.aspx> (acedido em 05/10/2010).
- Nações Unidas (2010b). <http://www.unwto.org/facts/menu.html> (acedido em 30/10/2010).
- Nações Unidas (2010c). <http://unstats.un.org/unsd/methods/m49/m49regin.htm#ftna> (acedido em 05/10/2010).
- OMT. (1999). *Conta satélite do turismo – quadro conceptual*. In O. M. d. Turismo (Ed.). Madrid.
- OMT. (2000). *General guidelines for developing the tourism satellite account (TSA): measuring total tourism demand*. In O. M. d. Turismo (Ed.), (Vol. 1). Madrid.
- OMT (2006a). http://www.unwto.org/facts/eng/pdf/historical/ITA_1950_2005.pdf (acedido em 16/07/2010).
- OMT (2006b). http://www.unwto.org/facts/eng/pdf/historical/ITR_1950_2005.pdf (acedido em 16/07/2010).
- OMT (2010). <http://www.unwto.org/facts/menu.html> (acedido em 16/07/2010).
- Peet, R., & Hartwick, E. (2009). *Theories of development: Contentions, arguments, alternatives*. In T. G. Press (Ed.), (2 ed.). New York.
- Pereira, L.C.B (2008). *Crescimento e Desenvolvimento Económico*. <http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf> (acedido em 10/01/2009).
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2008). *Análise de Dados para Ciências Sociais*. In L. Edições Sílabo (Ed.), (5 ed.). Lisboa
- Pretes, M. (1997). Development and infinity. *World Development*, 25(9), 1421-1430.

- Sadler, P. G; & Archer, B.H. (1975). "The economic impact of tourism in developing countries", in Tuybers, T. (ed.) *Tourism in Developing Countries*, Edward Elgar Publishing, London, 2007, pp. 177-190.
- Samuelson, P. A., & Nordhaus, W. D. (2005). *Economia* In McGraw-Hill (Ed.), (18 ed.). Lisboa.
- Seers, D. (1969). *The meaning of development*. International Development Review, 11(4), 2-6.
- Sharpley, R., & Telfer, D. J. (2002). *Tourism and Development: concepts and issues* In C. v. Pulications (Ed.). U.K.
- Sharpley, R., & Telfer, D. J. (2008). *Tourism and development in the developing world*. In Routledge (Ed.). London.
- Smith, S. L. J. (1989). *Tourism analysis: A handbook* In L. S. Technical (Ed.). Harlow.
- Tousun, C; & Jenkins, C.L. (1998). "The evolution of tourism planning in third-world countries: a critique", in Huybers, T. (ed.) *Tourism in Developing Countries*, Edward Elgar Publishing, London, 2007, pp. 158-176.
- Uneca (2002). Economic and Social Conditions in Southern Africa. http://www.uneca.org/eca_programmes/srdc/sa/default.htm (acedido em 16/07/2010).
- Uneca (2003). Rapport sur les conditions économiques et sociales en Afrique Centrale. <http://www.uneca.org/fr/sro/ac/default.htm> (acedido em 12/11/2010).
- Uneca (2005). Economic and Social Conditions in North Africa. http://www.uneca.org/eca_programmes/srdc/na/documents/Survey2005.pdf (acedido em 12/11/2010).
- Uneca (2010a). Economic and Social Conditions in Africa in 2009 and Prospects for 2010 http://www.uneca.org/eca_resources/publications/books/era2010/index.htm (acedido em 12/11/2010).
- Uneca (2010b). Recent Economic and Social Developments in West Africa and Prospects for 2010. http://www.uneca.org/eca_programmes/srdc/wa/documents/EconomicReport-onWestAfrica2010.pdf (acedido em 12/11/2010).
- UOL educação (2010). <http://educacao.uol.com.br/geografia/afrika-mapa.jhtm> (acedido em 15/09/2010).
- Veal, A. J. (1997). *Research Methods for Leisure and Tourism: a practical guide*. In P. P. Limited (Ed.), (2 ed.). Great Britain
- Williams, A. M. e. S. (1991). *Tourism and Economic Development*. In W. E. Experiences (Ed.), (2 ed.). London

Anexos

Anexo 5.1 - População dos países do continente africano

Países	População (milhões)		Taxa de Crescimento (1990 – 2009)	
	1990	2009	Variação Global (%)	Media Anual (%)
África do Sul	39.549.941	49.052.489	24,0	1,1
Angola	8.534.483	12.799.293	50,0	2,2
Argélia	25.566.507	34.178.188	33,7	1,5
Benim	4.673.964	8.791.832	88,1	3,4
Botsuana	1.224.527	1.990.876	62,6	2,6
Burkina-Faso	9.077.828	15.746.232	73,5	2,9
Burundi	5.645.997	8.988.091	59,2	2,5
Cabo Verde	374.984	429.474	14,5	0,7
Camarões	11.092.470	18.879.301	70,2	2,8
Chade	5.017.431	10.329.208	105,9	3,9
Congo	2.242.274	4.012.809	79,0	3,1
Costa de Marfim	12.478.024	20.617.068	65,2	2,7
Egipto	54.705.746	83.082.869	51,9	2,2
Etiópia	51.666.622	85.237.338	65,0	2,7
Gabão	1.068.240	1.514.993	41,8	1,9
Gâmbia	848.147	1.782.893	110,2	4,0
Gana	15.165.243	23.832.495	57,2	2,4
Guiné	7.269.240	10.057.975	38,4	1,7
Guiné - Equatorial	368.935	633.441	71,7	2,9
Guiné-Bissau	998.963	1.533.964	53,6	2,3
Ilhas Comores	460.188	752.438	63,5	2,6
Ilhas Madagáscar	11.800.524	20.653.556	75,0	3,0
Ilhas Maurícias	1.070.005	1.284.264	20,0	1,0
Djibuti	337.386	516.055	53,0	2,3
Quênia	24.639.261	39.002.772	58,3	2,4
Lesoto	1.754.664	2.130.819	21,4	1,0
Libéria	2.639.809	3.441.790	30,4	1,4
Líbia	4.221.141	6.310.434	49,5	2,1
Malawi	9.157.528	14.268.711	55,8	2,4
Mali	8.142.373	12.666.987	55,6	2,4
Marrocos	25.648.241	34.859.364	35,9	1,6
Mauritânia	1.934.549	3.129.486	61,8	2,6
Mayotte	72.186	223.765	210,0	6,1
Moçambique	14.565.656	21.669.278	48,8	2,1
Namíbia	1.452.951	2.108.665	45,1	2,0
Níger	7.969.309	15.306.252	92,1	3,5
Nigéria	118.819.377	149.229.090	25,6	1,2
Rep.Central-Africana	2.877.365	4.511.488	56,8	2,4
Ruanda	7.609.119	10.473.282	37,6	1,7
S.Tomé e Príncipe	124.765	212.679	70,5	2,8
Sahara Ocidental	191.707	405.210	111,4	4,0
Santa Helena	6.657	7.637	14,7	0,7
Senegal	7.713.851	13.711.597	77,8	3,1
Serra Leoa	4.165.953	6.440.053	54,6	2,3
Seychelles	68.336	87.476	28,0	1,3
Somália	8.424.269	9.832.017	16,7	0,8
Suazilândia	778.525	1.123.913	44,4	2,0
Sudão	24.971.806	41.087.825	64,5	2,7
Tanzânia	25.970.843	41.048.532	58,1	2,4
Togo	3.674.355	6.019.877	63,8	2,6
Tunísia	8.095.492	10.486.339	29,5	1,4
Uganda	17.960.262	32.369.558	80,2	3,1
Zâmbia	8.112.782	11.862.740	46,2	2,0
Zimbabué	10.392.161	11.392.629	9,6	0,5

Anexo 5.2 – Densidade populacional dos países do continente africano

Países	Densidade Populacional (Hab/ km²)		Taxa de Crescimento (1990 - 2009)	
	1990	2009	Varição Global (%)	Média Anual (%)
África do Sul	32,4	40,2	24,0	1,1
Angola	6,8	10,3	50,0	2,2
Argélia	10,7	14,4	33,7	1,5
Benim	41,5	78,1	88,1	3,4
Botsuana	2,0	3,3	62,6	2,6
Burkina-Faso	33,1	57,4	73,5	2,9
Burundi	202,9	323,0	59,2	2,5
Cabo Verde	93,0	106,5	14,5	0,7
Camarões	23,3	39,7	70,2	2,8
Chade	3,9	8,0	105,9	3,9
Congo	6,6	11,7	79,0	3,1
Costa de Marfim	38,7	63,9	65,2	2,7
Egipto	54,6	83,0	51,9	2,2
Etiópia	45,8	75,6	65,0	2,7
Gabão	4,0	5,7	41,8	1,9
Gâmbia	75,1	157,8	110,2	4,0
Gana	63,3	99,5	57,2	2,4
Guiné	29,6	40,9	38,4	1,7
Guiné - Equatorial	13,2	22,6	71,7	2,9
Guiné-Bissau	27,7	42,5	53,6	2,3
Ilhas Comores	212,1	346,7	63,5	2,6
Ilhas Madagáscar	20,1	35,2	75,0	3,0
Ilhas Maurícias	524,5	629,5	20,0	1,0
Djibuti	14,7	22,4	53,0	2,3
Quênia	42,3	66,9	58,3	2,4
Lesoto	57,8	70,2	21,4	1,0
Libéria	23,7	30,9	30,4	1,4
Líbia	2,4	3,6	49,5	2,1
Malawi	77,3	120,4	55,8	2,4
Mali	6,6	10,2	55,6	2,4
Marrocos	57,4	78,1	35,9	1,6
Mauritânia	1,9	3,0	61,8	2,6
Mayotte	193,0	598,3	210,0	6,1
Moçambique	18,2	27,0	48,8	2,1
Namíbia	1,8	2,6	45,1	2,0
Níger	6,3	12,1	92,1	3,5
Nigéria	128,6	161,5	25,6	1,2
Rep. Central-Africana	4,6	7,2	56,8	2,4
Ruanda	288,9	397,6	37,6	1,7
S. Tomé e Príncipe	124,6	212,5	70,5	2,8
Sahara Ocidental	0,7	1,5	111,4	4,0
Santa Helena	16,1	18,5	14,7	0,7
Senegal	39,3	69,9	77,8	3,1
Serra Leoa	58,1	89,8	54,6	2,3
Seychelles	150,2	192,3	28,0	1,3
Somália	13,2	15,4	16,7	0,8
Suazilândia	44,8	64,7	44,4	2,0
Sudão	10,0	16,4	64,5	2,7
Tanzânia	27,5	43,4	58,1	2,4
Togo	64,7	106,0	63,8	2,6
Tunísia	49,5	64,1	29,5	1,4
Uganda	76,1	137,1	80,2	3,1
Zâmbia	10,8	15,8	46,2	2,0
Zimbabué	26,6	29,2	9,6	0,5

Anexo 5.3 – PIB dos países do continente africano

Países	PIB ppp (bilhões de US\$)		Taxa de Crescimento (1990 - 2006)	
	1990	2006	Varição Global (%)	Média Anual (%)
África do Sul	262.752.305.550	566.805.067.746	115,7	4,9
Angola	15.313.880.562	43.890.076.612	186,6	6,8
Argélia	112.062.614.081	245.982.724.424	119,5	5,0
Benim	3.584.141.074	10.218.011.140	185,1	6,8
Botsuana	6.569.710.486	23.008.597.169	250,2	8,1
Burkina-Faso	6.114.419.088	17.965.397.968	193,8	7,0
Burundi	4.194.972.919	5.707.677.654	36,1	1,9
Cabo Verde	953.543.689	3.226.774.719	238,4	7,9
Camarões	19.871.980.843	40.134.577.828	102,0	4,5
Chade	4.269.415.050	15.490.677.674	262,8	8,4
Congo	2.566.988.683	5.506.556.648	114,5	4,9
Costa de Marfim	17.227.330.618	31.424.594.372	82,4	3,8
Egito	127.204.069.562	351.626.539.572	176,4	6,6
Etiópia	34.039.185.028	86.660.703.741	154,6	6,0
Gabão	5.148.834.099	9.490.045.304	84,3	3,9
Gâmbia	1.267.007.433	3.134.547.812	147,4	5,8
Gana	20.433.560.728	59.935.179.921	193,3	7,0
Guiné	8.857.119.575	22.433.785.796	153,3	6,0
Guiné - Equatorial	345.833.082	8.522.191.801	2364,3	22,2
Guiné-Bissau	830.659.029	1.406.988.165	69,4	3,3
Ilhas Comores	679.029.741	1.238.058.492	82,3	3,8
Ilhas Madagascar	9.389.026.508	18.552.502.749	97,6	4,3
Ilhas Maurícias	5.618.462.682	16.853.843.978	200,0	7,1
Djibuti	1.296.426.590	1.847.757.744	42,5	2,2
Lesoto	2.702.010.866	6.426.083.222	137,8	5,6
Malawi	3.907.435.726	9.616.260.218	146,1	5,8
Mali	5.019.731.537	15.161.383.405	202,0	7,2
Marrocos	65.852.239.180	153.351.366.814	132,9	5,4
Mauritânia	3.083.817.454	7.883.529.040	155,6	6,0
Mocambique	7.046.194.839	27.089.204.275	284,5	8,8
Namíbia	5.982.027.235	16.698.360.927	179,1	6,6
Níger	5.461.017.257	11.680.317.462	113,9	4,9
Nigéria	65.545.315.632	168.820.261.295	157,6	6,1
Quênia	21.495.813.766	46.243.761.997	115,1	4,9
Rep.Central-Africana	3.163.561.117	5.266.066.594	66,5	3,2
Rep.Democratica.congo	43.711.885.510	44.540.086.632	1,9	0,1
Ruanda	5.997.005.224	11.814.763.483	97,0	4,3
Senegal	9.018.146.283	22.061.620.181	144,6	5,8
Serra Leoa	705.866.562	1.498.696.052	112,3	4,8
Seychelles	2.744.851.913	4.911.176.624	78,9	3,7
Suazilândia	2.620.620.298	5.785.047.722	120,8	5,1
Sudão	23.223.178.895	87.768.806.125	277,9	8,7
Tanzânia	10.775.298.066	29.665.627.353	175,3	6,5
Togo	4.787.016.489	9.522.649.313	98,9	4,4
Tunísia	30.840.715.203	90.944.403.959	194,9	7,0
Uganda	12.015.757.080	45.374.864.719	277,6	8,7
Zâmbia	6.416.415.332	13.025.161.854	103,0	4,5
Zimbabué	23.374.878.607	26.322.142.973	12,6	0,7
Países G8				
Canadá	517.739.679.610	1.140.444.868.651	120,3	5,1
França	1.073.018.563.466	2.039.170.616.592	90,0	4,1
Alemanha	1.405.189.121.776	2.616.044.456.798	86,2	4,0
Itália	1.028.372.824.950	1.795.437.300.622	74,6	3,5
Japão	2.347.774.603.801	4.131.195.483.130	76,0	3,6
Rússia	1.243.354.232.234	1.704.756.200.176	37,1	2,0
Reino Unido	1.011.710.605.323	2.111.580.847.511	108,7	4,7
Estados Unidos	5.757.200.236.544	13.201.819.303.936	129,3	5,3

Anexo 5.4 – PIB *per-capita* países do continente africano

Países	PIB <i>per-capita</i> (unidades)		Taxa de Crescimento (1990 - 2006)	
	1990	2006	Variação Global (%)	Média Anual (%)
África do Sul	7.465	11.96	60,2	3,0
Angola	1.454	2.678	84,2	3,9
Argélia	4.431	7.376	66,5	3,2
Benim	692	1.175	69,8	3,4
Botsuana	4.599	13.089	184,6	6,8
Burkina-Faso	717	1.322	84,4	3,9
Burundi	740	729	-1,5	-0,1
Cabo Verde	2.684	6.226	132,0	5,4
Camarões	1.706	2.406	41,0	2,2
Chade	705	1.551	120,0	5,1
Congo	1.034	1.341	29,7	1,6
Costa de Marfim	1.361	1.702	25,1	1,4
Egipto	2.285	4.664	104,1	4,6
Etiópia	665	1.192	79,2	3,7
Gabão	5.378	6.751	25,5	1,4
Gâmbia	1.354	2.019	49,1	2,5
Gana	1.320	2.660	101,5	4,5
Guiné	1.468	2.439	66,1	3,2
Guiné - Equatorial	980	16.551	1588,9	19,3
Guiné-Bissau	818	862	5,4	0,3
Ilhas Comores	1.560	2.018	29,4	1,6
Ilhas Madagáscar	780	972	24,6	1,4
Ilhas Maurícias	5.315	13.446	153,0	6,0
Djibuti	2.323	2.293	-1,3	-0,1
Lesoto	1.697	3.592	111,7	4,8
Malawi	413	731	77,0	3,6
Mali	564	1.090	93,3	4,2
Marrocos	2.725	5.028	84,5	3,9
Mauritânia	1.519	2.500	64,6	3,2
Moçambique	525	1.345	156,2	6,1
Namíbia	4.280	8.142	90,2	4,1
Níger	645	810	25,6	1,4
Nigéria	694	1.166	68,0	3,3
Quênia	917	1.316	43,5	2,3
Rep. Central-Africana	1.055	1.286	21,9	1,2
Rep. Democrática Congo	1.157	751	-35,1	-2,7
Ruanda	845	1.278	51,2	2,6
Senegal	1.130	1.850	63,7	3,1
Serra Leoa	673	871	29,4	1,6
Seychelles	10.084	17.476	73,3	3,5
Suazilândia	3.403	5.137	51,0	2,6
Sudão	891	2.372	166,2	6,3
Tanzânia	423	751	77,5	3,7
Togo	1.208	1.511	25,1	1,4
Tunísia	3.782	8.976	137,3	5,6
Uganda	677	1.519	124,4	5,2
Zâmbia	766	1.098	43,3	2,3
Zimbábwe	2.213	2.011	-9,1	-0,6
Países G8				
Canadá	18.300	35.030	91,4	4,1
França	18.913	33.408	76,6	3,6
Alemanha	17.690	31.744	79,4	3,7
Itália	18.131	30.654	69,1	3,3
Japão	19.005	32.385	70,4	3,4
Rússia	8.385	11.974	42,8	2,3
Reino Unido	17.576	34.983	99,0	4,4
Estados Unidos	23.064	44.155	91,4	4,1

Anexo 5.5 – Balança comercial dos países do continente africano

Países	Exportação (bilhões \$US)	Importação (bilhões \$US)	Balança Comercial	Exportação (bilhões \$US)	Importação (bilhões \$US)	Balança Comercial
	1990			2009		
África do Sul	23.400.000.000	17.000.000.000	6.400.000.000	67.930.000.000	70.240.000.000	-2.310.000.000
Angola	3.800.000.000	1.500.000.000	2.300.000.000	40.020.000.000	12.810.000.000	27.210.000.000
Argélia	10.200.000.000	9.200.000.000	1.000.000.000	52.030.000.000	39.510.000.000	12.520.000.000
Benim	250.000.000	442.000.000	-192.000.000	1.024.000.000	1.543.000.000	-519.000.000
Burkina-Faso	262.000.000	619.000.000	-357.000.000	648.000.000	1.076.000.000	-428.000.000
Burundi	81.000.000	197.000.000	-116.000.000	79.000.000	318.000.000	-239.000.000
Botsuana	1.800.000.000	1.700.000.000	100.000.000	2.963.000.000	3.671.000.000	-708.000.000
Cabo Verde	10.900.000	107.800.000	-96.900.000	97.000.000	767.000.000	-670.000.000
Camarões	2.100.000.000	2.100.000.000	0	3.409.000.000	3.739.000.000	-330.000.000
Chade	174.000.000	264.000.000	-90.000.000	3.164.000.000	2.115.000.000	1.049.000.000
Congo	751.000.000	564.000.000	187.000.000	7.542.000.000	2.721.000.000	4.821.000.000
Costa de Marfim	2.500.000.000	1.400.000.000	1.100.000.000	8.985.000.000	6.504.000.000	2.481.000.000
Egipto	3.800.000.000	11.400.000.000	-7.600.000.000	22.910.000.000	43.980.000.000	-21.070.000.000
Etiópia	429.000.000	1.100.000.000	-671.000.000	1.608.000.000	7.315.000.000	-5.707.000.000
Gabão	1.160.000.000	780.000.000	380.000.000	5.868.000.000	2.296.000.000	3.572.000.000
Gâmbia	116.000.000	147.000.000	-31.000.000	77.000.000	239.000.000	-162.000.000
Gana	826.000.000	1.200.000.000	-374.000.000	5.737.000.000	9.807.000.000	-4.070.000.000
Guiné	645.000.000	551.000.000	94.000.000	965.000.000	1.122.000.000	-157.000.000
Guiné - Equatorial	41.000.000	57.100.000	-16.100.000	8.270.000.000	2.851.000.000	5.419.000.000
Guiné-Bissau	14.200.000	68.900.000	-54.700.000	133.000.000	200.000.000	-67.000.000
Ilhas Comores	16.000.000	41.000.000	-25.000.000	32.000.000	143.000.000	-111.000.000
Ilhas Madagáscar	290.000.000	436.000.000	-146.000.000	1.040.000.000	1.836.000.000	-796.000.000
Ilhas Maurícias	993.000.000	1.200.000.000	-207.000.000	2.055.000.000	3.552.000.000	-1.497.000.000
Djibuti	190.000.000	311.000.000	-121.000.000	340.000.000	1.555.000.000	-1.215.000.000
Quênia	1.100.000.000	2.400.000.000	-1.300.000.000	4.479.000.000	9.031.000.000	-4.552.000.000
Lesoto	66.000.000	499.000.000	-433.000.000	872.000.000	1.827.000.000	-955.000.000
Libéria	505.000.000	394.000.000	111.000.000	1.197.000.000	7.143.000.000	-5.946.000.000
Líbia	6.100.000.000	6.200.000.000	-100.000.000	33.970.000.000	26.820.000.000	7.150.000.000
Malawi	390.000.000	560.000.000	-170.000.000	945.000.000	1.625.000.000	-680.000.000
Mali	285.000.000	513.000.000	-228.000.000	294.000.000	2.358.000.000	-2.064.000.000
Marrocos	4.000.000.000	5.900.000.000	-1.900.000.000	15.610.000.000	31.830.000.000	-16.220.000.000
Mauritânia	519.000.000	567.000.000	-48.000.000	1.395.000.000	1.475.000.000	-80.000.000
Mayotte	4.000.000	21.800.000	-17.800.000	6.500.000	341.000.000	-334.500.000
Moçambique	90.000.000	764.000.000	-674.000.000	1.946.000.000	3.096.000.000	-1.150.000.000
Namíbia	1.021.000	894.000.000	-892.979.000	3.484.000.000	4.388.000.000	-904.000.000
Níger	308.000.000	386.000.000	-78.000.000	428.000.000	800.000.000	-372.000.000
Nigéria	13.000.000.000	9.500.000.000	3.500.000.000	45.430.000.000	42.100.000.000	3.330.000.000
Rep. Central-Africana	148.000.000	239.000.000	-91.000.000	146.700.000	237.300.000	-90.600.000
Ruanda	117.000.000	293.000.000	-176.000.000	213.000.000	786.000.000	-573.000.000
S. Tomé e Príncipe	5.900.000	26.800.000	-20.900.000	8.000.000	91.000.000	-83.000.000
Santa Helena	23.900.000	2.400.000	21.500.000	19.000.000.000	45.000.000.000	-26.000.000.000
Senegal	801.000.000	1.000.000.000	-199.000.000	1.652.000.000	3.864.000.000	-2.212.000.000
Serra Leoa	138.000.000	183.000.000	-45.000.000	216.000.000	560.000.000	-344.000.000
Seychelles	31.000.000	164.000.000	-133.000.000	366.000.000	658.000.000	-292.000.000
Somália	58.000.000	354.000.000	-296.000.000	300.000.000	798.000.000	-498.000.000
Suazilândia	543.000.000	651.000.000	-108.000.000	1.570.000.000	1.643.000.000	-73.000.000
Sudão	465.000.000	1.000.000.000	-535.000.000	8.464.000.000	6.823.000.000	1.641.000.000
Tanzânia	380.000.000	1.200.000.000	-820.000.000	2.744.000.000	5.545.000.000	-2.801.000.000
Togo	331.000.000	344.000.000	-13.000.000	729.000.000	1.399.000.000	-670.000.000
Tunísia	3.300.000.000	4.800.000.000	-1.500.000.000	14.430.000.000	19.040.000.000	-4.610.000.000
Uganda	273.000.000	652.000.000	-379.000.000	3.151.000.000	4.106.000.000	-955.000.000
Zâmbia	1.100.000.000	1.100.000.000	0	4.388.000.000	4.131.000.000	257.000.000
Zimbabué	1.700.000.000	1.400.000.000	300.000.000	1.090.000.000	2.030.000.000	-940.000.000

Anexo 5.6 – Dívida externa dos países do continente africano

Países	Dívida Externa (bilhões \$US)		Taxa de Crescimento (1990 - 2009)	
	1990	2009	Variação Global (%)	Média Anual (%)
África do Sul	19.500.000.000	73.840.000.000	278,7	7,3
Angola	7.000.000.000	12.830.000.000	83,3	3,2
Argélia	26.600.000.000	3.389.000.000	-87,3	-10,3
Benim	1.000.000.000	1.200.000.000	20,0	1,0
Burkina-Faso	962.000.000	1.840.000.000	91,3	3,5
Burundi	957.000.000	1.200.000.000	25,4	1,2
Botsuana	780.000.000	1.651.000.000	111,7	4,0
Cabo Verde	150.000.000	325.000.000	116,7	4,2
Camarões	4.900.000.000	2.929.000.000	-40,2	-2,7
Chade	530.000.000	1.600.000.000	201,9	6,0
Congo	4.500.000.000	5.000.000.000	11,1	0,6
Costa de Marfim	15.000.000.000	12.080.000.000	-19,5	-1,1
Egipto	52.000.000.000	28.450.000.000	-45,3	-3,1
Etiópia	2.600.000.000	4.229.000.000	62,7	2,6
Gabão	3.400.000.000	3.065.000.000	-9,9	-0,5
Gâmbia	336.000.000	628.800.000	87,1	3,4
Gana	3.100.000.000	5.840.000.000	88,4	3,4
Guiné	2.600.000.000	3.072.000.000	18,2	0,9
Guiné - Equatorial	195.000.000	174.000.000	-10,8	-0,6
Guiné-Bissau	462.000.000	941.500.000	103,8	3,8
Ilhas Comores	242.000.000	232.000.000	-4,1	-0,2
Ilhas Madagáscar	3.600.000.000	2.054.000.000	-42,9	-2,9
Ilhas Maurícias	670.000.000	4.567.000.000	581,6	10,6
Djibuti	355.000.000	428.000.000	20,6	1,0
Quênia	5.800.000.000	7.729.000.000	33,3	1,5
Lesoto	370.000.000	581.000.000	57,0	2,4
Libéria	1.600.000.000	3.200.000.000	100,0	3,7
Líbia	3.500.000.000	6.491.000.000	85,5	3,3
Malawi	1.400.000.000	1.091.000.000	-22,1	-1,3
Mali	2.200.000.000	2.800.000.000	27,3	1,3
Marrocos	21.000.000.000	20.060.000.000	-4,5	-0,2
Moçambique	5.100.000.000	4.159.000.000	-18,5	-1,1
Namíbia	27.000.000	1.184.000.000	4285,2	22,0
Níger	1.800.000.000	2.100.000.000	16,7	0,8
Nigéria	35.000.000.000	9.689.000.000	-72,3	-6,5
Rep. Central-Africana	671.000.000	1.153.000.000	71,8	2,9
S. Tomé e Príncipe	110.000.000	318.000.000	189,1	5,7
Senegal	4.100.000.000	2.763.000.000	-32,6	-2,1
Serra Leoa	632.000.000	1.610.000.000	154,7	5,0
Seychelles	171.000.000	1.250.000.000	631,0	11,0
Somália	1.900.000.000	3.000.000.000	57,9	2,4
Suazilândia	290.000.000	534.000.000	84,1	3,3
Sudão	12.300.000.000	36.270.000.000	194,9	5,9
Tanzânia	5.800.000.000	7.070.000.000	21,9	1,0
Tunísia	7.800.000.000	15.640.000.000	100,5	3,7
Uganda	1.900.000.000	2.050.000.000	7,9	0,4
Zâmbia	7.800.000.000	3.313.000.000	-57,5	-4,4
Zimbabué	2.960.000.000	5.821.000.000	96,7	3,6